

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGSS

KELEM RODRIGUES DE MELO PONTES

**Violência doméstica geracional em Parintins: um olhar para os casos
registrados na Delegacia Especializada**

MANAUS – AM
2017

KELEM RODRIGUES DE MELO PONTES

Violência doméstica geracional em Parintins: um olhar para os casos registrados na Delegacia Especializada

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas para a obtenção do título de mestre. Linha de Pesquisa: Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Iraildes Caldas Torres.

MANAUS – AM
2017

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

P814v Pontes, Kelem Rodrigues de Melo
Violência doméstica geracional: Um olhar para os casos registrados na Delegacia Especializada de Parintins / Kelem Rodrigues de Melo Pontes. 2017
142 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Iraídes Caldas Torres
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas.

1. violência doméstica. 2. círculo vicioso. 3. gerações. 4. Parintins.
I. Torres, Iraídes Caldas II. Universidade Federal do Amazonas III.
Título

*Dedico a minha família que
sempre me apoio e acreditou em
mim.*

AGRADECIMENTOS

Chegar à última etapa da consecução deste trabalho é o momento de agradecer às pessoas que me apoiaram e estiveram presentes em minha vida desde a graduação e agora no mestrado.

Agradeço primeiramente ao meu Senhor Deus por ter me dado sabedoria e conhecimento para o desenvolvimento deste trabalho, fortalecendo minha fé nos momentos em que pensei que não conseguiria diante de tantas dificuldades que começaram a emergir durante minha trajetória no mestrado.

Agradeço a minha orientadora prof^a Dra. Iraildes Caldas Torres pelos ensinamentos, confiança, incentivo e paciência no período do mestrado.

Agradeço ao meu querido companheiro Vitor Pontes pela paciência, confiança, dedicação e compreensão em todos os momentos. Tens sido meu porto seguro, se não tivesse você em minha vida já teria naufragado há muito tempo.

Agradeço também a minha amada filha Thais Pontes pelo apoio, amizade, carinho, incentivo e pela compreensão nos momentos em que precisei me enclausurar para escrever.

Agradeço à minha mãe Graça Melo pelas suas orações que foram tão importantes, sei que foram elas que me fortaleceram nos momentos tão angustiantes e tensos que passei.

Agradeço também as meus irmãos Euclides, Keila e Kátia pela amizade e apoio.

Agradeço aos professores do Programa de Serviço Social - PPGSS pelos ensinamentos ministrados em sala de aula.

Agradeço às mulheres sujeitos de minha pesquisa que se dispuseram a contribuir com as histórias de suas vidas para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço a assistente social Nalva Pinheiro pelo apoio e paciência no período de coleta de dados sempre se colocando a disposição em ajudar.

Agradeço aos colegas da turma de Mestrado pelos momentos aprazíveis que tivemos em sala de aula, momentos que ficarão guardados na memória.

Agradeço a professora Dra. Sandra Helena e professora Dra. Lidiane Cavalcante pelas contribuições na qualificação do projeto, as quais foram indispensáveis para a finalização deste trabalho.

Agradeço a FAPEAM (Fundação de amparo à pesquisa do Estado do Amazonas) pelo apoio financeiro sem o qual teria se tornado inviável a pesquisa.

RESUMO

Este estudo assume o propósito de verificar em que sentido a violência doméstica se estrutura num círculo vicioso geracional, envolvendo as gerações de mães e filhas, tornando naturalizado e cristalizado o fenômeno da violência contra a mulher na sociedade. Trata-se de um tema ancorado na temática de gênero que estabelece um diálogo com saberes interdisciplinar, tendo como base as ciências sociais e o Serviço Social. A abordagem da complexidade sistêmica em Edgar Morin o qual permitiu-nos olhar este problema a partir de várias dimensões, possibilitando-nos uma aproximação do objeto estudado. Neste estudo o termo geração é compreendido no âmbito de sua dimensão histórica e sociológica, buscando mostrar os fatores socioculturais que engendram a formação das gerações humanas em Mannheim. O trabalho de campo assumiu a orientação das abordagens qualitativa sem excluir os aspectos quantitativos. A coleta de dados primários foi realizada sob a técnica da entrevista profunda, segundo a qual, uma mesma pessoa pode ser entrevistada quantas vezes for necessário. O locus da pesquisa concentrou-se na Delegacia Especializada da Mulher no Município de Parintins, especificamente no Núcleo de Atendimento do Serviço Social. A técnica de análise de conteúdo foi a ferramenta utilizada para o exame dos dados obtidos. Dentre os múltiplos aspectos constatados ficou claro a existência de um círculo vicioso da violência doméstica geracional em Parintins que emergem na relação conjugal, proliferando na geração das filhas do casal. Constatamos, outrossim, que a violência geracional tem raízes no ambiente de violência existente nas famílias, algo que vai passando de geração a geração. Ou seja, o mesmo ciclo de violência vivido pela mãe praticado por seu companheiro, é vivenciado pelas filhas.

Palavras – chave: Violência Doméstica, Círculo Vicioso, Gerações, Parintins.

ABSTRACT

This study assumes the purpose of verifying in what sense domestic violence is structured in a generational vicious circle, involving the generations of mothers and daughters making naturalized and crystallized the phenomenon of this type of violence in our society. Incurring for the analysis of domestic violence within the family with the intersection between gender and generationality required the use of the systemic complexity approach in Edgar Morin which allowed us to look at this problem from several dimensions, allowing us to approximate the real. In this study the term generation is understood within its historical and sociological dimension, trying to show the sociocultural factors that generate the formation of the human generations in Mannheim. Concerning the methodological aspects the research assumed the orientation of the qualitative approaches without excluding the quantitative aspects. The technical procedures used in the collection of primary and secondary data were carried out in a semi-structured interview. The research locus focused on the Specialized Women's Police Station in the Municipality of Parintins, specifically in the Social Service Assistance Center. The sample consisted of 6 women, 3 mothers and 3 daughters, two generations. The technique of content analysis was the tool used to analyze the data obtained. This research contacts the existence of a vicious circle of generational domestic violence in Parintins that emerge in the conjugal relationship proliferating in the generation of the couple's daughters. All this leads to the belief that this generational violence has roots in the environment of violence in families. Something that goes from generation to generation. That is, the same cycle of violence experienced by the mother practiced by his companion is experienced by his daughters.

Keywords: Domestic Violence, Vicious Circle, Generations, Parintins.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema explicativo do conceito de violência familiar geracional....	38
Figura 2: Mapa de localização do município de Parintins, Amazonas, Brasil...	44
Figura 3: Mapa da cidade de Parintins.....	63
Figura 4: Esquema da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência dividida em quatro setores: segurança, saúde, assistência e justiça.....	78
Figura 5: Fases do ciclo de violência doméstica tendo a mulher como vítima..	84
Figura 6: Dinâmica do conceito de círculo vicioso da violência doméstica geracional.....	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Denúncias feitas nos primeiros 10 meses de 2015 com as tipologias de violência.....	26
Quadro 2: Registros de violência doméstica em Parintins, por ano, e quantitativo de Boletins de Ocorrência que se transformaram em inquérito encaminhado à justiça.....	46
Quadro 3: Bairros que apresentaram maiores registros de denúncia de violência contra a mulher entre junho de 2015 a junho de 2016 em Parintins.....	64
Quadro 4: Tipos de violência praticadas x ocupação x nível de escolaridade / mulheres que sofrem violência em Parintins.....	64
Quadro 5: Resumo dos termos e conceitos sobre a geracionalidade da violência contra a mulher.....	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DEAMs - Delegacia Especializada de Atendimento à mulher

DIP - Distrito Interativo de Polícia

DNA - Ácido desoxirribonucléico

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ONU - Organização das Nações Unidas

TCO - Termo Circunstanciado de Ocorrência

SPM - Secretaria de Política para mulheres

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM CÍRCULO VICIOSO QUE ATINGE GERAÇÕES.....	18
1.1 Violência doméstica: o mal-estar de gênero.....	18
1.2 A Violência doméstica geracional, o que é?.....	31
1.3 Parintins, o campo da pesquisa.....	43
2. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA GERACIONAL EM PARINTINS: OS REGISTROS DA DELEGACIA ESPECIALIZADA.....	53
2.1 A família parintinense e suas mudanças de valores.....	53
2.2 Os casos de violência doméstica em Parintins.....	61
2.3 O trabalho da assistente social na Delegacia Especializada junto às mulheres em situação de violência.....	74
3. ASSASSINATO E TRAJETORIA DE MULHERES NO CÍRCULO VICIOSO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA GERACIONAL EM PARINTINS.....	83
3.1 A história de um assassinato de mulher em Parintins por companheiro	83
3.2 Trajetórias de mães Amarílis, Angélica e Tulipa no círculo vicioso violência doméstica.....	98
3.3 A trajetória de filhas Iris, Gérbera e Rosa Menina no círculo vicioso da violência doméstica.....	112
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
5. REFERÊNCIAS.....	126
6. ANEXOS.....	135

INTRODUÇÃO

Este estudo assume o propósito de verificar em que sentido a violência doméstica se estrutura num círculo vicioso geracional, envolvendo as gerações de mães e filhas, tornando naturalizado e cristalizado o fenômeno deste tipo de violência em nossa sociedade.

A violência é uma emergência da natureza humana e animal. O seu curso descrito pela história dá conta de que ela sempre esteve caminhando junto ao homem. Pelo seu lado ele tenta entendê-la e explicá-la por meio de várias abordagens teóricas, mas ainda não chegou a uma conclusão segura sobre suas causas, origens e dinâmica. Sua principal característica consiste em que ela ocorre no seio familiar, na casa, no lar, não importando o lugar, região ou crença, tendo no gênero feminino o seu alvo principal.

A violência doméstica tendo o gênero feminino como seu principal alvo, é real. Sua assinatura ganha destaque diário nas manchetes dos meios de comunicação como um problema social e de saúde pública, em virtude dos danos físicos, psíquicos e morais que ocasiona ao gênero feminino. É certo que diversos fatores favorecem a prática deste tipo de violência no âmbito doméstico, espaço privado que têm se constituído num lugar propício ao exercício da violência contra a mulher. Para Santos (1999, p. 114) “a violência praticada contra a mulher geralmente ocorre dentro do lar às portas fechadas e afigura-se como o muro do medo e da crueldade”. A casa que deveria ser um espaço de proteção, segurança, respeito e harmonia, tem se transformado num lugar perigoso, ameaçador e fonte de riscos não somente para a vida da mulher, mas também para a dos seus filhos.

Esta realidade encontra respaldo em relatórios e estudos de vários órgãos governamentais e agências privadas que trabalham com este tipo de violência. Como exemplo, podemos citar o Mapa da Violência¹ referente ao ano de 2015 que revela ter ocorrido em 2013 um total de 4.762 homicídios, destes 1.292 cometidos no domicílio da vítima pelo seu companheiro.

Mesmo com todo o aparato legal a seu favor, ainda é expressivo o número de mulheres que sofrem violência doméstica, refletindo-se de forma negativa em seus

¹ Ver Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos / Secretaria especial de Políticas Para as Mulheres. Disponível em: www.mapadaviolenca.org.br

contextos familiares porque este fenômeno pode influenciar na vida dos filhos que podem tornar-se violentos na fase adulta, ou ser vítimas de violência doméstica. No ano de 2015 a Secretaria de Políticas para Mulheres do Governo Federal revelou que filhas de mulheres que vivenciaram situação de violência doméstica, estavam vivenciando o mesmo problema de suas mães em suas próprias famílias com seus companheiros, demonstrando que esta faceta da violência pode atingir gerações, considerando que essas filhas, em sua maioria, presenciavam a violência sofrida por suas mães.

O debate sobre a violência contra a mulher sempre foi tratado com certo receio pela sociedade pelo fato deste fenômeno ter sido ao longo de séculos “[...] uma situação comum mantida em segredo no mundo privado” (SCHAIBER e OLIVEIRA, 1999, p.16). Foi com o movimento feminista que essa problemática ganhou notoriedade na mídia e na sociedade fazendo com que o Estado assumisse a responsabilidade de implementar políticas públicas direcionadas às mulheres em situação de violência. Hodiernamente, mesmo com todo o aparato jurídico e as diversas ações voltadas para este público, ainda assim, a violência doméstica se faz presente no recinto familiar acarretando agravos não apenas ao gênero feminino, mas também aos filhos que convivem nesse ambiente conflituoso.

A violência doméstica na vertente geracional é um tema inovador com grande potencial de análise em razão do seu estado incipiente no Brasil, sobretudo, no campo do serviço social. São raros os estudos que enfocam diretamente a violência doméstica tomando como variável o aspecto geracional. Torna-se premente a realização de pesquisas sobre a violência sofrida pela mãe por parte de seu companheiro e, posteriormente, a mesma violência sofrida pelas suas filhas também pelos seus companheiros a fim de evidenciar e dar visibilidade a esse círculo vicioso.

As indagações sobre as origens da violência doméstica no seio familiar com as conjecturas de a geracionalidade ser a principal tributária deste fenômeno precisaram de um aporte empírico, e este foi encontrado na cidade de Parintins, no Estado do Amazonas. A escolha se deu em virtude de já termos desenvolvido trabalhos acadêmicos sobre a violência contra a mulher nesta urbe por meio de projetos de extensão do Curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Educação e Zootecnia. Outras motivações para a escolha do tema ativeram aos resultados daqueles trabalhos acadêmicos, pois mostraram que em Parintins as relações sociais familiares

ainda guardam resquícios do patriarcado que inferioriza a mulher tanto no seio familiar quanto na estrutura social do município. Esta situação é agravada pela ineficiência das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher que, na região chegam com fragilidades, contribuindo para que essas mulheres permaneçam em situação de violência ao lado do agressor.

IncurSIONAR pela análise da violência doméstica no seio familiar com a intersecção entre gênero e geracionalidade requereu o emprego de uma abordagem teórica que permitisse a compreensão do problema, não do ponto de vista do fenômeno, mas a partir de sua ontologia. Deste modo a abordagem da complexidade sistêmica em Edgar Morin permitiu-nos olhar este problema a partir de várias dimensões, possibilitando-nos uma aproximação do real.

A complexidade sistêmica não tem como objetivo dominar o real nem se tornar modelo único de conhecimento e compreensão dos fenômenos com o descarte de outras formas de abordagens. Pelo contrário, ela possibilita a aproximação do real a partir de conceitos interdisciplinares que outrora foram banidos pela racionalidade cartesiana que especializou o conhecimento em disciplinas estanques simplificando a visão do todo. Essencial também foi o conceito de unidade geracional trabalhado por Mannheim. Neste estudo o termo geração é compreendido no âmbito de sua dimensão histórica e sociológica, buscando mostrar os fatores socioculturais que engendram a formação das gerações humanas em Mannheim (1952) são três conceitos sequencialmente interligados; a) posição geracional; b) conexão geracional; e c) unidade geracional.

Em seus aspectos metodológicos a pesquisa assumiu a orientação das abordagens qualitativa sem excluir os aspectos quantitativos. A abordagem qualitativa proporcionou uma leitura mais apurada do contexto do objeto de pesquisa e das variáveis sociais, econômicas, políticas e culturais relativos aos sujeitos envolvidos. Já a abordagem quantitativa nos permitiu a obtenção de dados mensuráveis que possibilitaram a construção de um cenário econômico, social e político da realidade demográfica de mulheres que sofrem violência doméstica na cidade de Parintins. A integração dessas abordagens permitiu-nos um conjunto analítico com maior robustez do fenômeno estudado.

Os procedimentos técnicos utilizados na coleta dos dados primários e secundários se ativeram na realização de entrevista semiestruturada com a assistente social da

DEAM, com a promotora de justiça da 3ª Comarca do Ministério Público de Parintins, com a representante do movimento feminista de Parintins, e por último, as entrevistas com as mulheres em situação de violência, tanto as mães quanto as filhas, inseridas no círculo vicioso da violência doméstica geracional. O locus da pesquisa concentrou-se na Delegacia Especializada da Mulher no Município de Parintins, especificamente no Núcleo de Atendimento do Serviço Social, fizemos opção por mulheres que se enquadrassem nos seguintes requisitos: mãe que sofre violência do seu companheiro e filha que sofre violência de seu companheiro.

Partindo destes requisitos, aleatoriamente selecionamos 3 mães e 3 filhas, duas gerações que sofreram violência doméstica que foram atendidas na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher no Município de Parintins, totalizando uma amostra de 6 mulheres como sujeitos da pesquisa.

As fontes de evidências nesta pesquisa consistiram em: a) Documentos traduzidos nos registros de boletins de ocorrência de violência doméstica da DEAMs; b) Fichas de atendimento do serviço social; c) Entrevista semiestruturada utilizada na captação de informações dos sujeitos como fonte de informações complementar; c) entrevista profunda, conforme tratada em Bourdieu (1999), utilizada diretamente com as mulheres inseridas no círculo vicioso da violência doméstica geracional.

As análises dos dados foram feitas de acordo com a natureza dos dados obtidos. Para os dados oriundos dos registros de ocorrência na DEAMs utilizamos as tabelas do Excel para organizá-los possibilitando as inferências dos perfis socioeconômicos das mulheres, tomadas como unidades de análise. Para os dados oriundos dos sujeitos como fonte de informações complementares e das mulheres tomadas como unidade de análise utilizamos a técnica de análise de conteúdo, conforme explicada em Bardin (2011).

Este trabalho está estruturado em três capítulos: O primeiro trata da violência doméstica como um mal estar de gênero, tanto físico quanto psicológico de mulheres em situação de violência. Nele também é apresentado o conceito de violência doméstica geracional que orientou o trabalho de pesquisa tendo o Município de Parintins como campo.

O segundo capítulo apresenta a estrutura da família Parintinenses e as mudanças de valores na sociedade atual, mostrando que mesmo havendo transformações na estrutura da organização familiar, com a emergência de novos arranjos familiares, a

violência doméstica continua a ser um problema para a sociedade parintinense, evidente nos registros de ocorrências da DEAMs de Parintins, cujos números tendem a crescer por diversos fatores. Nele também discutimos a atuação do assistente social da DEAMs junto às mulheres em situação de violência.

O terceiro capítulo apresenta a história de um feminicídio ocorrido na cidade de Parintins, mostrando que mulheres em situação de violência podem chegar à última etapa do ciclo que é o assassinato. Nele também apresentamos a história de mães e filhas no círculo vicioso da violência doméstica geracional, onde analisamos que tanto a mãe quanto a filha vivenciam a mesma situação de violência.

É assim que este estudo se reveste de significativa relevância social aos movimentos feministas e grupos de mulheres, especialmente os de Parintins, na medida em que poderá contribuir para fundamentar estratégias de políticas públicas dirigidas à prevenção da violência doméstica.

CAPÍTULO I - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM CÍRCULO VICIOSO QUE ATINGE GERAÇÕES

A violência, seja qual for a maneira como ela se manifesta, é sempre uma derrota (Jean-Paul Sartre).

1.1 Violência doméstica e o mal-estar de gênero

Desnudar a violência doméstica no contexto social da Amazônia tomando Parintins como locus de investigação, num primeiro momento pressupõe a discussão do patrimonialismo patriarcal que historicamente estendeu suas raízes na região, sobretudo a partir da colonização portuguesa.

Para Torres (2005) o patrimonialismo é a vertente do patriarcado que grassou fortemente na Amazônia ficando as bases da subjugação da mulher ao homem dando a este total poder sobre aquela, isto porque o patrimonialismo assume primazia em modelos de sociedade falocêntricas que valorizam a superioridade masculina e desprezam o gênero feminino. Diversos fatores de ordem econômica, social, política e cultural, atrelados à dominação masculina e ao modelo de sociedade patriarcal dão sustentação ao patrimonialismo.

O modelo de sociedade patriarcal que ao longo de séculos subjuguou a mulher, ainda hoje se faz presente em determinadas instituições sociais e em regiões como a Amazônia, em que ainda se cultivam valores preconceituosos contra o gênero feminino. Castells (1999) considera que as relações desiguais entre homens e mulheres se sustentam na estrutura do patriarcalismo caracterizadas institucionalmente pela imposição de autoridade do homem sobre mulher. Essas relações permeiam todas as organizações da sociedade, seja da produção, do consumo, da política, legislação e cultura, estando também no campo do discurso, da linguagem, da subjetividade e dos símbolos, transpassando as relações sociais dentro e fora do âmbito doméstico.

Para Iop (1999) o patriarcalismo instaurou a inferioridades das mulheres na sociedade de tal maneira que o poder masculino colocou em xeque a capacidade de participação ativa delas em trabalhos fora do espaço doméstico, relegando-a ao âmbito privado e subjetivamente a incluindo como propriedade do homem. O enclausuramento

da mulher no espaço doméstico pela imposição do poder masculino encontra as primeiras explicações nas palavras de Torres (2005, p.48), que chama a atenção para o fato de que “o poder masculino só reprime aquele que é uma ameaça. Quando o homem diz que a mulher é inferior, é porque inconscientemente sabe que ela é mais forte”.

As relações de gênero implicam em relações de poder que atuam no âmago da sociedade, sustentando desigualdades que atingem o gênero feminino em relação ao masculino. Ou seja, as relações de gênero “perpassam todo o corpo social onde homens e mulheres travam relações com as diferenças individuais e coletivas confrontando ideias, mantendo a tolerância e a convivência com o outro na construção de identidade, na luta pelo poder e participação na esfera pública” (TORRES, 2005, p. 51).

A posição de inferioridade feminina é construída no âmbito da dominação masculina como aponta Bourdieu (2010), cabendo à mulher o espectro da reprodução humana além do papel de mãe e esposa “[...] responsável pela manutenção da ordem na residência e criação e educação dos filhos (SAFFIOTI, 1987, p.9)”, estando em desvantagem em todos os aspectos.

Historicamente muitas justificativas, até mesmo absurdas, foram aceitas pela sociedade como forma de sustentar a inferioridade da mulher. Na Idade Média uma destas justificativas esteve atrelada às diferenças dos órgãos reprodutores masculinos e femininos. Nesse período a medicina medieval atestava que “o organismo masculino era superior por externalizar seus órgãos reprodutores enquanto que o organismo feminino, insuficientemente forte, permanecia mal acabado” (ROCHA, 2009, p.193). Isto parecia normal numa época da história caracterizada pelo obscurantismo e permeada de machismo obtuso, uma vez que não havia pessoas ou instituições que se levantassem em defesa da mulher.

A igreja católica foi peremptoriamente a instituição religiosa que melhor deu guarida ao patriarcado uma vez que “[...] o cristianismo antigo se encarregou de dar pujança a uma rede de tabus e preconceitos contra a mulher considerada como um ser de segunda categoria, dependente e submissa ao homem” (TORRES, 2005, p. 54). Um dos momentos marcantes na história que retrata visivelmente a discriminação e a opressão contra a mulher pela sociedade e pela Igreja foi o período conhecido como “caça às bruxas”. Na Idade Média inúmeras mulheres utilizavam conhecimentos tradicionais e medicinais para tratar de doenças. Esses conhecimentos se baseavam em

manipulações de plantas e ervas e nas experiências dessas mulheres com os ecossistemas florestais. Quando a Igreja sentiu que seus dogmas estavam sendo ameaçados por estes conhecimentos, os considerou como atos de bruxaria. Para tanto decretou que todas as mulheres que fossem pegas utilizando as práticas vindas destes conhecimentos deveriam ser queimadas vivas.

Estas discriminações e preconceitos atravessaram os séculos e se agasalharam na sociedade. Hoje a violência praticada contra o gênero feminino encontra nestas discriminações e nestes preconceitos as bases de sustentação para a prática de tais atos. Estas bases encontram amparo nas relações de poder entre homens e mulheres imersos num modelo de família patriarcal e sexista.

O século XX foi o ponto de partida dos questionamentos sobre a violência contra a mulher na medida em que essa problemática emergia do âmbito privado e ganhava notoriedade nos espaços públicos. O século XXI, até o momento está sendo considerado como o século do mal estar para o gênero feminino porque se reconheceu que a violência doméstica é um fator de agravo à saúde da mulher atingindo a sua alma, a sua psique e a depreciação do seu ser. Atualmente o tema da violência doméstica ganhou mais visibilidade na sociedade brasileira com a lei Maria da Penha que pune os agressores de mulheres no âmbito doméstico.

A violência doméstica em suas diversas faces produz mal estar às mulheres gerando problemas não somente físicos, mas também psicológicos alimentados por uma sociedade dominada pelo patriarcado que engendra valores negativos na constituição do gênero feminino. Fato concreto dessa problemática se confirma nos relatos de Margarida², moradora de Parintins. Ao perguntamos o que ela sentia quando sofria violência do companheiro, ouvimos o seguinte:

Quando sofro violência do meu marido, sinto um mal estar dentro da minha vida, um mal estar que me faz ficar deprimida, sem vontade de comer e até mesmo de viver. Não consigo dormir porque tenho medo dele. Quando saio na rua fico todo tempo com medo, não consigo ter alegria. As pessoas passam perto de mim e vejo todos tão felizes e eu não consigo sentir isso. O pai dos meus filhos está me matando aos poucos (Margarida, 43 anos entrevista, 2017).

² Utilizamos nomes de flores aos sujeitos da pesquisa como forma de salvaguardar o sigilo e anonimato das informantes.

O relato de Margarida mostra esse mal estar físico e psicológico que a violência acarreta às mulheres que sofrem essa mazela de seus companheiros. Não se trata só de um mal estar vivido pelas mulheres de Parintins, é sentido também por inúmeras mulheres em situação de violência. A nosso ver este tipo de violência produz um estado emocional, pois de tão abalada pelo constante medo do agressor, a mulher fica aprisionada em si mesma chegando a questionar o próprio sentido da vida. Isso interfere negativamente no seu desenvolvimento psicossocial, tendo na diminuição da autoestima uma das características que se observa em mulheres em situação como essa.

Em meados da década de 60 e 70 do Século XX, a violência doméstica tornou-se tema de reivindicações e bandeira de luta de movimentos feministas que trouxeram ao espaço público a face cruel deste problema social que oprimia e violentava a mulher em todos os seus direitos tendo nas relações de gênero o cerne da luta. De acordo com Cunha (2007) as lutas encabeçadas por esses movimentos deram visibilidade à violência doméstica passando o mesmo a ser encarado como um problema de ordem social e de ordem pública. Trata-se de lutas sociais pautadas na política de gênero organizadas no mundo ocidental com forte interferência no Brasil.

Para Scott (1990, p.21), gênero é “[...] um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos sendo uma forma primeira de significar as relações de poder”. Para Torres (2005, p. 26) “[...] homens e mulheres são determinados pelas relações de gênero, relações que envolvem valores, visões de mundo, processos educativos e ideopolíticos assimilados socialmente”. Saffioti (1997, p.41), nesta mesma discussão, assinala que o conceito de gênero esta associado a “uma construção social que define o ser mulher e o ser homem. É, pois, a partir das noções de mulher e de homem que nascem as normas que permitem a transformação de um bebê num ser feminino ou masculino”. E, por fim, para Beauvoir (1967, p.9), “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico, define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade. É o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino”.

O dialogo entre as autoras, mesmo de forma sucinta, fornece alguns elementos de compreensão da categoria gênero. Na visão de Scott o gênero se refere à diferenciação percebida entre os sexos construídos pelas relações de poder entre homem e mulher. Em Torres as relações de gêneros determinam o que é homem e o que é mulher. Em Saffioti

o gênero é uma construção social que define o ser homem e o ser mulher, e para Beauvoir, é o conjunto da civilização que qualifica o Ser mulher.

Poder-se-ia dizer, a partir destas discussões, que as relações de gênero encontram fundamentos numa construção baseada nas relações sociais entre homem e mulher, fundado nos aspectos sociais, culturais, ideológicos, econômicos e religiosos instituídos na sociedade. O relato da pesquisadora Rosa Branca³ reforça esta assertiva quando chama atenção para o fato de que,

Vivemos num modelo de sociedade onde a cultura é fundada sobre o poder de um sobre o outro e esse poder é o masculino e está em todas as instituições. A igreja reproduz o modelo masculino patriarcal e o Estado é o maior reprodutor desta sociedade de um poder sobre o outro de subjugar alguém. O Estado por ser patriarcal, uma vez que sempre esteve nas mãos do homem desde o processo de civilização, conferiu a este o direito do espaço público e o direito de tomar as decisões. O tempo todo o Estado nos subjuga e isto ocorre quando nega nossos direitos, o que é uma violência contra a mulher (Rosa Branca, 42 anos, entrevista, 2016).

Para Silveira (2014), isto ocorre porque na sociedade existem valores machistas e patriarcais que legitimam a autoridade masculina dando ao homem primazia em todas as instâncias sociais. Em Santos (2010) o gênero masculino representa a figura do poder em razão de um papel construído socialmente como o mais forte, o mais inteligente e o mais capacitado intelectualmente para ocupar uma posição social no espaço público.

A construção do papel social do homem sempre consistiu na intenção de subordinar a mulher e desvalorizar a esfera privada associada ao feminino. Deve-se reconhecer, com efeito, que o poder é exercido pelos dois gêneros. “Tanto os homens dele se utilizam para a manutenção da dominação masculina quanto as mulheres que dele procuram se utilizar para combater as desigualdades e a submissão feminina” (SILVEIRA, 2014 p.116). Em Foucault (2003), esta situação se configura como relações de dominação tendo em vista que neste tipo de relação não existe a possibilidade da resistência por se caracterizar como relações fixas e assimétricas de poder. Para Foucault a possibilidade de resistência só ocorre quando os sujeitos se sentem livres para enfrentá-las e o que a mulher tem procurado atualmente é justamente esta liberdade.

³ Nome fictício de uma intelectual estudiosa da temática de gênero e que é docente do curso de Serviço Social da UFAM/Parintins.

Toda essa discussão aponta, em certo sentido, para um estado de mal estar da mulher por ser mulher, carregado de inquietação, aflição, ansiedade e insatisfação do ser mulher enquanto gênero e produto das relações sociais tecidas na civilização. Esse mal estar de gênero, em razão da opressão sofrida pela mulher, não é algo recente. Ele está presente desde tempos imemoriais tendo em vista a forma como a figura da mulher foi sendo construída pela sociedade. Historicamente a mulher carregou consigo o estereótipo de ser frágil, dócil e delicada. Essa ideia preconcebida se naturalizou na sociedade condicionando a mulher a um mundo diferente do mundo do homem, um mundo que a isolou dos grandes caminhos da história.

Se a mulher foi condicionada a viver num mundo diferente que a isolou do mundo dos homens, a violência do companheiro contra ela é uma situação que sempre fez parte do seu mundo. Ou seja, a violência doméstica é vista como um elemento circunscrito ao doméstico, à esfera da casa, que é o mundo das mulheres, por isso, elas foram silenciada ao longo dos séculos. Rosa Branca concorda que a violência sempre fez parte do mundo da mulher, a saber:

A violência faz parte do ser humano como um todo. Nós somos propensos a ter atos violentos e a ter atitudes que são contrárias ao bem, ao carinho e ao respeito. A violência doméstica sempre existiu entre homens e mulheres. Se existem os direitos humanos, os direitos sociais e os direitos das mulheres (processos de conquista entre os seres humanos) é porque se comprova que a violência doméstica sempre existiu (Rosa Branca, entrevista, 2016).

Rocha (2009), também considera que a violência contra a mulher está presente desde o início da história da humanidade principalmente em virtude de que o gênero feminino era ignorado por filósofos, médicos e poetas da antiguidade que a descreviam como um ser apático e totalmente inferior ao homem em todos os seus aspectos. A violência contra a mulher ao longo de séculos foi vista pela sociedade como natural por não fazer parte do mundo dos homens. Stearns (2007) assinala que o marido era o juiz da esposa se ela cometesse alguma falta ele tinha total liberdade de castigá-la e caso cometesse adultério ele poderia tirar a vida desta mulher. Por esse motivo, “ao longo de séculos a violência doméstica se manteve silenciada não ultrapassando os muros da própria casa das mulheres que sofriam maus-tratos” (GROSSI e AGUINKSY, 2012, p.25), e a passividade da sociedade diante desta problemática contribuiu para um número expressivo de homicídios praticados contra as mulheres ocasionados pela violência física.

No Brasil, foi a partir das décadas de 60 e 70 do século XX que surgiram as primeiras lutas das mulheres contra a violência que elas sofriam no espaço doméstico, escondido e sem repercussão. Essas lutas só tiveram certa repercussão, visibilidade e notoriedade em jornais e revistas de grande circulação da época a partir do ano de 1975, quando a ONU-Organização das Nações Unidas instituiu-o como o Ano Internacional da mulher.

Essas lutas mostraram que no Brasil as origens e o problema da violência contra a mulher também eram os mesmos que a história sempre narrou ao longo dos séculos: As relações desiguais de gênero e poder, androcêntrico contribuíram enormemente para a naturalização da violência contra a mulher, aprisionando esse problema no espaço privado, conforme Priori (2007), as relações de gênero carregam elementos das desigualdades oriundas do processo de construção de identidade entre o masculino e o feminino contribuindo para a hierarquização dos gêneros. Essas desigualdades produzem modelos em torno do feminino e do masculino baseados em princípios de submissão e dominação que favorecem as relações desiguais de poder.

Para Foucault (2003, p.183) o poder “[...] se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; os indivíduos nunca são os alvos inertes ou consentidos do poder, são sempre centros de transmissão”. Então, é verdade que na sociedade, os indivíduos podem exercer o poder ou sofrer ações deste poder. Foucault (2003) deixa claro que por estabelecer-se em rede o poder não deixa de circular, pois os elementos que compõem essa rede, no caso os indivíduos, não estão inertes, mas, sobretudo estão em movimento na busca desse poder conscientes ou não.

Deve-se perceber nestas discussões foucaultianas, que o poder está presente em todas as dimensões das relações sociais e qualquer um pode exercê-lo, inclusive mulheres que buscam construir seus espaços nessa microfísica do poder, que se capilariza em todos os meandros da sociedade (TORRES, 2002).

Em Cunha (2007), percebemos que a violência doméstica é qualquer ato que cause dano físico, sexual ou emocional à mulher, à criança e ao idoso, ou seja, a qualquer grupo social, independente do sexo ou posição, que conviva no mesmo domicílio do agressor, praticado por pessoas de parentesco. A violência doméstica se

manifesta em diferentes modalidades e em muitos casos é silenciada pela mulher em virtude do medo que sente do agressor devido as constantes ameaças que sofre.

No caso da mulher, assim como também em outros grupos sociais, a violência doméstica acarreta agravos sérios à sua saúde física e psicológica, às constituem-se em danos irreparáveis. Alguns problemas de saúde decorrentes da prática da violência contra a mulher podem envolver DST, inflamação pélvica, aborto espontâneo, dores de cabeça, depressão, síndrome do pânico, medo, fadiga e ansiedade. Estes problemas de saúde ocasionados pela violência geram um mal estar tornando-a passível de cometer suicídio. Sá (2011, p.68) afirma que “a depressão aliada à desesperança, pensamentos negativos ou percepções sobre eventos estressores são alguns dos indicadores clínicos de sofrimento que estão associados com o risco de comportamento suicida”.

A violência psicológica, como uma das dimensões da violência doméstica, também afeta o emocional da mulher gerando uma sensação de mal estar consigo mesma, impedindo-a, em muitos casos, de exercer uma atividade remunerada, de fazer amizades, desenvolvendo problemas com a autoestima, causando o seu isolamento de todas as pessoas que a rodeiam. Esse tipo de agravo está claramente delineado no Artigo 7º da Lei Maria da Penha. Vejamos:

[...] como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

A violência psicológica contra a mulher apesar de não deixar marcas visíveis no corpo deixa cicatrizes indeléveis no seu ser para toda a vida. A nossa entrevistada sobre os danos que a violência psicológica acarreta à mulher, ela delineou o seguinte quadro:

A violência psicológica passa despercebida pela mulher, sendo perceptível somente quando ocorre o adoecimento físico como depressão, síndrome do pânico e determinados transtornos. A violência psicológica dura anos, a pessoa morre e nunca percebeu que sofreu violência porque o ambiente familiar em que ela viveu também era assim (Rosa Branca, entrevista, 2016).

Em muitas situações, a violência psicológica é camuflada de tal maneira que a mulher não consegue perceber que está vivenciando situação de violência por parte do homem. Esta aparece no cotidiano de forma sutil sendo visível somente quando ocorre o

adoecimento físico relacionado a anos de violência. Pela experiência que tivemos em Parintins, percebemos que este tipo de violência cria barreiras emocionais que impedem a mulher de denunciar o agressor devido as constantes ameaças contra sua vida. O medo que sente do seu algoz é tamanho que o silêncio e o isolamento de todos os seus ambientes sociais são tomados como alternativas para evitar problemas mais sérios. É preciso ter claro que essa situação violenta “desencadeia fatores emocionais como medo, constrangimento, abalos psíquicos desestruturando a sua personalidade devido a opressão constante em que convive, contribuindo para o sentimento de culpa, debilidade emocional, isolamento e inferioridade” (PRIORI, 2007, p.41), florescendo anseios nunca antes sentidos quando não se vivia com o companheiro agressor.

O Quadro 1 apresenta um recorte de dados dos primeiros 10 meses do ano de 2015 da Central de Atendimento do Disque 180 da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Brasil. O quadro não objetiva mostrar quantidades, mas a existência de tipologias de violência que a mulher que vive com um companheiro sofre no país.

Tipo de violência	Mulheres	%
Violência física	31.432	49,82
Violência psicológica	19.182	30,40
Violência moral	4.627	7,33
Violência patrimonial	1.382	2,19
Violência sexual	3.064	4,86
Cárcere privado	3.071	1,76
Envolvendo tráfico	332	0,56
Total	63.090	100,00

Quadro 1: Denúncias feitas nos primeiros 10 meses de 2015 com as tipologias de violência.

Fonte: Organizado por Kelem Pontes a partir dos dados da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República–(SPM-PR). Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-nacionais-sobre-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em 03.05.2016.

Observe-se que a violência física ocupa o primeiro lugar como a tipologia que mais atinge as mulheres. Essa é a mais evidente por deixar marcas visíveis. Ela se manifesta por meio de pancadas, chutes, queimaduras, puxões de cabelo, mordidas, arranhões e bofetadas no rosto. A lei Maria da Penha a tipifica no artigo 7º como “qualquer conduta que ofenda sua integridade física ou saúde corporal”. Para Cunha (2007, p.96), o “uso dessa violência revela a pretensão daquele que quer assegurar sua

dominação”. Neste caso, o homem se apropria dela e a exerce contra a mulher para mostrar que é ele que domina. Bourdieu (2010) assinala dizendo que a dominação impõe aos dominados limitações nas suas possibilidades de pensamento e de ação. A mulher, como ser dominado não usufrui de sua capacidade de decidir sobre algo que queira, uma vez que sua autonomia é tolhida pelo poder do companheiro por meio da violência física.

A violência psicológica assume o segundo lugar e os problemas acarretados por ela já foram tratados nas discussões anteriores. A violência moral é a terceira tipologia e se configura no ato de desmoralizar a mulher denegrindo sua imagem. A materialização desta violência se dá por meio de palavras como “calúnia, difamação e injúrias” (LEI MARIA DA PENHA, 2006, P.15) proferidas com o objetivo de desmoralizar a imagem da mulher.

A violência patrimonial se coloca como a quarta tipologia e envolve qualquer ato do companheiro que tente destruir ou reter qualquer objeto, seja pessoal ou não da companheira. A violência patrimonial delineada pela Lei Maria da Penha (2006) é compreendida como “qualquer conduta que venha reter, subtrair, destruir parcial ou total seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos” visando prejudicar o gênero feminino.

A violência sexual como quinta tipologia ocorre mais no âmbito doméstico. É silenciada em decorrência de ameaças de morte que a mulher sofre pelo seu agressor. Segundo a Lei Maria da Penha (2006), a violência sexual envolve qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, a manter ou até participar de relação sexual não desejada, por meio de atitudes que venham intimidar, ameaçar, coagi-la, ou venha, pelo uso da força, induzi-la a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade.

Estas cinco tipologias de violência citadas e tipificadas pela Lei 11.340/2006 (Maria da Penha) são passíveis de punição contra o agressor. Ressalte-se, neste âmbito das violências o tráfico de mulheres que tem se intensificado nos últimos tempos. Está associada a um negócio econômico baseado no aliciamento e recrutamento de mulheres para trabalhar fora do país de origem. Na busca por melhores condições de vida, essas mulheres acabam enganadas por traficantes e exploradores sexuais, que as obrigam a trabalhar como prostitutas, sendo aprisionadas como verdadeiras escravas do sexo.

TORRES e OLIVEIRA (2012, p.64) chamam atenção para o fato de que “muitas dessas mulheres se submetem a estas condições de vida com o objetivo de sustentar financeiramente seus familiares, que dependem desses recursos para suprir suas necessidades. A necessidade de enviar remessas mensais força-as a permanecerem neste perverso sistema de exploração”.

Outro tipo de violência que não consta no Quadro 3 é a violência simbólica. Esta se manifesta de forma suave, apresentando-se de forma camuflada na vida das mulheres, aparentemente não exhibe marcas visíveis, mas traz consequências como qualquer outro tipo de violência. Bourdieu (2010 p.50) considera que a “violência simbólica é uma forma de poder que se exerce diretamente sobre os corpos, e como que por magia, sem qualquer coação física”.

É por meio da violência simbólica que as instituições como o Estado, a escola, a arte e a religião, dentre outros, exercem um controle sobre os indivíduos que aceitam de forma inconsciente os mecanismos de dominação em que estão embutidas as ideologias, as regras, as normas e os valores estabelecidos. São diversos os exemplos de violência simbólica veiculada pela mídia, nas músicas, nas relações familiares e nas piadas entre amigos, cuja a imagem da mulher é repassada de forma estereotipada, depreciativa e em forma de gracejo e frivolidade.

Todas essas tipologias de violência no Brasil geram mal-estar às mulheres, e atualmente, estão associadas a diversos fatores conjunturais, tais como: retração dos direitos sociais, trabalhistas, reforma da Previdência, desemprego, fome e miséria gerando insatisfação, insegurança e ansiedade. Trata-se de um mal estar de gênero difícil de depurar-se em razão da carga de crenças que envolvem o tema e a vulnerabilidade acentuada que passam as mulheres no atual momento histórico brasileiro (TORRES, 2016).

No campo social o mal estar de gênero é perceptível em diversos aspectos como quando são às mulheres tais como o acesso à informação, o atendimento humanizado em órgãos públicos, assim como o acesso a bens e serviço públicos de qualidade. Isto também abrange o campo do trabalho quando elas são impedidas de exercerem certos cargo ou funções, ou de tomarem determinadas decisões.

Na questão econômica o mal estar de gênero é constatado nas disparidades salariais entre homens e mulheres que desempenham as mesmas atividades no trabalho,

o que é muito presente em nossa sociedade. Essas disparidades tendem a alimentar as desigualdades de gênero favorecendo a prática de várias tipologias de violência doméstica, uma vez que os baixos salários das mulheres em relação ao salário dos homens as impedem de terem autonomia com a possibilidade de saírem de situações de violência que podem estar sofrendo. Para Rosa Branca “na *nossa sociedade o que vale é o econômico. Se o homem trabalha é ele quem manda na sociedade, pois é ele que tem o dinheiro. Assim a sujeição da mulher em relação ao homem está naquilo que ele pode oferecer a ela*” (entrevista, 2016). O fator econômico tem sido considerado um dos elementos determinante para a permanência de mulheres que sofrem violência ao lado de seus algozes.

No campo cultural a família é considerada a primeira instituição responsável pela passagem de todo o conhecimento acumulado de gerações anteriores aos seus membros por meio da comunicação oral. O conjunto de conhecimentos acumulados dos antepassados são elementos fundamentais do seu sistema cultural, entendido por Laraia (2001, p. 52), como “um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores”. Para Morin (2011, p.29) é a existência de “[...] um *imprinting*⁴ cultural que marca os humanos desde o nascimento com o selo da cultura, primeiro familiar e depois escolar prosseguindo na universidade ou na profissão”. Para este autor a cultura é uma emergência que produz realidades originais que retroagem sobre o homem, em termos antropológicos, enquanto ser biológico, entendendo que o biológico neste homem está embebido de cultura.

Seguindo esta linha de pensamento Romanelli (2003) acrescenta que um elemento importante no processo de socialização dos membros da família está na sua forma de organização por meio da qual são transmitidos os valores, as normas e os modelos de conduta que os nortearão em todos os âmbitos sociais no sentido de serem sujeitos de direitos e deveres tanto na família quanto no espaço público.

Nesse processo de socialização dos membros da família há um conjunto de valores, normas, modelos e costumes que são naturalizados e reproduzidos formando gerações. Esses valores certamente carregam também a discriminação, o preconceito, o machismo, a violência, o autoritarismo masculino, a inferioridade feminina, etc,

⁴ O termo *Imprinting* é um substantivo utilizado na língua inglesa para significar **impressão, marca, cunho, carimbo, sinal**. Esta palavra também descreve conceitos e fenômenos relacionados com a **genética** e a **psicologia**.

elementos estes que refletem negativamente no gênero feminino ocasionando o mal estar na mulher.

No campo político o mal estar de gênero se faz presentes em todos os espaços políticos de discussão. Nele o machismo, a discriminação, o preconceito e a violência contra a mulher, se mostram muito claros. Adentrar os espaços políticos nas palavras de Torres (2005), exigiu coragem das mulheres para enfrentarem um universo assaz dominador, exigindo delas prova de sua capacidade intelectual no desempenho de certos ofícios e profissões no espaço público. De acordo com a nossa entrevistada “a sociedade permitiu que as mulheres ocupassem os espaços públicos, mas não contribuiu para que elas tivessem qualidade de vida. Para esta mulher chegar ao pé de igualdade com o homem é preciso que ela abdique de diversas coisas, até mesmo de construir uma família” (Rosa Branca, entrevista, 2016).

Os jornais de grande circulação do país semanalmente estão noticiando feminicídios causados pela sensação de posse que o agressor tem sobre os sentimentos da sua companheira e o entrelaçamento discutido pode ser uma das bases desta causa.

Por outro lado, a violência sofrida pelas mulheres pode também induzi-las a serem mentoras e perpetradoras da violência. O sofrimento psicologicamente acumulado precisará de uma válvula de escape. Então, ela pode descarregar esse acúmulo no agressor, o que pode ser menos provável ou raro, mas certamente descarregará esses traumas nos próprios filhos. Para Rosa Branca:

A mulher é constantemente violentada e isto é percebido quando ela vai a uma instituição e não é atendida; se ela vai ao mercado comprar algo e não consegue é violentada mais uma vez, porque não tem dinheiro pra comprar; ela é violentada na escola quando dizem que ela não aprende; também em casa é violentada pelo marido que lhe bate porque ela não fez o que ele havia pedido. O ambiente em que se encontra essa mulher é de violência e ela pra descarregar precisa usar de violência contra alguém e neste caso ela violenta os filhos (entrevista, 2016).

Então, ao mesmo tempo em que essa mulher sofre violência ela também pratica a violência quando descarrega a sua carga em sua prole. A violência que ela exerce sobre os filhos decorre do fato de ela ter sido violentada. O uso dessa violência contra sua prole é uma forma de descarregar todas as agruras que a cerca.

Existem relações conjugais cuja agressão é recíproca e nem sempre a mulher é somente vítima. Há casos em que ela é também mentora da violência. De acordo com Saffioti (2015), há casos de mulheres que tendem a provocar seus companheiros de tal forma que eles findam se utilizando da violência contra ela. Há também mulheres que se

utilizam de violência moral com a finalidade de denegrir a imagem do companheiro. Contudo, mesmo que em determinados casos a mulher seja mentora da violência, mesmo assim, ainda é o homem o maior agressor na relação conjugal.

Viver numa sociedade desigual, preconceituosa e discriminatória é um desafio para às mulheres, uma vez que elas são violentadas diariamente. É preciso ultrapassar os muros da discriminação, do preconceito e de palavras que tendem a denegrir a imagem da mulher engendrando o mal estar de gênero. Torna-se urgente reconhecer que as mulheres têm a mesma importância do homem na sociedade remetendo para a superação de todas as situações que as levam a se culpabilizarem por serem mulheres.

1.2 A Violência doméstica geracional, o que é?

O estudo da violência doméstica pela ótica da geracionalidade se mostrou difícil. Encontrar literatura no âmbito das ciências sociais sobre violência doméstica com vertente na geracionalidade familiar se apresentou como um dos primeiros entraves a ser vencido na consecução deste trabalho. A violência doméstica tem sido objeto de estudos de diversos autores assim como o tema da geração, porém verificou-se não haver conexão entre seus argumentos de forma a serem tratados como uma unidade conceitual.

Os estudos mais profícuos sobre a violência doméstica geracional foram encontrados no campo da psicologia que aprofunda na tentativa de compreensão da problemática tomando a transmissão de comportamentos dos pais aos filhos como fundamento. Para a psicologia “filhos que testemunharam violência entre os pais tem maior risco de apresentar problemas de adaptação social, delinquência e transtornos mentais, e posteriormente na vida adulta tornarem-se perpetradores ou vítimas de violência conjugal” (MIRANDA E BODIN 2010, p. 301).

A psicologia compreende que a transmissão da violência doméstica pela geracionalidade se dá pela exposição dos filhos a um ambiente familiar conflituoso tomando-se a violência doméstica geracional como uma patologia. Hiller (2010, p.60) assinala que “[...] sujeitos que foram vítimas ou testemunharam comportamentos de violência na família de origem apresentam uma maior probabilidade de virem a desenvolver comportamentos violentos no futuro em suas relações conjugais”. Então, no campo da psicologia se entende que essa transmissão geracional ocorre porque os filhos

não tiveram outros modelos de famílias que os conduzissem a atitudes e ações longe da violência doméstica.

Não obstante, deve-se esclarecer de pronto que este estudo não tem a finalidade de enfocar a violência doméstica geracional como uma transmissão geracional, partindo do pressuposto de que pais violentos levam os filhos a serem violentos na fase adulta. A nossa análise concentra-se na emergência das interações entre os membros da família e destes com o seu sistema social atrelado às suas heranças hereditárias. Assim, tomaremos a violência doméstica geracional como uma tipologia na medida em que tentaremos unir o conceito de violência doméstica com o conceito de geração a partir de duas abordagens teóricas: a abordagem sociológica sobre gerações de Karl Mannheim e o pensamento complexo em Edgar Morin.

Para se compreender o termo geração e o sentido tomando neste estudo, é primordial que apresentemos alguns significados deste conceito em razão de suas características polissêmicas. Forquin (2003) apresenta três formas diversas de aceção do conceito de geração. Na primeira aceção geração tem um sentido genealógico envolvendo as relações de filiação ou grau de filiação (primeira, segunda, terceira geração...), a partir da origem de um indivíduo; a segunda aceção se refere ao uso do termo no sentido de classe ou categoria de idade como: jovem geração, geração adulta, antiga geração, dentre outras. E por último, a aceção de geração no sentido histórico e sociológico designando um conjunto de pessoas que nasceram no mesmo período tendo em comum uma experiência histórica idêntica ou proximidade cultural.

O termo geração, segundo Motta e Weller (2010), ganhou popularidade a partir de manifestações culturais e políticas (geração hip-hop; geração caras pintadas); ou de desenvolvimentos tecnológicos (geração Y; geração Net) conferidos pelos meios de comunicação.

O sociólogo Karl Mannheim⁵ foi quem realmente se debruçou nos estudos do termo geração. Para este autor o termo deve ser compreendido no âmbito da dimensão histórica e sociológica, o que levaria ao entendimento de como são formadas as gerações humanas. Seus estudos sobre geração se fundamentam em três conceitos sequencialmente interligados; a) posição geracional; b) conexão geracional; e c) unidade

⁵ Karl Mannheim (1893-1947) foi um sociólogo judeu húngaro aluno do sociólogo Alfred Weber, irmão de Max Weber. Sua obra *O problema das gerações* tem sido utilizado pelas ciências humanas e sociais como referência nos estudos sobre geração.

geracional. Weller (2010, p.214-217)⁶ explica de forma clara e coesa a conexão entre os três conceitos utilizados por Mannheim:

A posição geracional se refere à capacidade de os indivíduos absorverem as experiências postas pela sociedade. Tais experiências podem agrupar determinados indivíduos e outros não, uma vez que nem todos são capazes de participar das mesmas experiências. O movimento acadêmico revolucionário do século XIX em Portugal, denominado de Geração 70 ou Geração Coimbra, é tomado como uma ilustração.

Este movimento reuniu vários jovens intelectuais da época que influenciados por novas ideologias trouxeram mudanças ao campo político e cultural português cujas transformações se materializaram com a introdução do realismo⁷, embora nem todos os jovens da época chegaram a participar deste movimento.

Aqueles que absorveram os valores e as experiências deste movimento se interligaram por algum motivo trilhando o mesmo caminho naquele período. Isto se configura como o segundo elemento do pensamento de Mannheim que ele denomina de conexão geracional, porque essas ideias uniram os jovens participantes em uma determinada situação, que por sua vez, esteve relacionada à participação desses indivíduos nas mesmas experiências e na mesma temporalidade.

Esse agrupamento de jovens acadêmicos portugueses participantes da mesma experiência naquele período se configura no terceiro elemento estabelecido por Mannheim que ele denominou de unidade geracional. Esta consiste na formação de grupos que compartilham dos mesmos objetivos, interesses, experiência e vivência. Cada grupo forma uma unidade de geração com perspectiva, reações e posições diversas de outros grupos. Em síntese, o conceito de geração em Mannheim se refere a um grupo de indivíduos que compartilham da mesma experiência histórica tendo o mesmo estilo de vida, a mesma forma de pensar e de agir em determinado período de tempo.

Tomizaki (2010, p.338), tomando como norte um trabalho de Mauger⁸, considera que Mannheim não levou em conta seus estudos sobre geração “[...] a dimensão familiar ou das relações de parentesco”, uma vez que se preocupou em olhar somente a

⁶ Doutora em sociologia pela universidade de Berlim, professora adjunta da faculdade de educação da Universidade de Brasília, publicou o artigo intitulado *A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim*, a qual discute a atualidade e pertinência do conceito de geração para os estudos contemporâneos.

⁷ O Realismo foi um movimento que ocorreu em 1865 em Portugal com o objetivo de trazer novas ideias filosóficas e científicas que estavam em voga na Europa.

⁸ Gerard Mauger é autor de um trabalho intitulado *Génération et rapport de générations*, que estuda gerações familiares.

dimensão social-histórica do termo. A autora, entretanto, percebeu um relacionamento entre a abordagem conceitual de Mannheim e a abordagem conceitual de gerações familiares, mesmo com sutis diferenças entre ambos os conceitos.

Deve-se reconhecer, a partir dessa autora, que o conceito de geração abordado por Mannheim, posicionado no âmbito social, não está descolado do contexto das gerações familiares, uma vez que a unidade geracional apontada pelo autor envolve grupos concretos⁹ e, neste caso a família, é considerada um grupo concreto em que seus membros, pelo processo de socialização, recebem influências da ordem social, política e econômica vigentes. Tratou-se, entretanto, de perceber o âmbito social sem considerar os aspectos hereditários como elementos essenciais da organização familiar. Para preencher essa lacuna, buscamos na dialógica da complexidade em Edgar Morin as contribuições necessárias para introduzir a hereditariedade como elemento essencial da organização familiar, possibilitando-nos explicar a violência doméstica como um fenômeno geracional não transmissível, mas emergente das relações entre os seus membros e destes com o sistema social no qual estão inseridos.

Para Morin (2005) toda organização viva carrega consigo uma inscrição genética que recebe hereditariamente de seus antepassados e as transmite por meio da reprodução a outras gerações. O que se transmite às gerações futuras são características ancestrais da raça e da espécie. É a vida e a possibilidade de viver por si mesmo. Cada ser vivo nasce com uma tendência hereditária, seja para se alimentar, acasalar ou cuidar da sua progenitura. Morin considera que essa inscrição genética inerente à estrutura dos genes é, ao mesmo tempo, repetição ou recomeço do antigo, ressurreição, ou seja, o que a organização viva vivencia hoje, provém de seus antepassados.

Nossos pais e nossos ascendentes estão em nós e estritamente associados aos nossos genomas¹⁰, em nosso comportamento e hábitos mentais, inclusos em nossa identidade. A título de ilustração, tomemos o peixe como elemento biológico e cultural de nossa alimentação. O ato de o comermos consiste numa relação biológica alimentar em que seus nutrientes farão parte do nosso ser biológico. Também o ritual da pesca, da preparação e da forma como iremos comer este peixe se constitui numa relação cultural

⁹ Grupos sociais concretos, segundo Mannheim (1952), são aqueles grupos que mantem uma relação existencial de pertencimento, o que é fundamental para a coesão do grupo, tendo como exemplos a família e as seitas.

¹⁰ Código genético que possui todas as informações hereditárias de um ser. Essa codificação se situa no DNA, sendo o conjunto de todos os diferentes genes que se encontram em cada núcleo de uma determinada espécie. O genoma humano dispõe das informações básicas necessárias para o desenvolvimento físico de um ser humano.

passada pelos nossos ancestrais, que encontra guarida em nosso ser porque em nosso DNA a identidade cultural de nossos antepassados está guardada e favorece a aceitabilidade desses rituais que se traduzem em processos culturais.

De acordo com Morin (2005) a essência do homem possui elementos tanto biológicos quanto culturais, ambos indissociáveis, sendo componentes de um mesmo anel¹¹. A afetividade, a inteligência e o espírito humano são realidades vivas que compõem a subjetividade do homem e são provenientes da questão biológica presente no seu DNA. Esses elementos são culturais porque fazem parte do fenótipo humano que estrutura as características externas, não somente físicas do homem, mas também das características subjetivas inerentes a seu ser¹².

Maturana e Varela (1987, p.133), que estudaram os fenômenos sociais a partir de bases biológicas estabeleceram o conceito de acoplamento cujo teor dá conta de que, havendo compatibilidade entre a unidade e o meio, ambos agem ao mesmo tempo como fontes mútuas de perturbações e desencadeiam mudanças mútuas de estado num processo contínuo. Assim, tomando o homem como a unidade e a sociedade como o meio, Morin (2005) expressa que essa subjetividade do ser, traduzida em cultura, vai depender do contexto social em que o indivíduo se encontra para emergir. Deste modo, considera que tudo o que compõe o biológico do homem é embebido de cultura retratada em sua forma de comer, beber, dormir, sonhar e viver. Na perspectiva moriniana, todo ato humano é biológico e cultural, seja do mais simples ao mais complexo.

Uma vez expostas as sínteses das abordagens de Mannheim e de Morin, elas nos oferecem o suporte para fazermos as seguintes aplicações práticas: a abordagem de Mannheim nos possibilita, por um lado, trabalhar a violência doméstica partindo do pressuposto de que ela emerge das interações culturais entre a família e o contexto social onde se insere, e por outro lado a abordagem de Morin nos possibilita trabalhar a violência doméstica partindo do pressuposto de que ela também emerge da geracionalidade ancestral familiar.

Aceitando-se que a família é um grupo concreto, podemos considerar que ela comporta unidades de geração, uma vez que seus membros podem fazer parte de outros

¹¹ Para Morin o termo anel utilizado em seu método de abordagem teórica da complexidade se refere à circularidade dialética entres os componentes culturais e biológicos.

¹² Este assunto é de alta complexidade para ser aprofundamento neste estudo. Ele se encontra muito melhor explicado no Método 2 - A vida da vida de Morin (2005)

grupos sociais com diversos objetivos. Uma vez que o grupo familiar não está isolado do contexto da sociedade do qual faz parte, mas mantém interações com ele por meio de seus membros que absorvem valores culturais desse contexto familiar, ao mesmo tempo em que transmitem valores culturais para este contexto, podem emergir dessas interações valores que levem à prática da violência contra a mulher.

Aceitando-se também que a violência doméstica ocorre em várias famílias independentes do lugar, da época ou de vinculações familiares, os membros dessas famílias que sofrem violência compartilham das mesmas experiências e vivência decorrentes dessa problemática. Argumenta-se, então, que o conjunto dos membros de famílias que sofrem violência doméstica pode ser tomado como uma unidade de geração¹³ assim como no exemplo dos jovens portugueses da geração Coimbra.

A abordagem de Mannheim neste estudo limita-se às interações entre a família e a sociedade. Por este motivo, faz-se necessário um ancoramento em Morin para verificarmos se a violência doméstica sofrida pela geração da mãe e pela geração da filha também encontra fontes em suas ancestralidades como um valor cultural traduzido em suas hereditariedades.

Em nossa trajetória de estudante registramos duas histórias ouvidas durante a experiência como estagiária bolsista na DEAMs. A primeira história é de uma mulher que relatou a experiência de quando criança que via sua mãe usar de violência física contra o seu pai. Ela relatou que sua mãe era bastante brava, e acreditava ter herdado da mãe essa brabeza¹⁴ porque certa vez furou seu companheiro com uma faca porque o mesmo a agrediu verbalmente.

Outro caso se refere a uma mulher que relatou sofrer violência de seu companheiro. A mesma contou que seu pai agredia constantemente sua mãe e esta permanecia inerte não tomando nenhuma atitude contra ele. Na época deste relato esta entrevistada revelou que ela própria vivencia a mesma situação de violência há mais de 20 anos impetrada pelo companheiro, e assim como sua mãe, ela também não tomava nenhuma atitude contra o agressor. Estes relatos nos instigam a indagar se essas mulheres herdaram hereditariamente de seus pais estes comportamentos culturais em relação à violência doméstica.

¹³ Os boletins de ocorrência da DEAMs Parintins que registram casos de mulheres que sofrem violência doméstica consideram essas ocorrências como características de uma unidade de geração, tendo a família como elemento aglutinador.

¹⁴ Termo utilizado por essa mulher.

Tratar a violência doméstica como uma emergência da hereditariedade familiar supõe mergulharmos num universo de dúvidas por ser um terreno movediço, somado à escassez de literatura e pesquisas que nos permitam fazer inferências robustas. Por este motivo, fez-se necessário ouvir quem já teve experiência no trato deste assunto. Em diálogos com uma pesquisadora da temática de gênero e de uma assistente social da DEAMs detectamos que ambas mantêm uma certa concordância quanto ao entendimento de que a violência doméstica possui características geracionais presentes em algumas gerações familiares. Para Rosa Branca,

Cada pessoa traz em seus genes as experiências que seus antepassados vivenciaram, e se esses ancestrais vivenciaram atos de violência, eles estão nos genes de seus descendentes por causa do DNA que contém todas as nossas informações genéticas. Portanto, a mulher que vivenciou na sua infância situação de violência, a chance de ela vivenciar a mesma situação na fase adulta é ainda maior (entrevista, 2016).

O relato de Rosa Branca encontra suporte em Morin (2012), pois para este cada indivíduo carrega consigo um patrimônio hereditário inscrito no código genético. Segundo o autor a herança cultural que herdamos dos nossos antepassados está inscrita, primeiro, na memória de cada pessoa e posteriormente nas leis, nos direitos, nos textos sagrados, nas literaturas e nas artes, obtidas em cada geração hereditária. O patrimônio cultural sofre transformações a cada geração familiar. Para a assistente social Violeta da DEAMs a violência doméstica com características geracionais é algo complexo e está intrinsecamente relacionada com o sistema cultural, levando esta mazela a se naturalizar no contexto familiar ao ponto de não se ver qualquer perspectiva de mudança entre as gerações. Vejamos:

A violência doméstica geracional é a violência na qual a cultura acaba influenciando o contexto familiar. Essa violência envolve diversos fatores e não se pode encará-lo como algo reducionista tal a sua complexidade. Além disso, a violência doméstica geracional envolve principalmente a cultura que a baliza, tornando-a algo natural, portanto, sem perspectiva de mudança nas gerações futuras. (Violeta, 36 anos, entrevista, 2016)

Por mais que a assistente social tenha focado só os aspectos culturais não considerando o aspecto hereditário, mesmo assim se percebe uma conexão entre as duas falas, uma vez que, do ponto de vista biológico cada indivíduo carrega hereditariamente em seu DNA características singulares de seus ancestrais. Já do ponto de vista cultural, cada indivíduo carrega consigo os valores, costumes, ideologias, modo de comer, beber, vestir e andar, produzindo dessa forma cultura, conforme estabelece Morin (2005).

Os embasamentos teóricos expressos neste tópico e a possibilidade de associá-los a uma abordagem empírica nos permitiu construir um conceito próprio de violência doméstica geracional a ser utilizado no âmbito deste estudo. Portanto, conceitua-se que: “a violência doméstica geracional se constitui numa modalidade de violência que emerge entre as gerações da mesma linhagem familiar pela interação cultural entre os membros da família, e entre estes e o sistema social no qual estão inseridos, atrelados a uma herança hereditária impregnada dos valores culturais de seus antepassados”.

A Figura 1 procura expressar da seguinte forma este conceito: Olha-se a família pela abordagem sistêmica¹⁵ pensada por Morin (2016, p. 156-169). Assim, o homem, a mulher e a prole constituem elementos do sistema familiar. Tomando somente o homem e a mulher como exemplo, percebemos que no sistema familiar ambos mantêm interações¹⁶ entre si. A princípio estas interações estão fundadas no patrimônio hereditário de seus ancestrais inscritos em suas heranças genéticas. Estas inscrições se traduzem em costumes, valores, crenças e visões de mundo imanentes a cada um, se manifestando no sistema cultural familiar.

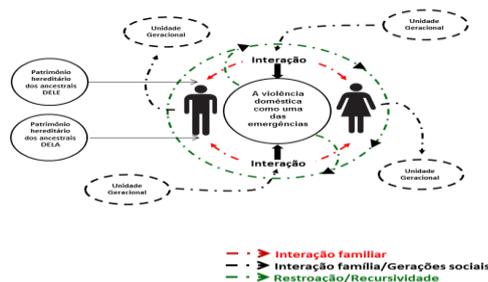


Figura 1: Esquema explicativo do conceito de violência familiar geracional.
Fonte: Elaborado por Vitor e Kelem Pontes, 2016.

Este sistema cultural familiar também que interage com o sistema cultural da sociedade na qual a família está inserida. Isto se mostra nas interações entre os membros da família e as unidades geracionais, segundo a abordagem teórica de Mannheim

¹⁵ A abordagem sistêmica moriniana é dialética e está assim estruturada: os elementos mantêm interações entre si e mantêm interações com o ambiente no qual estão inseridos. A forma como esses elementos estão ou estarão organizados no sistema depende das interações. Essa organização está em constante transformação porque as interações produzem emergências (coisas novas) que retroagem sobre esses elementos e sobre a própria organização. Sempre que se dá a retroação ocorre o processo de complementaridade que se constitui em um tipo de reorganização dos elementos no sistema formando uma nova organização, porém mantendo a essência do sistema. Em Morin a organização é a essência e a estrutura interna do sistema, enquanto que este se constitui na aparência externa.

¹⁶ Em Morin as interações se constituem numa relação de reciprocidade e interdependência entre os componentes de um sistema. Essa interdependência se traduz na perspectiva de que os elementos sempre precisarão de outros para manterem certos papéis, posições ou até mesmo sobreviverem no sistema. Em outras palavras, num sistema um elemento nunca será completo sem o outro ou outros, apesar de ter essência própria.

(1952). Estas interações também se traduzem em costumes, valores, crenças e visões de mundo que são absorvidos tanto pela família quanto pelo sistema cultural onde esta se insere como se fosse uma via de mão dupla.

De todas estas interações brotam emergências no seio do sistema familiar que retroagem sobre os membros da família, e sobre esta como organização. A título de exemplo, tomemos o nascimento dos filhos: O nascimento destes é uma emergência oriunda da interação biológica¹⁷ entre o homem e a mulher. Quando estes nascem obrigam o homem e a mulher nos seus papéis de pais a reorganizarem os seus hábitos familiares, as finanças, a moradia, etc. isto se caracteriza como retroação. Quando esta emergência se naturaliza no sistema cultural da família, isto se caracteriza como complementaridade. Assim temos uma nova organização do mesmo sistema familiar.

Portanto, a Figura 1 tenta mostrar que a violência doméstica geracional é uma emergência porque ela brota das interações familiares entre o homem e a mulher, uma vez que estes podem carregar em seus genes este valor cultural herdado de seus antepassados. A violência doméstica geracional pode também encontrar na interação da família com o sistema social onde se insere os mecanismos de disparo de suas potencialidades. Ela é geracional porque emerge das heranças hereditárias.

A violência doméstica geracional no âmbito familiar é sutil e imperceptível aos membros da família tomando a forma de valor cultural que impede os membros de perceber que estão vivenciando situações semelhantes à de seus ascendentes. A assistente social da DEAMs relatou um caso de violência doméstica geracional que aconteceu com uma família envolvendo duas gerações, mãe e filha, mostrando como essa violência é imperceptível aos membros. Vejamos:

Os vizinhos de uma mulher vieram até a delegacia denunciar um homem que estava mantendo a mulher e o filho em cárcere privado, então, enviamos uma notificação para o homem comparecer na delegacia para prestar esclarecimento. Ele disse que a denúncia contra ele não era verdade. Ao conversar com a mulher ela também negou o acontecido. Depois pedi para conversar sozinha com a mulher e aos poucos ela começou a relatar o porquê de ela e o filho não saírem de casa. A mesma relatou que quando criança a mãe a amarrava na perna da mesa pra ela não ir pra rua, e ela achou que aquilo era natural fazendo a mesma coisa com o filho de 10 anos. Como o companheiro era agressivo então ela e o filho procuravam não sair de casa pra não sofrer violência. Para ela amarrar o filho na perna da mesa não era

¹⁷ As interações familiares não se enquadram somente no contexto biológico, mas em todas as outras dimensões que compõem o sistema familiar.

errado porque na rua ele iria aprender muita coisa que não presta (Violeta, entrevista, 2016).

Esse caso relatado por Violeta evidencia que a violência doméstica geracional se faz presente no seio familiar tornando a família o elemento fundamental no processo de reprodução desse mal que brota entre as gerações. Estes e outros casos relatados evidenciam que toda criança incorpora a cultura familiar carregando consigo seus efeitos, não somente positivos, mas também negativos, sendo um deste a violência doméstica.

Sobre essa assertiva Miranda et.al (2010) acrescentam que filhos que presenciam a violência entre os pais apresentam uma série de problemas emocionais e comportamentais, incluindo depressão, baixa auto-estima e problemas de adaptação social, além de baixo desempenho escolar. Há a possibilidade neste caso relatado por Violeta, de esta criança quando estiver na fase adulta se tornar vulnerável a esta violência, chegando até ser perpetradora da mesma. Não estamos propondo que isto sempre ocorrerá, mas considerando a herança hereditária e as interações que ocorrem no ambiente familiar, há a possibilidade desta ocorrência.

Não se nega que cada grupo familiar recebe dos seus ascendentes um legado cultural que reproduzirá nas gerações futuras. Esses conteúdos recebidos irão conduzir o comportamento e a conduta dos membros da família de acordo com as transformações que ocorrem na sociedade. Tomando como exemplo os deslocamentos de papéis em nossa sociedade, podemos dizer que até tempos atrás, na geração de nossas avós as tarefas domésticas eram de responsabilidade somente da mulher. Já na geração das nossas mães alguma coisa já haviam mudado, uma vez que uma pequena parte das tarefas domésticas já pedia ajuda do homem. Na nossa geração se faz necessária a divisão das tarefas domésticas meio a meio com o homem pela necessidade econômica de muitas vezes os dois terem de trabalhar, pelo fato de não poderem remunerar uma trabalhadora externa. Esses valores recebidos de cada geração familiar sofreram transformações em cada geração por causa das interações entre os membros da família, e destes com as transformações que ocorrem na sociedade.

O legado cultural de gerações anteriores reproduzidos em gerações posteriores carrega aquilo que a família reproduz no âmbito das relações com os seus membros. Este processo de sucessão de valores encontra fundamentos também no pensamento de

Morin (2005, p.129), envolvendo o conceito de *autos* para denotar a capacidade de qualquer sistema vivo de se auto reproduzir. Esse pensamento nos leva a entender que a família também se constitui num um sistema social vivo porque ela se reproduz a partir das interações entre seus membros e destes com o ambiente social em que a mesma está inserida.

A importância da família como reprodutora de valores culturais é perceptível pelo fato de a mesma se caracterizar como o ambiente privilegiado primário de socialização do indivíduo. É o local da construção de valores, costumes, normas e crenças que emergem das interações entre seus componentes com influência da e na sociedade coeva. De acordo com Vitalle (2003), a família é sem dúvida o lugar privilegiado responsável pela tarefa socializadora do grupo familiar e se constitui numa das mediações entre o homem e a sociedade.

A família vive nos dias atuais um constante processo de ressignificação motivado pelas transformações que ocorrem na sociedade, sejam elas de ordem social, econômico, político ou cultural que afetam de forma significativa o contexto familiar. Atualmente novos arranjos familiares têm surgidos na sociedade como a família monoparental, que é constituída por uma pessoa, mulher ou homem, sem companheiro(a), mas vivendo com os filhos; família ampliada, que é o grupo de parentela envolvendo noras, genros, netos, primos, tias, e outros agregados; a família afetiva, que é aquela formada por laços afetivos de carinho, amor e respeito; a família reconstituída, que surge de divórcio onde marido e mulher vindos de relações anteriores passam a conviver juntos com os filhos provenientes dessas relações; a união estável, formada por um homem e uma mulher livre de formalidades legais do casamento com desejo de conviverem e constituem família; e a família homoafetiva, constituída a partir da união de duas pessoas do mesmo sexo.

Essas transformações sociais que ocorrem na estrutura da família fazem brotar novas formas de interações e novos valores os quais trazem transformações nas relações sociais entre o homem, a mulher e a sociedade. Essas interações fazem surgir novas emergências que de certa forma criam certos conflitos conjugais. Uma das emergências que geralmente incidem no desentendimento do relacionamento conjugal é o desemprego, principalmente quando o homem é o único provedor da família. Os conflitos entre o casal se intensificam em razão da falta de recursos financeiros que

impossibilita a família de obter um padrão de vida que assegure a saúde e o bem estar de seus membros.

A falta do emprego ainda pode causar outros problemas sociais como o alcoolização, o uso de entorpecentes e a crise de ciúmes dentre outros, que podem provocar a violência doméstica, como relata a assistente social Violeta: *“Existem vários motivos ou fatores que estão relacionados à violência doméstica geracional que se ouve falar neste núcleo de atendimento, e são relativos ao alcoolismo, ciúme, sentimento de posse dos companheiros e desemprego”* (entrevista, 2016).

Isto não significa que a violência doméstica atinja só mulheres de baixo poder aquisitivo, pelo contrário, mulheres com padrão de vida econômico elevado também sofrem esta violência, apenas não é visível. Isto porque conforme Cunha (2007), a elite busca camuflar a violência pelo medo que sente de perder seu padrão de vida, seus bens, seu *status* social e fazem de tudo para que os conflitos conjugais não ultrapassem os muros privados e acabem chegando aos espaços públicos.

Se determinada família vivencia situação de violência, há a probabilidade de seus ancestrais terem vivenciado a mesma situação, pois cada membro de um grupo familiar recebe um patrimônio hereditário de seus ascendentes. No seio familiar os valores vivenciados pelos pais brotam nos filhos em maior ou menor grau cabendo ao filho ou filha decidir vivenciá-los ou não, em sua própria geração, fazendo-os desencadear ou não em seus descendentes uma vez que os mesmos se encontram imersos num contexto social adverso daquele vivenciado pelos pais.

Em diálogo com a assistente social da DEAM's ficamos sabendo que existem casos em que a mãe disse ter vindo de um ambiente familiar conflituoso onde viveu situação de violência, mas conseguiu sair e hoje tenta tirar a sua filha que também vivencia a mesma situação de violência doméstica. Vejamos:

Houve casos em que a mãe relatou vir de um ambiente familiar conflituoso presenciando a violência entre os pais e posteriormente vivenciou situação de violência com seu companheiro por muito tempo, mas conseguiu sair dessa situação quando decidiu que não queria mais viver desta forma. Hoje ela está na delegacia, acompanhando a sua filha que estava vivenciando a mesma situação de violência doméstica tentando mostrar à mesma que ela tem a possibilidade de sair também desse problema (Violeta, entrevista, 2016).

Este relato fortalece a afirmativa de que a violência doméstica geracional é uma emergência também das interações entre os membros da família oriundas do patrimônio hereditário dos seus ancestrais. Se o ambiente familiar é caracterizado pela violência doméstica e esta se naturalizou no seio familiar, há a possibilidade desta problemática

emergir na futura família dos filhos. Em Morin (2005) compreendemos que essa situação de violência se insere na herança hereditária desses filhos por meio da cultura familiar que até então, no caso desta família, é uma cultura de violência, uma vez que a mesma em si se tornou um valor cultural¹⁸. Ou seja, como a cultura está impregnada no biológico houve um *imprinting* nos genes desses filhos tornando-se uma herança hereditária.

Em outras palavras, se os filhos convivem num ambiente permeado de conflitos familiares presenciando e sofrendo todos os dias a violência entre seus pais, os mesmos tenderão a internalizar essa cultura de violência familiar como natural. Desta feita esses filhos utilizarão a mesma como mecanismo de resolução de futuros problemas que surgirão em suas futuras famílias quando adultos, porque carregam em seus genes a herança hereditária de seus pais que poderá brotar em suas famílias se o ambiente familiar for propício. Então, se a geração da avó sofreu violência doméstica, a geração da mãe tem grandes possibilidades de sofrer a violência doméstica, assim como a geração da filha, gerando um círculo vicioso pela sucessão de acontecimentos que se repetem, não da mesma forma, contudo permanecendo a essência da violência, conforme o esquema da Figura 1.

Não comungamos da ideia de que filhos que convivem num ambiente familiar conflituoso obrigatoriamente serão futuros agressores, perpetradores ou vítimas da violência doméstica. Não! Existem muitos casos que podem mostrar o contrário, contudo, os casos que estudamos em Parintins nos apontaram nessa direção permitindo-nos fazer as inferências que permeiam este estudo. Não estamos propondo a gestação de solução a este problema, mas pensamos que a tomada de consciência da violência doméstica no seio familiar pelos seus membros pode ser um caminho a pôr fim a essa situação, pelo processo de uma educação transformadora que faça esses membros perceberem essa perversidade favorecendo a construção saudável da futura família dos filhos, permitindo-lhes vivenciar uma vida sem violência.

1.3 Parintins, o campo da pesquisa

A violência contra a mulher ocorre em todas as sociedades e em todo o mundo, porém em lugares como a Amazônia parece que o problema tende a reinar em segredo,

¹⁸ Dissocio a questão do juízo de valor, ou seja, não há o interesse aqui em afirmar se a violência doméstica é boa ou ruim como valor cultural.

perpetuando-se em virtude dos longínquos rincões da floresta onde moram muitas mulheres que sofrem a violência doméstica. Até as políticas públicas dotadas de todo um aparato jurídico para proteger as mulheres da violência, seja doméstica ou de outros tipos, praticamente se tornam placebos quando chegam ao interior desta região.

Parintins é um município localizado na Região Norte do Brasil, no extremo leste do Estado do Amazonas fazendo fronteira com o Estado do Pará, distando aproximadamente 360 quilômetros da capital Manaus. Possui uma área territorial de aproximadamente 5.952,369 km² com densidade demográfica de 17,14 (hab/km²).

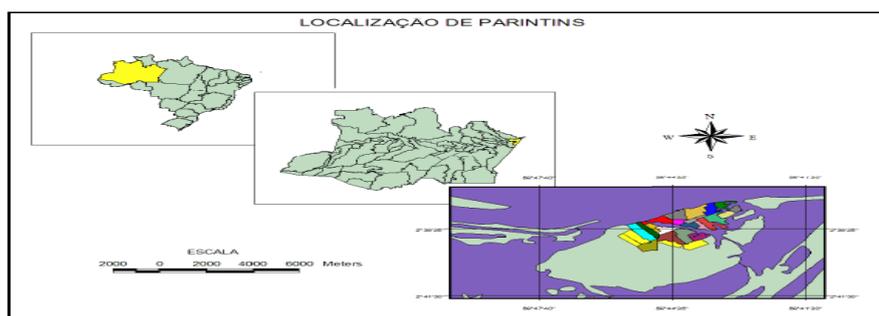


Figura 2: Mapa de localização do município de Parintins, Amazonas, Brasil.
Fonte: Tese de doutorado: O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM): Evolução e Transformação, 2013 (Nilciana Dinely de Souza).

Conforme o Censo Demográfico/Cidades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) a cidade de Parintins é considerada o segundo município mais populoso do Estado do Amazonas com uma população de 102.033 habitantes, onde destes, 69.890 residem na zona Urbana e 32.143 residem na área rural. Destes totais 49.729 são do sexo feminino, residindo 35.127 na área urbana e 14.602 na área rural. A população masculina é de 52.304 homens sendo que 17.541 residem na área rural e 34.763 na área urbana.

Em relação à ocupação formal desta população 35.393 são empregadas, sendo que 13.834 são mulheres e 21.560 são homens. Os desempregados somam um total de 42.110 pessoas, sendo que 23.920 são mulheres e 21.560 são homens. Ainda, de acordo com o IBGE (2010) o município possui 83.487 pessoas que professam a fé católica romana, sendo que destas 40.239 são mulheres e 43.248 são homens.

A economia do município de Parintins se assenta em três setores: o setor primário, setor secundário e setor terciário. O setor primário envolve a agricultura, a pecuária, a pesca, a avicultura e o extrativismo vegetal, com a pecuária como a atividade de destaque. No setor secundário existem as micros e pequenas empresas como a indústria madeireira, a indústria alimentícia, a indústria oleira, a indústria do vestuário, a indústria

gráfica e a indústria naval. No setor terciário a cidade tem mais de 1500 estabelecimentos comerciais varejistas e atacadistas com diversos produtos. A prestação de serviços deste setor inclui cabeleireiros, oficinas mecânicas, hotéis, pousadas, bares, restaurantes, lanchonetes dentre outros. O trabalho informal no município agrega uma grande parcela da população. Conforme dados do IBGE (2010) 11.976 pessoas trabalham na informalidade. Isto ocorre devido a carência de empregos na cidade.

Ainda de acordo com dados do IBGE (2010), o município de Parintins tem 38.823 pessoas detentoras de emprego formal sendo que 23.206 são homens e 15.617 são mulheres. Daqueles que trabalham 16.470 possuem apenas o ensino fundamental incompleto. Há outras parcelas da população, 38.681 pessoas não possuem emprego formal, destes 22.137 são mulheres e 16.544 são homens. Dentre estes que não trabalham 26.119 possuem apenas o ensino fundamental incompleto.

Uma atividade que aquece a economia da região é o turismo em virtude do festival folclórico de Parintins onde ocorre a disputa entre duas agremiações culturais denominadas de Garantido, simbolizada pela cor vermelha e Caprichoso, simbolizada pela cor azul. França (2014, p.42) aponta que neste período “a cidade se divide em duas cores e torcidas: a torcida vermelha do boi-bumbá Garantido e a torcida azul do boi-bumbá Caprichoso. Esta brincadeira que começou há 100 anos compõe hoje um dos eventos mais importantes do calendário folclórico brasileiro”. A magnitude deste festival atrai a atenção de inúmeros turistas de diversas regiões do Brasil e de várias partes do mundo que vêm a cidade conhecer e participar deste evento.

No período do festival folclórico há um aumento significativo de problemas sociais como prostituição, violência, exploração infantil e tráfico de mulheres. Esses problemas não são exclusivos da cidade de Parintins, existem em todas as regiões brasileiras, porém neste período do festival há uma intensificação desses problemas em razão da chegada de inúmeras pessoas à ilha que vêm em busca de diversas formas de diversão.

Nesse período, conforme França (2014, p.122), há um aumento da

[...] prostituição, da violência e da degradação da dignidade humana estando intimamente ligados à exploração sexual e às drogas, e todos estes elementos concorrem para a desestabilização da sociedade parintinenses, constituindo ameaças à estrutura familiar existente. Estes problemas, que não são exclusivos de Parintins, acabam se intensificando a cada ano. [...] Após o término do Festival muitos casos de gravidezes indesejadas são contabilizados, assim como o número de abortos. Há quem vá a Parintins não pela festa, mas para conseguir relações sexuais com as jovens parintinenses.

Nesta pesquisa buscou-se verificar se o festival tinha alguma relação com o incremento da violência contra a mulher no município e, conforme o relato da assistente social Violeta, não há aumento da violência nesse período conforme os registros efetuados na Delegacia:

Os registros de ocorrência de violência doméstica mantêm a mesma média durante o festival, não havendo qualquer incremento. Não se nega que não haja casos relacionados ao evento, mas é impossível mapeá-los, pois a base de dados que está na DEAM's não pode dar informações mais precisas, contudo no período do festival folclórico a problemática que mais aumenta é da exploração sexual infantil. (Violeta, entrevista, 2016).

Para Ribeiro (2011), a incidência da exploração sexual infantil se torna expressiva em virtude das festas temáticas que ocorrem em cada município do Estado do Amazonas. O autor considera a cidade de Parintins como um dos pontos de maior vulnerabilidade de crianças e adolescentes na exploração sexual infantil em virtude da realização do Festival folclórico que atraem visitantes e aproveitadores que oferecem dinheiro rápido em troca de favores sexuais, fazendo com que crianças e adolescentes sejam abusadas e exploradas sexualmente em virtude de suas condições sociais e econômicas, muitas vezes com o consentimento da própria família.

Sobre as ações que o poder público faz para combater este problema social, Wel (2014), diz que durante o Festival Folclórico a Secretaria de Assistência Social do Município realiza campanhas contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Essas ações desenvolvidas pelo poder público junto às crianças e adolescentes vítimas de exploração e abusos sexuais se mostram insuficientes em razão de o Município não possuir uma infraestrutura adequada para atender a este público.

Além da exploração sexual infantil há o problema social que se mostra mais significativo em Parintins que é o da violência doméstica. O Quadro 2 manifesta dados do problema registrados na DEAMs nos últimos três anos, a saber:

ANO	Total de registros de violência doméstica	Quantitativos de inquéritos encaminhados à justiça
2013	920	186
2014	715	145
2015	813	182

Quadro 2: Registros de violência doméstica em Parintins, por ano, e quantitativo de Boletins de Ocorrência que se transformaram em inquérito encaminhado à justiça.

Fonte: DEAMs. Adaptados pela autora.

As informações apresentam um número significativo de registros de violência doméstica que sofrem as mulheres no município de Parintins¹⁹. O ato de elas registrarem denúncias contra seus agressores se deve a alguns fatores, e dentre eles, às informações sobre a lei Maria da Penha e sobre os serviços públicos que garantem direitos e proteção às mesmas quando se encontram nessa situação. Essas informações permitem às mesmas uma sensação de confiança e segurança induzindo-as a perder o medo de denunciar o agressor e, segundo Pasinato (2010), a popularidade da Lei Maria da Penha na sociedade brasileira contribuiu para o aumento do número de registros de ocorrência de violência contra a mulher nas DEAMs de todo país nos últimos anos. Outro fator tributário do aumento das denúncias, de acordo com Ferraz (2008), se consubstancia no incremento do nível de escolaridade das mulheres pela busca de conhecimento que permita sua independência e autonomia.

Outra leitura dos dados nos evidencia que um número ínfimo dos registros das denúncias se transforma em inquéritos na justiça. Carneiro e Fraga (2012) nos explicam que quando a mulher vítima de violência resolve fazer a denuncia, ela dá o primeiro passo do anseio da proteção legal, entretanto quando resolve não dar prosseguimento aos processos na justiça, ou decide interromper por algum motivo o andamento do inquérito, a situação de violência que outrora fora denunciada regride ao convívio do silêncio. Quando perguntamos a assistente social da DEAM's o porquê de as mulheres não darem prosseguimento dos processos na justiça, a mesma nos relatou o seguinte:

As mulheres que denunciam o companheiro e não dão prosseguimento com o processo na justiça ainda estão ligadas emocionalmente a ele. Elas acham que vindo somente à delegacia registrar a ocorrência com o envio da notificação ao mesmo para ir prestar esclarecimento sobre a denúncia feita, acreditam que eles possam mudar ou pelo menos pensar antes de praticar novamente a violência. Outro fator que as impedem de dar prosseguimento se traduz na questão econômica, uma vez que muitas das que chegam à delegacia não trabalham, dependendo economicamente do companheiro (Violeta, entrevista, 2016).

O relato da assistente social demonstra como os laços emocionais e a dependência econômica de mulheres em situação de violência as impedem de saírem do contexto quando decidem pelo não prosseguimento na justiça da denuncia contra o agressor. As justificativas da dependência emocional tendem a encontrar guarida na forma como

¹⁹ É importante deixar claro que o número de mulheres que sofrem violência de seus companheiros em Parintins é muito mais elástico que os números contidos no Quadro 2. Como as informações sobre o fenômeno praticamente inexistem fora da DEAM's, torna-se complexo inferir as verdadeiras causas da falta de denúncias.

estas mulheres foram culturalmente ensinadas. Dowling (1987) reforça esta afirmativa ao dizer que as mulheres foram educadas para dependerem de alguém que carregaria consigo a responsabilidade de protegê-las de todas as agruras da vida, alimentá-las e também preservá-las de todo mal.

Quanto à dependência econômica, Borin (2007), assegura que a falta de recursos financeiros e de um lugar para se refugiar favorecem a permanência da mulher na relação violenta. Outros motivos também tidos como justificativas para não abandonarem essa situação se relacionam ao “[...] medo de represálias; o medo que a violência aumente caso saiam de casa; a necessidade de proteger as crianças, o isolamento e perda de identidade social, as crenças religiosas sobre o casamento; e a falta de intervenções anteriores eficazes” (ALMEIDA 2008, p. 75).

Dados coletados das fichas de triagem do Núcleo de Atendimento do Serviço Social da DEAM’s nos permitiram desenhar o perfil socioeconômico básico de 100 mulheres em situação de violência referente ao ano de 2015. Recolhemos para análise documental somente 100 fichas de triagem porque nem sempre a assistente social consegue preenchê-las devido à demanda de mulheres que se mostra expressiva na sala de atendimento.

Os dados retirados das fichas de triagem demonstram que para 55% das mulheres a violência física é a mais praticada por seus companheiros; 20% disseram ser a violência psicológica; 15% a violência moral; 5% violência sexual; e 5% a violência patrimonial. Quanto à ocupação destas mulheres, 52% relataram serem donas do lar; 30% empregadas domésticas; 10% autônomas; e 8% professoras. Em relação ao nível de escolaridade, 38% relataram ter o ensino fundamental incompleto; 20% o ensino fundamental completo; 23% o ensino médio incompleto; 10% o ensino médio completo; 5% o ensino superior incompleto; e 5% ensino superior completo. Trata-se, portanto, de várias tipologias de violência enfrentadas e vivenciadas pelas mulheres parintinenses, com a violência física liderando o *ranking*.

Por mais que a violência física seja uma das maiores queixas das mulheres e cada tipologia de violência seja distinta uma da outra, Silva, Coelho e Caponi (2007) salientam que elas se entrelaçam e se misturam de maneiras diversas. Outro dado evidente nas fichas de triagem é o baixo nível de escolaridades dessas mulheres. Segundo Costa, et. al (2011), a baixa escolaridade é um dos fatores que favorecem a situação de violência visto que mulheres mais esclarecidas tendem a ter menor grau de

tolerância à situação, não se descartando que mulheres com maior nível de escolaridade não vivenciem situação de violência.

Quanto à ocupação, detectamos haver um número expressivo de mulheres que são donas de casa. Esses dados indicam que a maioria das mulheres em situação de violência em Parintins se encontra aprisionada na dependência econômica do companheiro. A família não está isolada do contexto da sociedade da qual faz parte, mas interage com ele por meio de seus membros que absorvem valores culturais deste ao mesmo tempo em que lhe transmite valores culturais familiares. Nessas interações, hábitos e costumes negativos causadores de prática da violência contra a mulher são absorvidos pelos companheiros dessas mulheres. Como visto nos dados socioeconômicos de Parintins, o desemprego e a baixa escolaridade que caracterizam os homens dos principais bairros de onde procedem as denúncias na DEAMs tendem a alimentar tal situação.

Pelo lado das mulheres aprisionadas a situação é idêntica. A baixa escolaridade formal as impossibilita de alcançar autonomia econômica numa sociedade que exige qualificação profissional cada vez mais refinada, uma vez que a qualificação profissional aliada ao nível de escolaridade têm sido os requisitos impostos para aqueles que buscam adentrar o mundo do trabalho na sociedade atual (ROCHA e OLIVEIRA, 2015). Costa et. al (2015) concordam que o baixo grau de instrução de mulheres em situação de violência desfavorece a melhor qualificação profissional, motivando em algumas situações o desemprego, fazendo-as depender economicamente do agressor, se constituindo um entrave para a saída do aprisionamento.

A prisão emocional e econômica de muitas mulheres parintinenses pelos seus companheiros se manifesta em atitudes cuja compreensão requer algum esforço. Dados da DEAMs revelaram que 30% das mulheres que denunciaram os seus agressores não o fizeram pela primeira vez, mas de forma contumaz reincidem com a atitude, e justamente é a maioria daquelas que não dão prosseguimento com o processo na justiça. Quando perguntamos os motivos da reincidência destas mulheres, ouvimos o seguinte relato:

A ausência de uma rede de serviços de atendimento a mulher em situação de violência é um dos motivos desta reincidência. Um exemplo disto é quando a mulher em sua casa se sente ameaçada pelo agressor, como o município não possui uma casa abrigo e nem casas de passagem, nós a aconselhamos que ela saia de casa, e vá para casa de um parente para se sentir segura (Violeta, entrevista, 2016).

A ausência de uma rede de serviços especializada no atendimento às mulheres em situação de violência na cidade de Parintins é uma realidade que contribui para a reincidência de mulheres em situação de violência e no silenciamento destas por não acreditarem na efetividade do poder público.

Camargo e Aquino (2003) consideram que enfrentar a violência doméstica exige um engajamento dos governos e dos diversos setores da sociedade na construção de bases que permitam um compromisso com respeito a igualdade nas relações de gênero. É preciso que mulheres em situação de violência não continuem sendo atingidas por dificuldades e obstáculos que as impeçam de sair de uma trajetória de idas e vindas, fazendo com que o mesmo caminho seja percorrido diversas vezes sem qualquer solução, contribuindo para seu desgaste emocional e revitimização.

O Governo Federal, com a finalidade de enfrentar a problemática da violência contra a mulher, lançou em 2007 O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres consistindo num acordo federativo envolvendo o Governo Federal, os Governos Estaduais e os Governos Municipais para o planejamento de políticas públicas integradas em todo o território nacional. O pacto teve como objetivo principal enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres a partir de uma visão integral. Nele se apresenta uma “[...] estratégia de gestão que orienta a execução de políticas de enfrentamento à violência no sentido de garantir a prevenção e o combate à violência, a assistência e a garantia de direitos às mulheres” (Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011, p.11).

O atendimento a mulheres em situação de violência é um dos cinco eixos de atuação do governo brasileiro para o enfrentamento deste problema. Esse eixo é materializado no conceito de Rede de Atendimento e está dividida em quatro principais setores/áreas (saúde, justiça, segurança pública e assistência social) composta por duas principais categorias de serviços: a) Serviços não-especializados, tidos como porta de entrada da mulher na rede, tais como Hospitais gerais, Serviço de atenção básica, Programa saúde da família, Delegacias comuns, Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, e defensorias públicas, dentre outros; b) Serviços especializados de atendimento à mulher, direcionados exclusivamente às mulheres em situação de violência, como: Centro de Referência de Atenção à Mulher, Núcleos de Atendimento à

mulher em situação de Violência, Casas Abrigos, Casas de Acolhimento provisório e Delegacia Especializada de Atendimento à mulher.

Tais serviços de atendimento às mulheres se constituem como um avanço importante no trato da problemática da violência contra a mulher. Porém nem todos os serviços especializados da rede de atendimento à mulher em situação de violência tem conseguido chegar aos municípios brasileiros como no caso o município de Parintins, entre inúmeros outros da Região Norte, como se percebe no seguinte relato:

Dos serviços que chegam ao Município, muitos deles são fragmentados por conta da falta de infraestrutura física, técnica e pessoal. Um exemplo disto se refere ao próprio espaço físico da Delegacia onde neste mesmo espaço funciona a Delegacia Interativa de Polícia e a Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres, sendo que os funcionários que fazem os registros de ocorrência atendem tanto as demandas das DEAM's como as demandas da Delegacia Interativa de Polícia, o que fragiliza o serviço de atendimento a estas mulheres. A falta de capacitação profissional dos policiais que fazem o atendimento é também uma dos problemas na DEAM's que impedem a mulher de denunciar o seu companheiro (Violeta, entrevista, 2016).

As Delegacias Especializadas de atendimento às mulheres se constituem num grande avanço oriundo das reivindicações do movimento feminista da década de 80 do Século XX que deram oportunidade de a mulher denunciar o agressor. As DEAMs são responsáveis por realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal.

Com a lei Maria da Penha as DEAMs passaram a solicitar medidas protetivas de urgência ao juiz como forma de proteger as mulheres do agressor. Estas medidas quando solicitadas impedem que o agressor se aproxime do recinto da vítima. As Delegacias de Atendimento à Mulher são um avanço em relação aos direitos das mulheres, uma vez que “[...] passaram a dar maior visibilidade aos números de violência ao público, ampliando a discussão política sobre a violência contra a mulher” (GROSSI et. al 2008, p. 269).

As Delegacias de Atendimento à Mulher se constituem num avanço em relação aos direitos das mulheres, pois “[...] passaram a dar maior visibilidade aos números de violência ao público, ampliando a discussão política sobre o tema” (GROSSI et. al 2008, p. 269). Observou-se, entretanto, que as mulheres em estado de violência em Parintins carecem de assistência do Estado em relação à infraestrutura física como estabelece a Norma Técnica de padronização da DEAMS (2010) quando diz que é preciso acolher as mulheres num ambiente humanizado e adequado, com sala reservada

para manter a privacidade da mulher e do seu depoimento. Ainda, é preciso que nas DEAMs o atendimento inicial seja feito por uma equipe de policiais qualificados profissionalmente, preferencialmente do sexo feminino, com compreensão do fenômeno da violência doméstica.

Reitera-se que a realidade da infraestrutura física, técnica e de pessoal da Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher na cidade de Parintins foge ao que estabelece a Norma Técnica de Padronização das DEAMs. A instituição que presta atendimento às mulheres em situação de violência no município, está localizada na rua Irmã Cristine, Bairro Itaúna II e atende todos tipos de crimes praticados, além dos contra a mulher, a criança, ao adolescente e ao idoso. Funciona num espaço compartilhado com a 3ª Delegacia Interativa de Polícia – 3º DIP inaugurada desde 2003. A estrutura física da DEAMs é composta de uma sala pequena onde funciona o Núcleo de Atendimento de Serviço Social²⁰; uma sala para o delegado do 3º DIP; uma sala para a Delegada da Especializada; dois cartórios; uma sala de TCO (termo circunstanciado de Ocorrência); uma sala onde ficam os investigadores; uma sala de arquivos; e uma cozinha.

A descrição da estrutura física da DEAMs em Parintins induz à compreensão de que a mesma compromete os serviços que deveriam ser disponibilizados às mulheres em situação de violência. Quando o Estado não consegue prover as condições mínimas de atendimento, termina por comprometer o serviço prestado a estas mulheres favorecendo a permanência destas na relação violenta. Quando não se encontra serviços que possam oferecer ações efetivas para o rompimento da violência ou quando estes serviços são precários, muitas mulheres preferem se manter em silêncio, não denunciando o agressor e nem dando prosseguimento de suas denúncias na justiça pelas dificuldades que encontram em ter acesso às redes de serviços direcionadas ao enfrentamento deste tipo de violência. Esta é a cruel realidade das mulheres que sofrem violência doméstica em Parintins.

²⁰ A sala onde hoje funciona o Núcleo de Atendimento do Serviço Social, até 2010 funcionava como setor de emissão de carteiras de Identidade, posteriormente sendo desativada. Em 2011 a sala foi ativada novamente por meio de um projeto de Intervenção de alguns professores do Instituto de Ciências Sociais Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas - ICSEZ, intitulado “Humanização no Atendimento a Mulheres em situação de violência” e posteriormente transformado em 2012 no programa “As Amazonas em Foco: tecendo redes de enfrentamento a violência contra a mulher no Baixo Amazonas” financiado pelo MEC-SISU até 2013, possibilitando pagar um profissional de serviço social para atender as demandas da DEAMs. Em 2014 a prefeitura reconheceu a importância de ter um profissional de Serviço Social na DEAMs e resolve efetivar a sua contratação.

CAPÍTULO II - A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM PARINTINS: OS REGISTROS DA DELEGACIA ESPECIALIZADA

Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir (Cora Coralina).

2.1 A família parintinense e as mudanças de valores

A estrutura organizativa da família em Parintins assenta-se no modelo de família tradicional nuclear caracterizado pela figura do pai, mãe e filhos, com traços patriarcais. Na Amazônia, antes da chegada dos colonizadores, a base familiar se moldava na estrutura patriarcal proveniente dos povos indígenas que aqui habitavam. Segundo Costa (2000), quando os portugueses chegaram à região se depararam com a cultura indígena que norteavam as relações familiares no contexto doméstico e se reproduziam em outras relações nas demais instituições sociais. Os colonizadores herdeiros de uma cultura patrimonialista, cuja legitimidade é o patriarcado, assentaram essas bases na região.

De acordo com Alves (2009), ao longo de séculos o patriarcado fora a espinha dorsal da sociedade, desempenhando os papéis de procriação, administração, economia e direção política. A família, nos moldes do patriarcado, era o mundo do homem por excelência enquanto as crianças e as mulheres não passavam de seres insignificantes e amedrontados. Com as transformações ocorridas na sociedade novas formas de sociabilidade foram surgindo tais como o questionamento da autoridade masculina; a inserção da mulher no mercado de trabalho, o uso do método contraceptivo, o que favoreceu a emergência de novos arranjos familiares.

Hodiernamente o patriarcado não conseguiu ser suprimido completamente na sociedade. Ainda hoje há raízes desse modelo germinando em diversas famílias cuja administração da casa se encontra nas mãos do homem. Especificamente na região amazônica essa realidade se mostra quase que indelével em virtude dos valores patriarcais e patrimoniais que norteiam as relações sociais, não somente no âmbito doméstico, como também em outras instâncias sociais. Para Costa (2009) as condições geográficas e culturais da região, entrelaçadas com as condições econômicas, sociais e

políticas dos colonizadores, configuraram bases específicas de organização da sociedade regional que estruturaram as relações familiares, perpassando outras instituições sociais.

A cidade de Parintins se depara com esta realidade uma vez que diversas famílias, especificamente de mulheres em situação de violência, ainda vêm no homem a figura daquele cuja autoridade deve ser obedecida e terminam por submeterem-se aos seus comandos de forma submissa. Nessas famílias, principalmente em algumas comunidades da zona rural do município, a mulher se retrai do diálogo com pessoas que não sejam do seu convívio familiar quando está próxima do companheiro. Ela se mantém em silêncio enquanto o homem conversa livremente com qualquer pessoa. Esta atitude é vista por ela como uma forma de respeito e submissão àquele que tem a autoridade máxima no contexto familiar, no caso, o homem. Quando o companheiro está distante da mulher, é visível a mudança até mesmo na expressão facial desta, e em certo momento ela chega a dar um sorriso. Aquela mulher que outrora se mantinha em silêncio ao lado do companheiro começa agora a dialogar com certa liberdade, expondo as inquietações que afligem seu relacionamento conjugal, mesmo que seja só para desabafar sem deixar de conviver numa relação que a oprime.

Na zona urbana do Município de Parintins, especificamente nas áreas mais periféricas essas mesmas relações também são notadas. A presença do marido ao lado da companheira a inibe de expor suas ideias e de desenvolver-se como profissional e como pessoa. Em diversas famílias parintinense as relações patriarcais tem primazia no âmbito doméstico. Constatamos por meio do relato da ativista do movimento feminista de Parintins, que diz o seguinte:

As famílias de Parintins ainda seguem em sua maioria o modelo de família patriarcal onde é o homem que manda e a mulher obedece. Isso ainda perdura por causa do controle de muitas religiões que incutem na cabeça de muitas mulheres esses padrões. Padrões machistas que discriminam a mulher. Pode-se dizer que são padrões que estão internalizados no modelo patriarcal que prega que a mulher tem que ficar recolhida dentro de casa e que seu papel é de servir o homem tal como fazer comida, zelar pelo patrimônio da casa e cuidar dos filhos, padrões estes discriminatórios introduzido na cultura patriarcal e internalizado nas próprias mulheres. Essa é a pior escravidão (Fátima Guedes, 62 anos, entrevista, 2017).

A ativista preconiza que em Parintins as raízes da cultura patriarcal conseguiram germinar em diversas famílias de mulheres em situação de violência, seguindo o modelo familiar nuclear tradicional onde cada membro da família exerce um papel definido. De acordo com Pizzi (2012), a responsabilidade do homem neste modelo é sustentar

economicamente a família, além de assumir a autoridade principal na educação dos filhos e por sua vez a mulher trabalha em casa sem qualquer remuneração. Determinados papéis tanto do homem quanto da mulher já estão definidos pela sociedade.

Conforme a ativista, este modelo de família nuclear tradicional confinou a mulher no mundo privado tornando-a subserviente ao homem com o apoio da igreja que naturalizou a dominação masculina assim como outras instituições sociais, dando ao homem o poder e a autoridade para governá-la. Essa dominação masculina na vida da mulher parintinense como ser dominado, acarretou a elas, danos desastrosos. Tomando as palavras de Bourdieu (2010, p.46) podemos falar numa realidade de “auto-depreciação ou até auto desprezo”. Ou seja, essas mulheres introjetaram a submissão no processo de subjetivação de suas mentes, a ponto de elas próprias se auto-desprezarem.

Para Oliveira (2009) o modelo nuclear familiar tradicional formada por pai, mãe e filhos, ainda hoje é predominante na sociedade sobrepondo os demais modelos de constituição familiar que vêm emergindo. Vale ressaltar que com a celeridade do capitalismo o mundo do trabalho sofreu mudanças significativas refletindo diretamente no contexto familiar. O homem que outrora fora visto como o único provedor da família, hodiernamente deixa de ser, por não conseguir inserção no mercado de trabalho. Assim, muitas mulheres adentram o mercado de trabalho não só para auxiliar na renda da casa, mas para ser a provedora, chefe da família.

O modelo nuclear familiar tradicional tem perdido sua hegemonia com as transformações ocorridas na sociedade e contemporaneamente às despesas familiares têm tido participação tanto do pai quanto da mãe. Com efeito, “os processos que possibilitaram a saída das mulheres para o trabalho não motivaram a revisão das funções do cuidado familiar no que diz respeito à divisão das tarefas domésticas, sendo um dos eixos que estruturam a desigualdade de gênero” (AZEREDO, 2010, p.510).

Oliveira (2009) considera que o trabalho da mulher gerou independência financeira por determinada posição profissional no mercado, todavia, sua carga horária de trabalho dobrou porque além de executar as suas atividades profissionais, ela ainda tem que executar as atividades domésticas do lar enquanto esposa, mãe e dona de casa. A saída da mulher para o espaço público não a “tornou totalmente livre do domínio do homem” (KRUCZEVESKI e MARIANO, 2014, p.7), entretanto contribuiu para o processo de individualização e a emergência de novos arranjos familiares.

Na cidade de Parintins um modelo familiar com bastante visibilidade é a família monoparental chefiada por mulheres que assumiram total responsabilidade pelo sustento da casa, pela criação e educação dos filhos, com ou sem qualquer auxílio do companheiro. Esta realidade é visível em diversos lares chefiados por mulheres parintinenses, como observa a ativista Fátima Guedes, a saber:

Hoje na cidade de Parintins temos mães solteiras que chefiam suas famílias. Mesmo que sua carga de trabalho se duplique, pelo menos elas têm autonomia pra dizer que são donas da casa. Vejo isso como um avanço, uma vez que elas têm possibilidade de cuidar de suas próprias vidas (Entrevista, 2017).

Para a ativista o modelo familiar monoparental é visto como um avanço na emancipação da mulher por permitir a esta determinada autonomia tal como a de administrar sua própria casa sem a presença da autoridade masculina independente dos fatores que a fez assumir esta responsabilidade. Uma análise mais polida denotou nos permite perceber a existência de situações em que diversas mulheres estão em um modelo de monoparentalidade não por opção, mas por fatores tais como o divórcio, a viuvez, o abandono pelo companheiro, a produção independente²¹, e em alguns casos, a fuga da violência doméstica, dentre outros.

Ao longo dos anos o modelo tem se reproduzido em decorrência das transformações ocorridas na sociedade pelo advento de alguns fenômenos socioeconômicos. Dentre eles, dois parecem ter afinidade com a monoparentalidade: a inserção da mulher no mercado de trabalho possibilitando sua independência financeira com reflexos na relação conjugal, e o outro se constitui no incremento do número de divórcio nos últimos anos.

O matrimônio que outrora era visto como indissolúvel começou a sofrer transformações pela decisão de um, ou dos dois companheiros pelo rompimento da união. “O desenlace conjugal vem sendo considerado uma das principais fontes de constituição das famílias monoparentais sejam elas masculinas ou femininas” (SOUSA, 2008, p.39).

O Município de Parintins evidencia a existência de famílias monoparentais. Dados do IBGE, ano 2010, apontaram um número de 1.834 famílias com viés monoparental chefiada pelo gênero feminino de um total de 22.927 famílias de Parintins. A constituição brasileira de 1988 reconheceu a família monoparental como sujeito de

²¹ O termo produção independente refere-se a mulher que opta em assumir integralmente a criação do filho sem a presença do companheiro.

direitos, cabendo ao Estado assegurar-los conforme estabelece o artigo 226 § 4º: “Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. A família não deve ser vista como um dado estatístico, mas como algo dinâmico, como nos diz Engels (1891): “a família é um princípio ativo, nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior à medida que a sociedade se transforma de uma condição inferior para outra superior”.

Mesmo distante dos grandes centros, Parintins vive esse novo arranjo familiar que emergem na sociedade decorrente de suas transformações com reflexos na estrutura familiar, mudando os diversos papéis sociais alicerçados nas características econômicas e sociais do âmbito doméstico, inserido no contexto cultural amazônico. Souza (2008, p. 43) aponta para o fato de que “as organizações monoparentais femininas que advêm do fim – por separação, abandono ou viuvez - de uma relação familiar tradicional como o casamento, ou mesmo a união estável, pode ser considerado na modernidade o acontecimento mais comum”. Há de se considerar que as famílias monoparentais chefiadas por mulheres motivadas por abandono do cônjuge ou qualquer outro motivo em Parintins, em sua maioria assumem a responsabilidade da casa não por uma opção, mas como uma obrigação, uma vez que se elas não assumirem a família, naturalmente os filhos serão abandonados, o que as deixam sem solução.

Presume-se a veracidade desta assertiva pelos dados do IBGE, ano 2010, que apontam existir no município cerca de 1.580 famílias monoparentais chefiadas por mulheres que sobrevivem com menos de um salário mínimo, evidenciando que estas procedem das camadas mais empobrecidas e das áreas mais periféricas do município. Excetuando os casos de viuvez e abandono pelo marido, essa monoparentalidade não foi uma opção dessas mulheres, mas decorreu de uma vida embrutecida por relações de violência doméstica. Uma mulher parintinense que compõe a amostra de nossa pesquisa ilustra bem essa situação no seu relato, a saber:

Quando procurei me separar do pai dos meus filhos foi porque ele me batia, já estava cansada de sofrer violência dele. Pedi que ele fosse embora e falei para ele que assumiria criar meus filhos sozinhos e que ele nem precisava me dar nada, e iria trabalhar fora pra sustentar meus filhos, pois para viver desse jeito sofrendo violência só pra dizer que tem uma família eu não queria, prefiro ficar sozinha. Ele foi embora e nunca me ajudou a criar meus filhos. Tenho quatro filhos e todos eles nunca passaram fome. Trabalhei duro lavando roupa pra fora, mas não abandonei nenhum (Jasmin, 59 anos, entrevistada, 2017).

No relato de Jasmim constatamos que a violência doméstica era recorrente em sua vida, dentro da sua casa e uma das motivações em permanecer nesta relação

violenta estava atrelada à dependência econômica do companheiro, uma vez que era ele o único provedor do domicílio. Outro motivo era o medo do que poderia acontecer com a família sem a presença do homem. Esta última preocupação decorre da ideia de que é o homem que tem a capacidade de sustentar a família ou que a mesma somente é bem administrada se tiver a presença de alguém do gênero masculino, senão, é vista como uma família problemática por ser conduzida por mulher.

Sustentar uma relação abusiva por parte de Jasmim na tentativa de não esfacelar a sua família era uma realidade dolorosa e sofrida para ela. A decisão pela separação do companheiro foi uma alternativa encontrada para sair da situação de violência era o limite, suas forças haviam se esgotado. O ônus que recaía sobre si quanto a provisão do sustento da casa e dos filhos pareceu-lhe mais leve do que permanecer na relação violenta.

Costa e Marra (2013) apontam algumas dificuldades que famílias monoparentais chefiadas por mulheres enfrentam na sociedade. Uma delas é vencer o preconceito de que famílias sem a presença do pai é uma família sem autoridade e sem respeito, o que remete ao entendimento de que estas mulheres não têm quaisquer precedentes nem qualquer capacidade para administrar a casa. Esse pensamento reflete negativamente no seu potencial de lutar contra a sobrecarga de responsabilidade dessa função de chefe de família. Outro ponto que as autoras destacam é que essas mulheres ainda têm que enfrentar um processo de adaptação ao assumirem a situação familiar doméstica. Trata-se do processo de adaptação a valores morais impostos por uma cultura machista que desmoraliza a capacidade da mulher, como forma de denegrir sua imagem e diminuir sua capacidade e seu emponderamento.

A emergência de novos modelos familiares demonstra que a família não é estática e sim dinâmica, e se reorganiza a partir das transformações que ocorrem na sociedade resultando em novos valores e padrões comportamentais dos membros, que consequentemente interferem nas relações com outros indivíduos na sociedade. Pode-se dizer que uma das mudanças ocorridas diz respeito ao deslocamento do papel da mulher na família, a qual deixa de ser a figura única na educação dos filhos e dos afazeres domésticos passando a requisitar a participação do homem nas atividades da casa. Outra mudança diz respeito à participação da mulher nos espaços públicos de discussão, seja como representante da política partidária ou como representantes de movimentos populares que lutam por determinadas causas de grupos mais vulneráveis.

Algumas dessas mudanças vinham acontecendo lentamente, sobretudo, a partir dos anos 1980, quando aumentou razoavelmente a participação das mulheres na política parlamentar. Foi, também, a partir dessa década com a emergência dos novos movimentos sociais que as mulheres apareceram como sujeitos centrais nos movimentos sociais (TORRES, 2005).

A fundadora do movimento popular de mulheres de Parintins e que hoje se chama Articulação Parintins Cidadã se insere nesse processo de luta dos anos 1980. A militante rompe um conjunto de estereótipos construídos na sociedade contra o gênero feminino voltado para a incapacidade da mulher enclausurando-a no espaço doméstico. O relato da ativista e feminista Fátima Guedes revela sua inquietação e as motivações que a levou a fundar o movimento de mulheres na cidade de Parintins. Vejamos:

Desde a infância senti a necessidade de gritar contra o mundo e contra as injustiças. Sentia que precisava fazer alguma coisa pra sacudir outras mulheres a buscar uma organização e pelo menos ter o direito de se expressar, de se manifestar, de falar de suas necessidades e de seus medos e assim conquistar a libertação. Foi em 1986 que encontramos um grupo de mulheres que estavam a fim de se organizarem e no mesmo ano criamos a Associação de Mulheres de Parintins, e conseqüentemente, neste período criamos um informativo chamado *Ari Poriar* que na linguagem Saterê-Mawe significa mulheres de luta (Fátima Guedes, entrevista, 2017).

A decisão da ativista em fundar o movimento de mulheres na cidade de Parintins demonstra sua determinação em mostrar para a sociedade que a mulher possui a mesma capacidade intelectual tal qual a do homem de se organizar na luta por direitos. A decisão da militante em organizar um grupo de mulheres emergiu da necessidade de lutar por direitos iguais, de romper as barreiras de um passado que subestimava a figura do gênero feminino e que deixa cicatrizes profundas ainda hoje na vida de muitas mulheres.

A organização de um movimento de mulheres é visto na fala da entrevistada como uma alternativa para a mulher se libertar, buscar sua emancipação política e social de um mundo que a enclausurou e manteve-a sucumbida no espaço privado sem qualquer direito. A participação da mulher em movimentos sociais de forma organizada lhe permite ter voz e expressar seus medos, seus anseios, suas lutas e reivindicações, mostrar para sociedade sua insatisfação diante das desigualdades e da discriminação que vivenciam diariamente em suas vidas, buscando um reconhecimento enquanto cidadãs possuidoras de direitos.

A postura de Fátima Guedes em organizar um movimento social em Parintins põe em discussão a dicotomia de o espaço público pertencer ao homem e o privado à

mulher, construções sociais que se naturalizaram ao longo dos séculos na sociedade legitimando as relações de poder e aumentando as desigualdades entre os gêneros.

A luta das mulheres por emancipação supõe grandes desafios no âmbito da discriminação e do preconceito. Como se evidencia no relato de nossa entrevistada:

Sou vista como pedra de tropeço para muitas pessoas porque faço o enfrentamento, vou até o fim por causa de tantas injustiças [...]. Muitas mulheres daqui da região me odeia [...]. O pior machismo é aquele que está dentro das mulheres porque elas se tornam adversárias próprias. Sou olhada como adversária por muitas. (Fátima Guedes, entrevista, 2017).

O machismo está impregnado tanto no homem como na mulher na medida em que em determinados momentos algumas mulheres exerce o papel de dominadoras e dominadas. Nesta relação elas se utilizam de juízo de valor contra o próprio gênero repercutindo tanto em sua vida como em outras relações sociais. Discursos machistas que partem da própria mulher apenas contribuem para a discriminação e o preconceito, aumentando ainda mais as desigualdades de gênero. Ideias machistas apregoadas pela mulher se constituem em obstáculos para seu próprio bem estar social e para o pleno desenvolvimento de sua cidadania.

Em dada situação a mulher assume postura machista inconscientemente em virtude de um conjunto de valores preconceituosos que a inferioriza em relação ao homem e que se naturalizam no contexto familiar. Deve-se reconhecer que “a família representa o espaço de socialização da busca coletiva de estratégias de sobrevivência. É o local do exercício da cidadania e da possibilidade para o desenvolvimento individual e grupal de seus membros” (FACCO e MELCHIORI, 2009, p. 121).

Quando a mulher reproduz um discurso machista na sociedade, inconscientemente está reproduzindo o que recebeu do contexto doméstico que a impossibilitou de perceber sua contribuição na desqualificação de si própria. Para Silveira (2014) uma das justificativas para a conduta machistas de muitas mulheres se relaciona à formação cultural da sociedade marcada por uma herança patriarcal, pelo machismo e pela escravidão que perpassou todos os setores da vida criando um conjunto de valores, costumes, normas e símbolos que representam o masculino e o feminino. É preciso, pois, que ocorra uma mudança de mentalidade em torno das relações de gênero. O preconceito contra o gênero feminino se impregnou também na mente de muitas mulheres.

As relações de poder são dispositivos de controle. Nas relações de poder sempre existem resistências e lutas: “não há relação de poder sem resistência, sem escapatória

ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, pelo mesmo de modo virtual, uma estratégia de luta” (FOUCAULT, 1995, p. 248).

As relações de gênero inerentes à sociedade permitem compreender como determinados papéis sociais foram construídos historicamente atribuindo a homens e mulheres um lugar diferenciado no mundo, conferindo ao homem uma posição dominante (SARDENBERG e MACEDO, 2011, p.39). Estamos, então, diante de “valores, visões de mundo, processos educativos e ideo-políticos assimilados socialmente que foram construídos pela sociedade” (TORRES, 2005, p.26). Não obstante, as desigualdades existentes entre os gêneros são passíveis de mudança por serem construções sociais.

Fátima Guedes mostra que a mulher tem a capacidade de fazer revoluções, de mudar sua realidade e de vencer o preconceito da sociedade machista que a vê ainda como objeto de prazer sexual do homem, a qual pode ser utilizada e descartada no momento que não for mais útil. Romper com ideias preconceituosas que tendem a rebaixar e diminuir a imagem da mulher é algo que precisa ser feito, mas vai continuar encontrando resistência.

A saída da mulher do espaço privado para o público teve várias contestações e obstáculos. De acordo com Torres (2005, p.53), “a saída da mulher do domicílio para a fábrica significou, para o pensamento dominante, um desvio em relação aos assuntos mais importantes que elas deveriam se ocupar, como o marido, os filhos e a casa”. A composição formada pelo marido, os filhos e a casa que se redonda a família, o espaço privilegiado para reproduzir as condições socioculturais e organizar a sobrevivência do grupo. É preciso reconstruir a nova família com valores que elevem a auto-estima da mulher, sendo, pois, um desafio a ser enfrentado.

2.2 Os casos de violência doméstica em Parintins

A violência doméstica ganha destaque diário nas manchetes dos meios de comunicação como um problema social e de saúde pública em face dos danos físicos, psíquicos e morais que ocasiona à mulher. Diversos fatores, sejam de cunho social ou econômico, favorecem a prática deste tipo de violência no âmbito doméstico.

O Município de Parintins também convive com este drama constatado nos registros de ocorrência da DEAM's nos anos de 2015 e 2016 que apresenta um número

de 1.518 denúncias. É pertinente salientar que esses dados não se resumem somente a este índice. Considera-se haver na cidade um número expressivo de mulheres que vivem relações violentas ao lado de seus companheiros, mas por diversos motivos preferem sofrer em silêncio sem registrar nenhuma denúncia, ficando fora do rol dos dados oficiais da DEAM's e conseqüentemente do Mapa da Violência.

A nossa análise dos dados contidos nas fichas de registros do Núcleo de Atendimento do Serviço Social da DEAM's do ano 2016²², tem a finalidade de apontar os bairros da cidade com os maiores índices de violência contra a mulher, sua faixa etária, a tipologia de violência mais perpetrada pelos agressores, o nível de escolaridade dessas mulheres, bem como sua ocupação.

Os dados indicaram que os maiores índices se concentram nos bairros periféricos²³ localizados nas regiões sul e sudoeste, a saber: Paulo Correa, Itaúna I e II, União e Palmares, cinco bairros. Estes aglomerados lideram as estatísticas da violência contra a mulher, mas não significa dizer que em outros bairros não ocorram o problema. Esses são aqueles que apresentaram maior prevalência nas fichas de triagem do Núcleo do Serviço Social.

Esses aglomerados populacionais sustentam certa proximidade entre si, além de serem fronteiriços. De acordo com Souza (2008, p. 58-76), o bairro Palmares surgiu na década de 1970 e já nos seus primeiros anos se tornou conhecido pelos altos índices de violência de um modo geral. O surgimento se deu em virtude do declínio do mercado da juta (produto que sustentava boa parte da população rural) arrastando então, essas populações para a área urbana de Parintins. Os bairros Itaúna I e II e o bairro Paulo Correa surgiram na década de 1990 por meio de ocupações de fazendas localizadas nessas áreas por populações também provenientes da área rural, motivadas por falta de políticas de investimentos no campo e pelo fato de a cidade oferecer maiores possibilidades de sobrevivência em decorrência da atratividade do festival folclórico do boi-bumbá que se tornou conhecido no país inteiro. O bairro União (assim como outros) surgiu no ano 2010 como uma expansão das lutas populares.

²² Tomamos só o ano de 2016 em razão de se encontrarem organizados nos arquivos físicos. Nem sempre a assistente social consegue organizar este trabalho em razão da demanda diária, e por não ter uma pessoa assistente. Assim, pela dificuldade de organizar a ficha, tomamos apenas o ano citado.

²³ A história desses bairros se encontra traçada na Tese de Doutorado de Nilciana Dinely de Souza que conta a formação urbana da cidade de Parintins. Deste modo tomaremos a autora como norte para uma célere descrição do surgimento desses aglomerados.

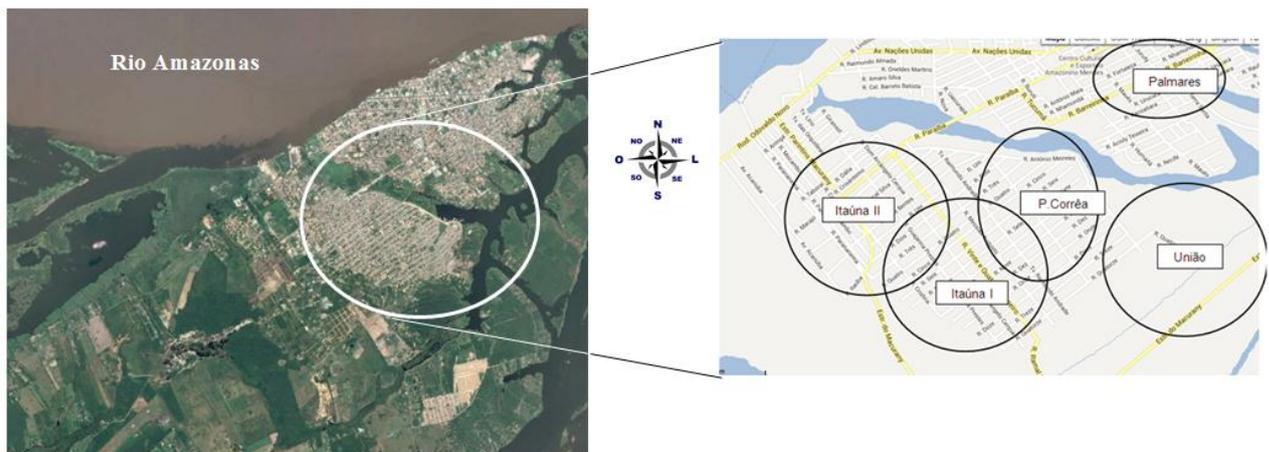


Figura 3: Mapa da cidade Parintins. O círculo na figura à esquerda indica as zonas da cidade de onde procedem os maiores percentuais das denúncias feitas por mulheres que sofrem violência doméstica perpetrada pelos seus companheiros, especificamente a violência física. O sul e o sudoeste da cidade registram os maiores números do problema. A figura da direita indica os nomes dos principais bairros que compõem as zonas das regiões citadas.
Fonte: Mapas extraídos do Google Maps e Google Earth, adaptados por Vitor e Kelem Pontes, 2017.

O histórico dos cinco bairros mantém uma variável em comum: todos se caracterizam por grandes áreas latifundiárias que foram ocupadas por migrantes das áreas rurais ou até mesmo da própria cidade que ali fixaram residência, dando perfil a esses aglomerados. Dentre eles o que apresenta melhor infraestrutura física é o Bairro Palmares que conta com a maioria das casas construídas em alvenaria, vários comércios, restaurantes, escolas, igrejas, pet-shops, dentre outros.

O Bairro Paulo Corrêa deteve maior atenção na prospecção das informações sobre a violência contra a mulher em virtude dos dados indicarem que deste aglomerado partiu a maioria dos registros de violência contra a mulher na cidade. A maioria tipológica das suas moradias, assim como do Itaúna I e II e União, assume o formato de casas de madeira, sendo poucas aquelas que são mistas (madeira e tijolo) e alvenaria.

Os moradores desses bairros sobrevivem da exploração de pequenos comércios (popularmente chamados de botecos), atividades de subempregos temporários ou serviços aleatórios conhecidos como “bicos” na linguagem popular. Esses bairros carecem de saneamento básico e posto de saúde mais adequados, uma vez que na localidade só funciona um, e de forma precária. Possuem os serviços de água, luz e escola pública. Apresentamos a seguir os bairros e os índices de violência contra a mulher que eles comportam, a saber:

Ordem	Bairro com maiores números de registros de violência contra mulher em Parintins	Faixa etária das mulheres	Total
1º	Paulo Corrêa	30-40	33
2º	União	20-30	24
3º	Itaúna 1	35-45	21
4º	Itaúna 2	19- 29	17
5º	Palmares	25-35	4

Quadro 3: Bairros que apresentaram maiores registros de denúncia de violência contra a mulher entre junho de 2015 a junho de 2016 em Parintins.

Fonte: Núcleo de Atendimento do Serviço Social/DEAMs. Organizado pela autora.

Observe-se que os bairros com os maiores registros de violência contra a mulher em Parintins por ordem são: Paulo Correa, União, Itaúna I e II e Palmares. Constatamos que nestes bairros a incidência da violência se dá com idades de 19 (dezenove) a 45 (quarenta e cinco) anos, prevalecendo a concentração dessa violência na faixa etária de 30 (trinta) a 40 (quarenta) anos, principalmente no Bairro Paulo Correa. De acordo com Bernadino et.al (2016, p. 747) as principais vítimas de violência geralmente está na faixa etária entre 20 e 49 anos por ser um importante estágio do ciclo de vida da mulher relacionado ao período reprodutivo e de atenção e cuidado com os filhos.

Os registros de violência contra a mulher nessas áreas geográficas não mantêm relação direta com o tempo de formação desses aglomerados (bairros) uma vez que o Bairro Paulo Correa, onde a incidência é maior, não é o mais velho e nem o mais novo do conjunto. Veja que o Bairro da União, sendo o mais novo, apresenta registros de violência contra a mulher quase simétricos aos registros do Paulo Corrêa. Quanto aos tipos de violência, ocupação e nível de escolaridade das mulheres obtivemos os seguintes resultados:

Ordem	Tipos de violência Praticadas	Ocupação das mulheres	Nível de escolaridades
1ª.	Física	Doméstica	Ensino Fundamental Incompleto
2ª.	Moral	Desempregadas	Ensino Médio Completo
3ª.	Psicológica	Autônoma	Ensino Fundamental Completo

Quadro 4: Tipos de violência praticadas x ocupação x nível de escolaridade / mulheres que sofrem violência em Parintins.

Fonte: Núcleo de Atendimento do Serviço Social/DEAM, 2016. Organizado pela autora.

O Quadro 4 apresenta os tipos de violência sofridas pelas mulheres nos bairros Paulo Correa, União, Itaúna I e II e Palmares. Nosso objetivo consistiu em traçar o perfil socioeconômico básico destas mulheres que pudesse contribuir para a elaboração de um cenário facilitador à nossa interpretação dos dados obtidos com o fim de realizarmos uma análise mais apurada para melhor entendermos as condições socioeconômicas das mulheres em situação de violência.

Numa ordem sequencial, a violência física lidera o *ranking*, seguida pela violência moral e violência psicológica. O quadro mostra que a violência física atinge mais aquelas mulheres cujas ocupações se traduzem no conceito de “domésticas” e que possuem a educação formal muito baixa²⁴; a violência moral atinge aquelas mulheres que não possuem ocupação formal²⁵ e ou possuem a educação formal baixa; a violência psicológica atinge mulheres que são autônomas financeiramente, mas com educação formal baixa.

Observe-se que a violência física atinge mais aquelas mulheres que possuem ocupação doméstica, e o nível de escolaridade dessas mulheres sugere que a maioria delas está aprisionada pela dependência econômica dos seus algozes, aprisionamento este potencializado pela baixa escolaridade formal que as impossibilita de buscarem autonomia econômica numa sociedade capitalista que exige qualificação da força de trabalho.

Santos e Moré (2011) concordam que o baixo grau de escolaridade só permite às mulheres conseguirem ocupações pouco valorizadas socialmente e de baixa remuneração, o que as deixa completamente dependentes do companheiro para sobreviver. Numa análise comparativa entre os Quadros 3 e 4, é que a violência contra a mulher no município de Parintins se mostra mais efetiva em regiões geográficas onde os aglomerados populacionais sofrem com a falta de infra-estrutura urbana, educacional e econômica, contribuindo para que as mulheres possuam baixa escolaridade, sem acesso ao mundo do trabalho, sobrevivendo na dependência direta ou indireta dos seus maridos. Silva, Neto e Filho (2009) entendem que indivíduos com menor escolaridade são mais frequentes nas faixas populacionais em condições de pobreza, o que favorece a exclusão social e a baixa autoestima, e ainda minora as expectativas de ocuparem

²⁴ Essas mulheres dependem diretamente em tudo do companheiro. Sua função é cuidar dos filhos e dos afazeres da casa. Tem submissão extrema carregada de medo e sem iniciativa própria.

²⁵ Estas, mesmo na dependência econômica do companheiro, procuram obter renda própria executando serviços como diaristas, vendedoras de produtos de porta em porta, dentre outros.

espaço no mercado de trabalho. Tudo isto contribui para que mulheres venham ser alvo da violência doméstica.

Não queremos dizer que esse cenário de escassez infraestrutural urbana, educacional e econômica, somado à baixa escolaridade das mulheres e a sua dependência do companheiro seja a causa fundamental da violência sofrida pelas mulheres, de forma indireta, sustentam essa problemática no contexto social. A dependência econômica e a dependência emocional são motivos que tem levado inúmeras mulheres a desistirem da denúncia, permanecendo dessa forma numa relação violenta, realidade presente no município de Parintins, como relatam a promotora de Justiça da 3ª Comarca do Município e a representante do movimento feminista “Articulação Parintins Cidadã”, a saber:

Há um número bem grande de mulheres que decidem desistir da denúncia quando chegam aqui no ministério público e o problema da desistência envolve a questão econômica e principalmente a emocional, o amor submisso que acaba sujeitando-se ao agressor (Ana Carolina, 39 anos, entrevista, 2017).

Entre a dependência afetiva e a econômica a pior delas é a afetiva por que quando a mulher não tem essa dependência ela percebe que o homem não é o ar que ela respira, nem o solo que ela pisa, nem o coração que bate. Ela consegue se libertar porque já busca alternativa tal como fazer artesanato como uma forma de garantir o sustento de sua família. Agora da dependência afetiva a libertação é mais complicada. Temos até mesmo doutoras na universidade com todo o conhecimento que não conseguem avançar mais por causa do bloqueio do homem, com medo de perdê-lo, estando presa pela dependência afetiva (Fátima Guedes, entrevista, 2017).

A dependência econômica e emocional de mulheres em situação de violência é vista nos relatos como algumas das razões de seu aprisionamento. Quanto à dependência econômica, a permanência dela nesta relação ocorre pela insegurança de não poder suprir as necessidades da família por falta de renda própria, cuja causa principal é a baixa escolaridade tendo em vista que na sociedade atual a educação formal se coloca como essencial a sobrevivência do indivíduo. Esta dependência, na fala das entrevistadas, é tida como a mais fácil de a mulher se libertar, uma vez que ao decidir sair da situação de violência e tentar reconstruir sua vida, a ela consegue ter força para enfrentar o mercado de trabalho, nem que seja informal, como forma de suprir as necessidades da família e conseguir sua liberdade que outrora foi tolhida.

A dependência emocional é vista pela promotora e pela militante como uma das mais difíceis de a mulher se libertar do agressor. Quando mulheres em situação de violência vivem uma dependência emocional por seus algozes sustentando essa relação

violenta por anos, uma de suas justificativas para tal motivo se relacionada a uma co-dependência que tem por ele por sentir-se protegida. Para manter uma sensação de segurança ontológica o indivíduo co-dependente precisa do outro para definir as suas carências, sem o qual não pode sentir autoconfiante. (GIDDENS, 1992, p.101-102; DOWLING, 1987, p.13). A permanência das mulheres parintinenses em situação de violência se dá por uma co-dependência a seus algozes, mantendo-se aprisionadas nessa relação pela necessidade de se apoiar em alguém para se sentirem protegidas.

Além dessas razões que favorecem a permanência dessas mulheres em situação de violência há de se considerar o contexto histórico e cultural que, ao longo dos séculos, imprimiu papéis sociais bem definidos pela ordem patriarcal gerando valores e padrões de comportamentos que se naturalizaram no meio social construindo as desigualdades de gênero, e reforçando a violência que atinge a vida das mesmas. Os papéis sociais dirigidos ao homem e a mulher pelo processo de socialização definiram os espaços sociais que ambos deviam ocupar, fazendo com que homens e mulheres se tornassem eternos competidores, como se evidencia no seguinte relato:

A causa principal da violência contra a mulher é o modelo que divide homens e mulheres que tornam eles eternos competidores. Essa lógica patriarcal está dentro do homem, onde a mulher tem que está a serviço dele. Ele tem que dominar a mulher de qualquer jeito e caso não obedeça ela apanha do marido [...]. A situação de submissão que as mulheres vivem está internalizada nelas e as crianças já nascem com isso. Para romper é preciso desconstruir isso dentro de casa onde temos o trabalho de menino e o trabalho de menina. O trabalho doméstico precisa ser socializado: se eu sujei o copo eu tenho que lavar meu copo independente de gênero; se eu quero estar num espaço limpo eu tenho que aprender a limpar a casa. Então essa desconstrução começa dentro de casa com essas pequenas ações do compartilhamento das tarefas (Fátima Guedes, entrevista, 2017).

“As relações desiguais de gênero postas na sociedade são construídas a partir de determinados papéis sociais discriminatórios impostos a homens e mulheres e transmitidos pelo processo de socialização de cada indivíduo culminando na discriminação, no preconceito e nas diversas formas da violência contra a mulher, principalmente no âmbito doméstico.” (OSTERNE e SILVEIRA, 2012, p.103).

O relato de Guedes evidencia a necessidade de se desconstruir os papéis sociais ditos masculino e feminino transmitidos por meio de socialização e naturalizados no âmbito doméstico, na escola e na igreja, alimentando assim as desigualdades de gênero. Tais “papéis sociais que atribuem ao feminino comportamentos dóceis, delicados e

passivos, e ao masculino a educação para serem proativos extravasando sua agressividade no cotidiano”. (OSTERNE e SILVEIRA, 2012, p.103).

A violência contra a mulher na cidade de Parintins é latente inclusive nas pessoas que prestam atendimento às mulheres em situação de violência. Na delegacia Especializada da Mulher o machismo e o preconceito contra o gênero feminino é visível no atendimento dos profissionais que registram os boletins de ocorrência. Os seguintes relatos revelam essa realidade. Vejamos:

Essa é a terceira vez que denuncio meu marido porque quando ele bebe fica muito agressivo querendo quebrar as coisas, e já fui criticada por um policial que me falou que não adiantava eu denunciar querendo só da um susto nele se eu continuava com ele. Olha eu venho pra delegacia buscar apoio e não pessoas pra apontar o dedo na pra mim, ainda mais sem conhecer minha historia e o motivo de eu não largar meu marido. É muito fácil falar. Só venho mesmo na Delegacia porque ele fica muito agressivo e tenho medo que aconteça algo pior com a minha vida A gente chega aqui pensando que vão fazer alguma coisa pela gente, mas pelo contrario agente ainda é criticada. Saio pior do que cheguei (Gérbera, 38 anos, entrevista, 2017).

Às vezes que fui à delegacia denunciar meu marido, os policiais quando me viam diziam: olha a mulher que apanha no café da manhã, no almoço e no jantar! E assim fui vivendo..., Sentia-me um lixo com essas piadinhas. (Rosa menina, 44 anos, entrevista, 2017).

A falta de profissionais capacitados no atendimento a mulheres em situação de violência na DEAM é uma das limitações que as impedem de ter seus direitos atendidos, contribuindo no processo de reincidência e impedindo-as de dar prosseguimento na justiça. Na fala das entrevistadas percebemos a forma como elas são atendidas quando chegam para denunciar seus algozes. O total despreparo dos profissionais da instituição se traduz em juízo de valor permeado por machismo e preconceitos em relação a essas mulheres que em sua maioria são reincidentes.

A realidade vivenciada por tais mulheres, como já dissemos, é produto de uma sociedade androcêntrica que privilegia a figura masculina em detrimento da feminina e reforça as desigualdades de gênero. A mulher quando decide denunciar o agressor na Delegacia ou no Ministério Público espera não ser apontada como culpada pela situação que se encontra, mas que a instituição mostre os caminhos que ela dever percorrer para resolver seu problema “[...] necessitando de apoio e acompanhamento, pois nem sempre está pronta para sair da situação de violência” (COSTA, et.al 2011, p.220).

Quando profissionais fazem gracejos, até indecorosos contra essas mulheres, evidenciam a sua falta de capacitação profissional no atendimento a este público, solapando o esforço que as mesmas fazem para sair da relação violenta. Essa realidade é

vivenciada por inúmeras mulheres, como no caso de Gérbera e Rosa menina, que só vêem uma solução: permanecerem reclusas em seus lares silenciando a violência sofrida, contribuindo para sua reincidência.

A mulher em situação de violência quando recebe um mau atendimento sofre violência duas vezes, uma pelo companheiro e outra pela instituição que deveria oferecer atendimento humanizado em um serviço de proteção, mas ao contrário, seus profissionais agem com que deixa a mulher mais fragilizada do que quando chegou.

A violência institucional é uma realidade presente em diversos órgãos estatais que prestam atendimento ao público. Especificamente na Delegacia Especializada essa realidade é bem visível. Uma prática comum da violência institucional ocorre quando mulheres em situação de violência são, por vezes, revitimizadas nestes órgãos. Não têm suas autonomias respeitadas são forçadas a contar a história da violência inúmeras vezes; são discriminadas em função das questões de raça/etnia, de classe e geracionalidade (BRASIL, 2011).

Silva et. al. (2015) destacam que a falta de qualificação e o despreparo para trabalhar com a violência contra a mulher induzem a práticas focadas somente na queixa crime e em protocolos rígidos. O que escapa da rotina como o sentimento, a tristeza, o preconceito, a depressão e a baixa estima da vítima são tratados com descaso por meio de juízos de valor depreciativos que contribuem para a manutenção da invisibilidade da violência.

Costa et. al. (2011) vê a necessidade de os profissionais que atendem essas mulheres terem a devida compreensão tanto da mulher quanto da violência, suas causas, os fatores associados e as consequências do fenômeno que recai sobre elas para que assim possam oferecer a esse público um acolhimento adequado e eficaz. Isto deve incluir profissionais capacitados que não as criminalizem por serem reincidentes ou por não terem tomado ainda a decisão de romper a relação com o agressor. Esse acolhimento deve envolver compreensão, respeito e tolerância, quando retomam o relacionamento com seus agressores. Isso não porque gostem de apanhar, mas porque ainda não perceberam que existem outras formas de se relacionar.

Na Delegacia Especializada de Parintins, além da falta de capacitação profissional dos que prestam atendimento às mulheres em situação de violência, a falta de infraestrutura física se constitui numa das maiores dificuldades no trato dessa problemática. Atualmente o atendimento é feito de forma compartilhada no mesmo

espaço com o 3º DIP de polícia, fragmentando os serviços prestados. A falta de profissionais efetivos na Delegacia também é outra dificuldade encontrada. Os funcionários que especificamente registram os boletins de ocorrência, em sua maioria são cedidos pela prefeitura e quando ocorrem mudanças políticas no governo do Município são demitidos. Os outros que assumem a vaga entram sem qualquer preparo. Essas dificuldades apontadas são verificadas nos relatos da assistente administrativa da DEAMs e da promotora de justiça, a saber:

Hoje a delegacia vive uma calamidade com a falta de profissionais, pois os que hoje estão trabalhando na delegacia registrando as ocorrências são todos da prefeitura e sem capacitação para atender essas mulheres que sofrem violência. Outro problema é a falta de um espaço próprio para o funcionamento da Delegacia Especializada que não temos. A delegacia hoje atende todos os crimes e as celas estão todas lotadas não tendo onde colocar gente (Flor, 45 anos entrevista, 2017).

O município não tem uma delegada que atenda os casos de violência doméstica. Quem faz isso é o titular do 3º DIP que faz o atendimento das duas delegacias. Hoje quem está na frente da delegacia respondendo enquanto o delegado está de férias é um investigador que não tem capacitação para isso (Ana Carolina, entrevista, 2017).

É evidente que além da ausência de um espaço físico e de profissionais capacitados um dos grandes entraves encontrados, como relatado, é a falta de uma delegada para atender a demanda de violência contra a mulher, sobrecarregando o delegado, ou em sua ausência um funcionário que não possui capacitação para isso. A ausência de um espaço físico apropriado e de profissionais efetivos e capacitados demonstra o descaso do Estado no combate à violência contra a mulher no Município. Quando o Estado se omite no cumprimento de seu papel de garantir proteção às mulheres vulneráveis a violência, ele fere um princípio estabelecido no artigo 5º da Convenção de Belém do Pará²⁶ (1994) que garante o direito de toda mulher viver uma vida longe da violência, mas para isso o Estado precisa adotar políticas sociais que previna, puna e erradique a violência contra a mulher, como deve também “investir pesado em estudos e pesquisas que sistematizem dados e informações; que exponham experiência de enfrentamento já existentes no âmbito nacional e internacional e que

²⁶ A Convenção de Belém do Pará, como ficou conhecida a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher adotada na referida cidade em 09 de junho de 1994, conceitua a violência contra as mulheres reconhecendo-a como uma violação dos direitos humanos e estabelece deveres aos Estados signatários com o propósito de criar condições reais de rompimento com o ciclo de violência identificado contra mulheres em escala mundial.

avaliem as ações do próprio Estado Nacional nos encaminhamentos desta problemática”.(TORRES e OLIVEIRA, 2012, p.113).

As Delegacias Especializadas da Mulher como primeira política pública de combate a violência doméstica se constituem em espaços privilegiados que garantem o direito e acesso da mulher à justiça, permitindo denunciar seu agressor e evidenciando a importância deste espaço ao gênero feminino. A Norma Técnica de Padronização das DEAMs (2011) mostra que a importância das Delegacias Especializadas reside, em especial, em suas atribuições judiciárias já que as mesmas foram concebidas com a função de investigação e, portanto, requerem profissionais capacitados e efetivos no trato da violência contra a mulher uma vez que o primeiro contato entre o policial e a mesma é determinante no desenrolar da queixa-crime. Nesse primeiro momento é importante uma equipe de policiais qualificados, em número suficiente, de preferência do gênero feminino para prestar um atendimento acolhedor em ambiente adequado, com sala reservada para manter a privacidade da mulher e do seu depoimento.

O padrão das DEAMs estabelecido pela Norma foge da realidade de Parintins uma vez que não existe estrutura física para o funcionamento de uma Delegacia Especializada de Atendimento à mulher como o padrão estabelece. A 3ª Delegacia Interativa de Polícia é a única na cidade que atende todas as demandas do município não tendo uma sala de atendimento adequada para fazer o acolhimento da mulher em situação de violência, nem uma delegada para ouvir a denúncia dessas mulheres. Enquanto o Estado permanecer omissos diante de seu papel, os números de violência contra a mulher no referido Município só tendem a aumentar gerando problema social, econômico e político para a região. Conforme Torres e Oliveira (2012, p.114) esta realidade leva “o país a se distanciar ainda mais do desenvolvimento humano, mesmo que continue crescendo economicamente, como é seu foco, mas estará longe do desenvolvimento social”.

Dados da ONU (2017) informam que o custo da violência contra a mulher em nível mundial é expressamente alarmante representando 2% do Produto Interno Bruto global, ou seja, cerca de 1,5 trilhões de dólares. Se no Brasil se investir na prevenção precoce se poupará recursos consideráveis no futuro. Para que isso ocorra faz-se necessário um compromisso entre as esferas Federal, Estadual e Municipal como também da sociedade civil, entendendo que a complexidade da violência contra a

mulher requer um conjunto de ações integradas visando promover os direitos das mulheres no combate à violência.

No município de Parintins o Ministério Público atua em conjunto com a DEAM no trato da violência contra a mulher seguindo todos os trâmites legais até o processo chegar às mãos do juiz. O relato da promotora de justiça explica a atuação do Ministério Público quando a denúncia chega até a instituição. De acordo com a promotora ouvida neste estudo,

O ministério público atua em diversas frentes. Inicialmente a mulher vai até a Delegacia narrar todos os fatos para o escrivão ou delegado. Diante da gravidade da situação é instaurado o inquérito para coletar os fatos para depois se ver que medidas protetivas serão tomadas. Quando a denúncia chega na justiça o Ministério Público se manifesta concedendo as medidas protetivas para o afastamento do agressor do lar. Na maioria das vezes o juiz e o ministério se manifestam favoravelmente em relação às medidas (Ana Carolina, entrevista, 2017).

A Promotora de Justiça mostrou o percurso das denúncias de violência contra a mulher até chegar ao Ministério Público, porém, a grande maioria da população de Parintins e principalmente das mulheres que sofrem violência desconhecem este percurso contribuindo também para a manutenção do problema. Martins et. al. (2015) considera que o ministério público deveria atuar na garantia dos direitos humanos relativo às mulheres fiscalizando o cumprimento das leis que determinam a igualdade de gênero visando a observância da Lei Maria da Penha, incluso a fiscalização dos serviços que prestam atendimento à mulher, especificamente das que se encontram em situação de violência. A lei Maria da Penha no trato da violência contra a mulher estabeleceu uma equipe multidisciplinar formada por profissionais de diversas áreas que devem prestar apoio psicossocial, jurídico e de saúde às mulheres que estão nestas situações. Porém, no contexto de Parintins a realidade é outra, uma vez que a própria promotora relata as dificuldades que o Ministério público enfrenta no Município para a consecução destes direitos às mulheres. Vejamos:

As dificuldades que encontramos é a falta de Delegacia Especializada com uma titular delegada e a falta de uma Vara Especializada em violência domestica, pois hoje os processos são virtuais e há uma fila de processos tanto da justiça quanto do Ministério público. Se cair no sistema um processo desses pedindo medidas protetivas, não se consegue saber qual sua urgência. Hoje eu consigo identificar por uma tarja vermelha que colocamos informando que o processo precisa ser analisado com urgência. Faltam profissionais que atuem na equipe multidisciplinar em todos os níveis, desde o acontecimento dos fatos, até ao julgamento, e isto somente na área de violência domestica. A demora ao expedir as medidas acontece porque o processo cai na seara comum de todos os outros crimes não havendo nada

que identifique a urgência do processo, e tudo isto pela falta de uma estrutura adequada. Outro problema é a falta de fiscalização com relação às medidas protetivas expedidas quando o agressor muitas vezes não as cumpre e quem vem avisar é a vítima tanto na delegacia quanto no ministério público o desrespeito à ordem de afastamento (Ana Carolina, entrevista, 2017).

A escassez de serviços e de profissionais que atuem no combate a violência contra a mulher é uma realidade do município de Parintins, contribuindo assim para a desistência da denúncia. Ao denunciar o agressor a mulher espera que o Estado ofereça todo apoio necessário para sair da situação de violência, e quando não ocorre isso, o medo de ser agredida novamente ou até de ser assassinada a leva a continuar na relação violenta. Silva et. al. (2015, p. 18) assinalam que o medo de ameaças do marido e a insegurança quanto a ação da polícia contribui para que a mulher deixe o companheiro morando na residência, ou seja, sua permanência no domicílio ocorre por falta de fiscalização da polícia, da demora do julgamento e da inexistência de medidas mais severas.

A falta de profissionais que atuem em equipe multidisciplinar no município é um dos entraves para a resolução de conflitos conjugais e da garantia dos direitos ao gênero feminino constituindo-se numa das fragilidades das políticas de enfrentamento da violência contra a mulher. Em decorrência disto surge a insegurança e o medo constituindo o caminho chamado de rota crítica que leva a mulher à insatisfação e a acreditar que de nada adianta denunciar o agressor e ter as medidas protetivas, se não tiver qualquer apoio pelo Estado.

A Política Nacional de Enfrentamento à violência contra a mulher visando proteger, combater e garantir os direitos daquelas que estão em situação de violência, apresenta quatro eixos que compõem a rede de atendimento, que são: prevenção, assistência, combate e garantia de direitos, em que cada eixo contém um conjunto de serviços que devem ser oferecidos a estas mulheres. Todos os serviços para serem oferecidos precisam do compromisso tanto do poder público quanto da sociedade civil organizada trabalhando de forma conjunta, envolvendo ações integradas tanto para a prevenção como para o combate à violência contra a mulher.

Na cidade de Parintins alguns serviços oferecidos encontram-se fragmentados e outros nem existem tais como; uma casa abrigo, juizados especiais de violência doméstica, centro de reabilitação do agressor, e outros. A rede de atendimento precisa sair do papel e ser construída e fortalecida possibilitando à mulher acessar os serviços oferecidos. A rede de enfrentamento à violência contra a mulher não está articulada e

como consequência os serviços são fragmentados, tornando-se uma rota crítica, uma vez que os caminhos percorridos pela mulher na busca de atendimento não acontecem, favorecendo a permanência dela na relação violenta.

A ausência ou a fragmentação dos serviços destinados as mulheres em situação de violência, além de prejudicar a população usuária, também se torna um entrave para os profissionais, especificamente o assistente social que busca viabilizar direitos, e se depara com essas dificuldades no seu ambiente de trabalho, sendo vistas como desafios que precisam ser enfrentados.

2.3 O trabalho da assistente social na Delegacia Especializada junto às mulheres em situação de violência

A violência contra a mulher é uma das manifestações da questão social e se constitui num dos elementos do trabalho de intervenção do serviço social no qual recairá sua ação. Esse profissional, na busca de compreender as causas e os fatores que contribuem para essa problemática na sociedade, parte de uma visão de totalidade considerando o contexto social que permeia a vida da mulher em situação de violência, para posteriormente intervir de forma que se construam alternativas ao seu enfrentamento.

De acordo com Lisboa e Pinheiro (2005), é essencial que o assistente social tenha conhecimento da realidade onde atua a fim de compreender como os sujeitos sociais experimentam e vivenciam as situações sociais. Este profissional ao trabalhar com a temática da violência contra a mulher necessita aprofundar seu conhecimento sobre as múltiplas determinações desse fenômeno, as quais são fundamentais para dar suporte à sua intervenção no trato da violência contra a mulher.

As problemáticas sociais apresentadas ao profissional de serviço social no seu ambiente de trabalho como demandas são expressões da questão social que se configuram em fome, miséria, violência e desemprego, dentre outros fatores que acarretam danos às pessoas de classes subalternizadas. É com esses problemas sociais que o profissional se depara na sua atuação, necessitando pensar em mecanismos que permitam dar respostas que tragam solução.

Entender o contexto social da mulher em situação de violência evitará pensar em alternativas paliativas que conduzem apenas a decisões imediatistas e rotineiras, as

quais não trazem possibilidade alguma de transformação da realidade do sujeito, pelo contrário, faz com que a mulher em situação de violência acredite que a situação em que se encontra no momento é monolítica e sem possibilidades de mudança.

Na Delegacia Especializada da Mulher em Parintins o profissional de serviço social, ao atender as mulheres que estão em situação de violência, busca compreender o contexto de vida das mesmas, as suas dificuldades em se libertar da relação violenta, os seus direitos estipulados na lei, além de considerar todas as questões sociais, econômicas e culturais que permitiram a trajetória de vida dessa mulher na violência.

O profissional do serviço social na DEAM exerce um papel central na orientação sobre os direitos e na mediação de conflitos familiares, assim como busca realizar um atendimento humanizado, orientando os usuários sobre seus direitos, conscientizando-os da importância de os conhecerem. É isso que relata a profissional concernente o papel do assistente social na DEAMs, a saber:

O assistente social exerce um papel fundamental no que tange a mediação de conflitos familiares evitando assim uma possível envergadura para ações criminais. Este profissional proporciona um atendimento humanizado especificamente para os usuários em situação de vulnerabilidade social (mulher em situação de violência doméstica, crianças vítimas de maus tratos e abusos sexuais, e idosos). Além disso, o profissional também orienta os usuários com relação a seus direitos, a saber: Lei Maria da Penha, Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso. O profissional também precisa pautar sua atuação dentro dos preceitos que regem seu código de ética se não corre o risco de reproduzir tarefas apenas corriqueiras impostas pela instituição sem refletir e analisar seu verdadeiro papel dentro de um espaço historicamente contrário que representa o aparelho do Estado (Violeta, entrevista, 2017).

Essa perspectiva de Violeta retrata sua postura enquanto assistente social que atua na DEAMs atendendo não somente mulheres em situação de violência, mas todas as demandas que chegam ao Núcleo de Serviço Social, no intuito de que esses usuários tenham seus direitos garantidos. O seu relato expressa o compromisso profissional assumido no código de ética que orienta a busca de soluções para as necessidades sociais da população usuária do serviço, na perspectiva da garantia de seus direitos sociais.

O profissional de Serviço social no seu ambiente de trabalho lida diretamente com as expressões da questão social e na tomada de qualquer decisão para viabilizar direitos. Fundamenta seu arcabouço jurídico no Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993 e na Lei de regulamentação de sua profissão (Lei nº 8.662/93) que traz em seu bojo as atribuições, as competências, os deveres, os direitos, as vedações e as penalidades para

o profissional no atendimento aos usuários, com outros profissionais e com as instituições sociais.

Este profissional, com todo aparato jurídico, enfrenta no seu espaço de trabalho certas dificuldades na consecução de direitos. Para Castro e Andrade (2014), isto ocorre porque vivemos numa sociedade com dois projetos societários e antagônicos em disputa: um defende um Estado que tem por finalidade suprir as necessidades de sobrevivência da população, com investimento na área social, na perspectiva da emancipação dos sujeitos, e outro que defende um Estado mínimo de direitos com a redução dos investimentos nas áreas sociais, além de promover o alargamento da pobreza e exclusão social. Esse antagonismo se reflete diretamente no ambiente de trabalho do profissional do serviço social gerando dificuldades em viabilizar certos serviços à população usuária.

Essa realidade pode ser vista na própria Delegacia Especializada da Mulher que não dispõe de certos serviços delineados na Política Social de Enfrentamento à Violência contra a mulher, dificuldades que o profissional de serviço social enfrenta na Instituição conforme as revela de Violeta:

A política de Enfrentamento a violência contra a mulher elenca um conjunto de serviços oferecidos à mulher que sofre violência, porém, muitos deles não saem do papel. Quando a mulher decide denunciar o marido, muitas vezes diz que se voltar pra casa o companheiro vai mata-la. Como aqui no município não tem uma casa abrigo, o que fazemos diante dessa situação é aconselhá-la para que fique na casa de um parente até resolver a situação na justiça. Muitas vezes essa mulher acaba voltando para casa sendo novamente violentada por causa da morosidade da justiça (Violeta, entrevista, 2017).

O relato de Violeta expressa as dificuldades que a profissional enfrenta diariamente na Instituição. Quando mulheres em situação de violência decidem romper a relação com o agressor, este profissional se depara com a ausência de serviços delineados na política pública de enfrentamento que inexistem no Município. No caso de não ter uma casa abrigo deixa a mulher sem qualquer alternativa de sair da violência. Às vezes, tem apenas uma opção que é a retornar ao lar com o agressor porque não tem para onde ir com os filhos. “A falta de Casas Abrigos em muitas cidades reforça a impunidade e desencoraja as mulheres a fazerem suas denúncias” (BIELLA, 2005, p.62). É com esta realidade que se depara o assistente social no seu ambiente de trabalho em Parintins, exigindo assim um esforço ainda maior desse profissional para evitar o imediatismo na tomada decisões em relação às mulheres em situação de violência que procuram os serviços da DEAM.

As casas abrigo como política pública devem ser implantadas em cada município, principalmente naqueles com maiores índices de violência doméstica possibilitando à mulher que corre risco de morte ter um local seguro para morar com seus filhos, mesmo que seja temporário até resolver seu problema na justiça. A casa abrigo é uma das políticas públicas de assistência de grande importância no acolhimento de mulheres em situação de violência, constituindo-se na “principal resposta do Estado que tem por atribuição prover, de forma provisória, medidas emergenciais de proteção em locais seguros para acolher mulheres em situação de violência doméstica e familiar sob risco de morte, acompanhadas ou não de seus filhos(as)” (BRASIL, 2011, p.12).

Biella (2005) considera que as casas abrigos além de propiciar um lugar seguro para a mulher em situação de violência e seus filhos, podem viabilizar o resgate de sua auto-estima e da sua autonomia, possibilitando conhecer seus direitos e desenvolver uma consciência crítica e conseqüentemente seu emponderamento psicológico e social. Concernente às casas abrigos ressalte-se que foi ela um dos principais eixos de enfrentamento da violência contra a mulher de 1985 até 2002 com ênfase na área da Assistência social. Contudo, o serviço de abrigamento às mulheres em situação de violência ainda continua no papel em diversas cidades brasileiras tal como Parintins que vive diariamente o drama de mulheres que sofrem violência e terminam por serem assassinadas por seus algozes no próprio espaço doméstico.

Mesmo que no papel as mulheres parintinenses precisam estar legalmente amparadas por políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. Como exarado anteriormente, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres no Governo Lula em 2003 e a formulação das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, se expandiram e passaram a incluir um conjunto de ações integradas tais como a criação de normas e padrões de atendimento. O aperfeiçoamento da legislação, o incentivo à constituição de redes de serviços, o apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência e a ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública (BRASIL, 2011, p.12). A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (PNE) institui uma Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência dividida em quatro setores: segurança, saúde, assistência e justiça, contudo, para essa rede ter eficácia é necessário que todos os setores governamentais trabalhem de forma integrada. Na Figura 4 diagrama abaixo apresentamos todos os setores e as Instituições que devem oferecer os serviços na rede.



Figura 4: Esquema da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência dividida em quatro setores: segurança, saúde, assistência e justiça.

Fonte: Secretaria de Política de Enfrentamento a Violência contra a Mulher/2011.

A constituição de uma rede de serviços para mulheres em situação de violência é de importância vital na consecução dos direitos das mesmas possibilitando suas autonomias e o exercício de sua cidadania plena longe da violência. Na cidade de Parintins essa rede de serviços encontra-se fragmentada dificultando o trabalho do profissional de serviço social na DEAM que muitas vezes não tem para onde encaminhar a mulher pela ausência de muitos serviços desta rede de atendimento. Vejamos:

A rede de atendimento à mulher vítima de violência doméstica é fragmentada aqui no Município. Muitas vezes ficamos de mãos amarradas pela falta de alguns serviços, como por exemplo: a casas-abrigo, o psicólogo na DEAM, o juizado especializado, o centros de reabilitação para o agressor, dentre outros. Diariamente aqui no Núcleo de Serviço Social nos deparamos com algumas situações que se tornam até mesmo difíceis pela ausência destes serviços. Uma situação que de vez em quando aparece aqui é quando a mulher diz que não pode voltar pra casa porque o marido a ameaçou de morte, mas nós não temos uma casa abrigo para essa mulher. Outra situação é quando essa mulher se encontra com o estado emocional abalado por conta da violência e precisa de um psicólogo, mas como aqui na Delegacia não temos, a enviamos para o CREAS²⁷ e quando chega lá essa mulher entra numa fila de espera porque a Instituição já tem sua própria demanda e vai dar prioridade a ela. Outro problema aqui é que só temos um hospital que faz o exame de corpo e delito que é o Jofre Cohen, e o perito que faz o exame nem capacitação tem. Às vezes quando a mulher vai à Instituição este profissional agenda para outro dia. Também não temos centros de reabilitação para o agressor. Essas são algumas das dificuldades que enfrentamos diariamente aqui no Núcleo de Atendimento. Mesmo assim diante de todas essas dificuldades fazemos o possível para que essa mulher não saia daqui sem uma resposta para seu problema. Muitas vezes nos articulamos com outros profissionais para nos auxiliar no atendimento a essas mulheres. Às vezes precisamos até ligar para o profissional agilizar o atendimento (violeta, entrevista, 2017).

²⁷ Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

No relato de Violeta constatamos as dificuldades que diariamente este profissional enfrenta no seu espaço de trabalho, tendo que lidar com a ausência de serviços que deveriam ser disponibilizados às mulheres em situação de violência, e não são em função da negligência do Estado em não cumprir seu papel no que se relaciona a Política de Enfrentamento a Violência contra a Mulher em consonância com a Lei Maria da Penha, instrumentos estes que visam garantir direitos e a autonomia à mulher.

A falta de efetivação de uma rede de serviços de atendimento a mulher em situação de violência em Parintins é um desafio para o profissional de serviço social no seu ambiente de trabalho. Quando a mulher vem à Instituição em busca de determinado serviço e não existe, ou se tem, é dificultoso o acesso, é possível perceber no relato da profissional que atua no Núcleo de Serviço Social o esforço em se articular com outros profissionais a fim de prestar atendimento a essa mulher. A ausência de serviços da rede de atendimento às mulheres gera para o profissional outros tipos de relações, principalmente “[...] quando por necessidade de articular os serviços oferecidos, acaba acessando a rede através de relações de amizade ou coleguismo e não como garantia de direitos (LISBOA e PINHEIRO, 2005, p. 201)”.

Além dessas dificuldades apontadas pela profissional ainda há outros problemas de ordem estrutural relacionados à falta de um espaço apropriado para o atendimento de mulheres em situação de violência. A falta de uma sala de espera uma vez que as mulheres ficam no mesmo espaço com o agressor; a falta de equipamentos de informática como computador e impressora, pois os que são usados não são da Delegacia e sim da Universidade Federal do Amazonas que a qualquer momento pode requerê-los; e a falta de uma viatura descaracterizada. É o que revela Violeta, a saber:

O Estado não oferece as condições mínimas para o profissional desempenhar seu papel com eficácia. Aqui na DEAM não temos um espaço para receber as mulheres em situação de violência, pois o que temos é inadequado. As mulheres que esperam ser atendidas aqui no Núcleo de Serviço Social ficam expostas ao sol e a chuva, pois não tem uma cobertura e nem cadeiras suficientes para elas esperarem. Outra dificuldade são os equipamentos como computador e impressora do Núcleo de Serviço Social que utilizamos, mas que não são da DEAM e sim da Universidade Federal do Amazonas que aqui chegaram por meio de um Projeto de Extensão realizado aqui na Instituição. Não estou dizendo que a criação das Delegacias não foram importantes, sim, com certeza, principalmente considerando as lutas dos movimentos de mulheres, mas precisa ir além disso. O Estado precisa oferecer condições efetivas para que as delegacias ofereçam às mulheres seus direitos descritos na Lei Maria da Penha. (entrevista, 2017).

Comprova-se, então, diante dessa realidade que o próprio Estado colabora com a manutenção dos índices de violência doméstica em Parintins, por não dar o suporte necessário ao combate à violência contra a mulher. Ou seja, os investimentos no enfrentamento desta problemática ainda são mínimos precarizando não somente as instituições que fazem o atendimento, mas também programas e serviços de apoio. Existe um descompasso entre o atendimento que o profissional busca oferecer, o acolhimento que a mulher pretende receber e as condições que o Estado disponibiliza no enfrentamento desta problemática nas Instituições.

Em Parintins, o profissional do serviço social procura ter compromisso com a profissão e com os usuários, pois ao reconhecer as dificuldades que enfrenta no seu espaço de trabalho, tenta de toda forma legais oferecer um atendimento humanizado às mulheres em situação de violência. O relato de Violeta evidencia essa realidade no seu trabalho cotidiano: “Se alguns serviços oferecidos pela rede funcionam aqui no Município é pelo comprometimento de alguns profissionais com a profissão que se empenham em oferecer um atendimento humanizado a essas mulheres, mas condições para trabalhar não têm”. (entrevista, 2017).

O compromisso ético-político da profissional em prestar um atendimento humanizado evidencia o respeito para com a população usuária, no caso mulheres em situação de violência. Conforme Iamamoto (2009) o assistente social, embora regulamentado como profissão liberal na sociedade, não possui todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho, sejam financeiros, técnicos ou humanos, indispensáveis para sua atuação, portanto, depende dos recursos previstos nos programas e projetos da instituição que o requisita e o contrata para o exercício profissional.

O relato de Violeta evidencia o comprometimento que a profissional tem, tanto com a profissão quanto com a população usuária na articulação de estratégias com outros profissionais, amenizando o vazio deixado pela falta de comprometimento do Estado. Essa atitude de Violeta é guiada pelos aportes teóricos e metodológicos que norteiam a conduta do profissional de serviço social, os quais contribuem para sua decisão de intervir no problema independente de apoio institucional.

Para Lisboa e Pinheiro (2005) esses aportes teóricos e metodológicos e a vinculação com o processo de intervenção de responsabilidade do profissional, potencializa o esforço desse assistente social em ser propositivo extrapolando o

mecanismo da prática de atendimento no cotidiano das instituições. O profissional deve buscar articular-se em rede com outros colegas para juntos pensarem em possíveis caminhos de intervenção.

O assistente social ao intervir em determinada problemática de seu cotidiano profissional, se apropria de determinados instrumentais técnico-operativos. Estes são suas ferramentas de trabalho, pois são norteados por aportes teórico-metodológicos e ético-políticos por meio dos quais visa alcançar determinada finalidade. Assim, a profissional do Núcleo de atendimento da DEAM no trato com mulheres em situação de violência se apropria desses instrumentais técnico-operativos, visando alcançar objetivos relacionados a essa problemática. Quando perguntamos quais instrumentais a profissional de serviço social utiliza no atendimento às mulheres em situação de violência ouvimos o seguinte relato. “Os instrumentais que utilizamos aqui com mulheres que sofrem violência é a entrevista, visita domiciliar, encaminhamentos institucionais e emissão de Parecer” (Violeta, entrevista, 2017).

Ao utilizar estes instrumentais não quer dizer que a profissional alcance todos os objetivos pretendidos com relação à problemática das mulheres que chegam a DEAM em situação de violência doméstica. A utilização dos instrumentais por si só não garante a efetividade da ação, uma vez que se faz necessário ter um profundo conhecimento da realidade que permeia a vida dessas mulheres, tendo todo suporte político, estrutural e financeiro para que essas ações, por meio desses instrumentais, tenha efetividade. Guerra (2005) chama a atenção para o fato de que tentar reduzir o fazer profissional considerando apenas a dimensão técnico-instrumental é tornar o Serviço Social um meio para o alcance de qualquer finalidade, significando também limitar as demandas profissionais às exigências do mercado de trabalho.

Santos (2013) diz que os instrumentais são os meios que o profissional utiliza para alcançar uma finalidade, e ao escolher um determinado instrumento de ação é preciso ter clareza na finalidade que pretende alcançar: se está coerente com a finalidade da profissão e se o instrumento escolhido permitirá a efetividade de tais finalidades. Por isso, o profissional deve estar em sintonia com o movimento da realidade considerando as particularidades dos diferentes espaços que intervém devendo estar orientado pelos fundamentos e princípios éticos que norteiam a profissão.

O profissional de Serviço Social que trabalhar com mulheres em situação de violência na DEAM exerce um papel importante como operador de direitos no

acolhimento destas mulheres. Ele procura informá-las sobre o atendimento do Núcleo de Serviço Social e sobre seus direitos preconizados na Lei Maria da Penha, além dos serviços disponíveis para essas mulheres: as punições cabíveis ao agressor; os procedimentos quanto ao inquérito policial ao denunciar o agressor; orientações sobre as medidas protetivas; e o exame de corpo e delito quando ocorre violência física. Essas orientações são necessárias ao bom desempenho do profissional na DEAMs conscientizando a mulher sobre seus direitos.

O assistente social que trabalha com a problemática da violência contra a mulher necessita de capacitação profissional para intervir considerando que a violência é algo complexo e envolve um conjunto de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que favorecem sua prevalência na sociedade. Ao capacitar-se o profissional consegue construir alternativas que tragam transformação. Quando questionada sobre o recebimento de capacitação profissional, Violeta revela: “O Estado não oferece nenhuma capacitação para nós que atendemos mulheres que sofrem violência. A capacitação que recebemos é pelas Universidades quando oferecem algum curso. Desta maneira, buscamos nos capacitar por conta própria”. (entrevista, 2017).

O trabalho do assistente social da DEAM no combate à violência contra a mulher na cidade de Parintins se depara com limites e desafios postos a este profissional. Os limites se configuram na falta de políticas públicas direcionadas às mulheres em situação de violência como: Casas abrigos, Varas Especializadas, Centro de reabilitação do agressor, um psicólogo para as Delegacias, uma Delegacia que se enquadre nos padrões das DEAMs, uma rede de enfrentamento a violência onde todos os setores realmente funcionem. O desafio posto ao profissional de serviço social na DEAM consiste em viabilizar direitos, mesmo reconhecendo as precariedades dos serviços disponíveis às mulheres que sofrem violência. Ser um profissional propositivo e interventivo articulando as dimensões teórico-metodológicas, ético-político e técnico-operativo, dando possibilidades de criar alternativas que remetam para a transformação social.

CAPÍTULO III - ASSASSINATO E TRAJETORIA DE MULHERES NO CÍRCULO VICIOSO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA GERACIONAL EM PARINTINS

Amar demais deixa de ser saudável quando persistimos num relacionamento inacessível, insensato – e mesmo assim somos incapazes de rompê-lo. (Robin Norwood).

3.1 A história de um assassinato de mulher pelo seu companheiro em Parintins

Discorrer sobre assassinatos de mulheres supõe que analisemos o ciclo de violência para compreendermos as interações entre a mulher que sofre violência e o companheiro, seu agressor. Para explica-lo lançamos mão de uma cartilha editada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, denominada “Mulher, Vire a Página e Seja Protagonista de um Final Feliz”²⁸, a qual norteou nossos esclarecimentos. De acordo com este documento o ciclo²⁹ de violência relativa às agressões sofrida pela mulher por parte de seu companheiro se desdobra em três fases: 1) Evolução da tensão; 2) Explosão / incidente de agressão; e 3) Lua de mel / comportamento gentil e amoroso.

Na fase da *evolução da tensão* a atitude do homem se distende em comportamento ameaçador, agressões consubstanciadas em ofensas, humilhações, xingamentos e destruição de objetos do lar. Pelo seu lado, a mulher toma para si a responsabilidade pelas explosões do agressor, procurando justificativas para seu comportamento violento em seu cansaço físico, no desemprego, no alcoolismo, nas drogas etc.

Na fase da *explosão / incidente de agressão* o homem passa a cometer agressões físicas e verbais apresentando comportamento descontrolado, e a cada novo ciclo as agressões se tornam mais violentas. Nesta fase a mulher sente-se fragilizada e em choque, acreditando não ter controle da situação.

Finalmente, na fase da *Lua de mel / comportamento gentil e amoroso* o homem agressor se diz arrependido e que não vive sem a mulher. Torna-se atencioso e

²⁸ Esta Cartilha foi elaborada com base na Cartilha “Mulher, Vire a Página e seja Protagonista de um Final Feliz” do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, e no Manual “Enfrentando a Violência Contra a Mulher: Orientações Práticas para Profissionais e Voluntários (as)”, escrito por Bárbara M. Soares, publicado em 2005 pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

²⁹ Espaço de tempo durante o qual ocorre e se completa, com regularidade, um fenômeno ou um fato, ou uma sequência de fenômenos ou fatos. Também pode ser uma série de fenômenos, fatos ou ações de caráter periódico que partem de um ponto inicial e terminam com a recorrência deste.

carinhoso prometendo mudar de comportamento e temporariamente parece “um novo homem”. A mulher vítima acredita na mudança de comportamento do homem agressor confiando que os episódios de violência não se repetirão. Assim, um ciclo termina em um novo se instala quando o casal retorna à primeira fase *evolução da tensão*. O que se verifica até então é que à medida que novos ciclos vão se instalando, os mesmos cessam somente quando ocorre o feminicídio.



Figura 5: Fases do ciclo de violência doméstica tendo a mulher como vítima.

Fonte: Cartilha Mulher, Vire a Página e Seja Protagonista de um Final Feliz, do Ministério Público do Estado de São Paulo, 4ª. Edição, 2016.

A Figura 5 apresenta as três fases do ciclo da violência doméstica. Os autores da cartilha questionam por que as mulheres aguentam tanto tempo este tipo de violência. Chegaram às seguintes conclusões: pela esperança de que o parceiro mude o comportamento; pelo medo de romper o relacionamento; pela vergonha de procurar ajuda e de ser criticada; pelo sentimento de estar sozinha e de não contar com pessoas que a apoiem; pela pressão social em preservar a família; pelo medo de sofrer discriminação por estar “sem marido”; pela dependência econômica do parceiro para o sustento da família; pela dependência emocional ao parceiro; e pelas dificuldades para vivenciar um processo de separação. Os autores deixam claro, contudo, que romper uma relação violenta é um processo: cada mulher tem seu tempo.

O tema do feminicídio tem sido comumente utilizado e propagado entre os meios de comunicação em razão das consequências que a violência contra a mulher ocasiona. O uso do termo se refere ao assassinato da mulher por abranger razões direcionadas ao gênero feminino, ou seja, a morte de mulheres ocorre pelo fato de ser mulher, resultado de uma história de dominação da mulher pelo homem. Esta situação encontra amparo

nos domínios de uma sociedade patriarcal que deprecia, despreza e diminui a mulher em seu ser, tornando-a vulnerável ao assassinato.

O uso do termo femicídio e sua variação de feminicídio na América Latina, de acordo com Pasinato (2011), ganharam espaço nos debates a partir das denúncias de assassinatos de mulheres no México em meados da década de 1990 devido as práticas da violência sexual, tortura, desaparecimento e dos assassinatos de mulheres serem recorrentes, numa total omissão do Estado em relação a punição dos criminosos. “O femicídio é um termo comumente utilizado na América Latina e seu uso se deu pela primeira vez em 1979 por Diana Russel no Tribunal Internacional de Crimes Contra Mulheres referindo-se ao assassinato relacionado à questão de gênero, indicando que mulheres são mortas por serem mulheres” (PASINATO, 2011, p.12)

Em relação aos termos femicídio e feminicídio, em alguns países das Américas ocorrem discrepância na tradução/adaptação do conceito. Países como México e Chile passaram a utilizar o termo femicídio para caracterizar quaisquer assassinatos de mulheres e feminicídio para falar em assassinatos pautados em gênero (LEITES, et. al., 2014). Não há uma definição consensual dos conceitos de femicídio e feminicídio por envolver perspectivas e campos de estudos de diversos autores, dentre eles LAGARDE, 2006 e MONARREZ, 2005) das áreas das ciências sociais que conceituam a partir de sua ótica. Vem somar a este cenário, a “diversidade dos contextos políticos em que ocorrem as mortes de mulheres e as especificidades socioculturais” (BRASIL, 2016, p.20).

O conceito de feminicídio desenvolvido por Marcella Lagarde (2006) é entendido como o ato de matar uma mulher em razão de pertencer ao gênero feminino. O mesmo tem um cunho político com a finalidade de denunciar a falta de resposta do Estado e o descumprimento de suas obrigações, incluindo o dever de investigar e punir. Já para Monarrez (2005) o feminicídio consiste numa progressão inteira de atos violentos que incluem abuso emocional e psicológico, espancamento, tortura, estupro, mutilação genital, violência doméstica, prostituição, abuso infantil e assédio sexual, resultando na morte de mulheres tolerada pelo Estado.

A ONU Mulheres (2016) considera que dar um nome ao assassinato de mulheres como feminicídio ou femicídio consiste em uma das estratégias para sensibilizar as instituições e a sociedade sobre sua ocorrência e permanência na sociedade. É preciso

combater a impunidade penal nesses casos, promover os direitos das mulheres e estimular a adoção de políticas de prevenção à violência baseada no gênero.

O feminicídio consiste na última etapa de um ciclo de violência que tem levado a morte de inúmeras mulheres em todo o mundo e incitado alguns países da América Latina como Brasil, México, Chile, Bolívia, Colômbia, Peru, Costa Rica, Venezuela, Nicarágua, Honduras, Panamá, República Dominicana, Guatemala e Equador a reformularem suas legislações penais tipificando o feminicídio/femicídio e as penas cabíveis para os que praticam tal crime visando minorar o assassinato de mulheres pela condição de gênero. Especificamente no Brasil o termo feminicídio passou a ser reconhecido com a sanção da lei nº 13.104, de 09 de março de 2015 que alterou o código penal incluindo no rol de homicídios qualificados o feminicídio como um crime hediondo cuja pena varia de 12 a 30 anos de reclusão.

Uma pesquisa realizada pela Organização não governamental ActionAid³⁰ realizada em 2014 sobre os níveis de mortalidade das mulheres que vivem em situação de violência revelar que em nível global 119 mulheres são mortas diariamente por um parceiro íntimo ou por algum membro da família o que equivale a 5 mulheres a cada hora. Este estudo ainda prevê que se o fato continuar neste ritmo, quando se chegar em 2030 o número de mulheres mortas nestas condições chegará a mais de meio milhão o que requer uma honesta atenção dos governantes com o fim de se pensar em ações que venham preservar os direitos das mulheres, tendo como o principal deles o direito à vida.

O Brasil é conhecido pelo mundo a fora como o país do futebol e terra do carnaval, porém, atrás de toda sua alegria esconde o sombrio e tenebroso assassinato de mulheres. Isto se evidencia a partir dos dados do Mapa da Violência referente ao ano de 2015 que apontaram o Brasil como o 5º país com maior número de homicídio de mulheres com uma taxa de 4,8 homicídios a cada 100 mil mulheres. Esses dados indicaram que a Região Sudeste liderou o ranking de homicídio de mulheres com 1.604 mortes registradas. Complementando esses dados temos outras regiões do Brasil como a Nordeste com 1.546 casos registrados, a Região Sul com 595 casos, a Região Centro-Oeste com 514, e por último a Região Norte com 504 homicídios de mulheres. Em nível

³⁰ É uma Organização Não Governamental fundada em 1972 por Cecil Jackson-Cole com sede em Joanesburgo na África do Sul, cujo objetivo consiste em trabalhar a justiça social, a igualdade de gênero e lutar pelo fim da pobreza no mundo.

de Brasil, neste mesmo ano, tivemos 4.762 mulheres mortas representando 13 homicídios femininos diários.

Na região Norte, especificamente na cidade de Parintins, interior do Estado do Amazonas, o município mesmo sem estar no rol de homicídios de mulheres do Mapa da Violência convive com histórias de mães que perderam suas filhas em decorrência de uma longa história de violência doméstica que elas sofriam de seus maridos, os quais terminaram por tirar suas vidas. Possivelmente a ausência desta localidade no mapa da violência se dá por problema de infraestrutura física, tecnológica e de pessoal que impedem a organização dos dados mais precisos sobre o problema e sua divulgação nos meios de comunicação e órgãos públicos.

O relato a seguir tem como escopo mostrar a realidade da violência doméstica sofrida por mulheres em Parintins e o seu trágico desfecho. Em 2015, um caso de feminicídio no Município de Parintins ganhou repercussão na mídia local e em Manaus, pela brutalidade e pela forma que fora praticada contra a mulher. Trazemos a narrativa de um feminicídio perpetrado pelo parceiro íntimo, antecedido de uma longa história de agressões, finalizando com a brutal perda de vida da mulher. O caso a seguir é relatado pela assistente social violeta da DEAM's que acompanhou a história de Esmeralda.³¹

Esmeralda tinha 37 anos quando chegou até a DEAM's. Estava acompanhada por sua irmã e foi para registrar um boletim de ocorrência contra o companheiro por violência física sofrida. Esmeralda chegou com parte de uma das orelhas arrancada por uma mordida que o seu companheiro, com quem convivia há mais de oito anos, havia dado. Ela foi atendida pela delegada e por mim que disponibilizamos uma requisição para realizar o exame de corpo de delito e a informamos que no dia seguinte deveria retornar à Delegacia para relatar o fato e dar continuidade ao inquérito policial que seria encaminhado ao Ministério Público, com o fim de solicitarmos com urgência as medidas protetivas. No dia seguinte esperamos dona Esmeralda comparecer ao Núcleo de Atendimento do Serviço Social, no entanto não tivemos nenhum retorno. Foi então que decidimos ir atrás dela pelo endereço que a mesma nos tinha informado. Todavia, quando procurávamos pelo paradeiro de dona Esmeralda percebemos que o endereço

³¹ A narrativa apresentada é relatada por Violeta, Assistente Social do Núcleo de Atendimento do Serviço Social da DEAM's que além de acompanhar a história violenta de Esmeralda, acompanhou também o assassinato da mesma pelo seu ex-companheiro. Encontramos dificuldades de conseguir informações mais precisas sobre o assassinato de Esmeralda pelos seus familiares. Uma das dificuldades foi encontrar o endereço dos familiares que conviviam com a mesma. Outra dificuldade foi o impacto que o assassinato de Esmeralda deixou na psicologia da família que preferiram manter-se em silêncio. Por isso, justifica-se este caso ser relatado por Violeta e não pelos familiares da vítima.

fornecido de sua residência estava errado. Logo chegamos à conclusão que a ela não tinha a intenção de dar prosseguimento ao processo na justiça contra o seu agressor.

Após vários dias tentando encontrar dona Esmeralda descobrimos o endereço de sua avó onde ela estava residindo. Fomos até o local e com muita insistência pedimos que ela nos acompanhasse e relatasse o caso para que as medidas cabíveis pudessem ser tomadas, inclusive as medidas protetivas.

Ao nos acompanhar até o Núcleo de Atendimento do Serviço Social tivemos muita dificuldade com dona Esmeralda para nos relatar de fato como foi que seu companheiro chegou a arrancar parte de sua orelha com os dentes. A mesma permanecia totalmente em silêncio não querendo nos contar nada sobre a violência física sofrida. Após muita insistência da minha parte foi que dona Esmeralda aos poucos começou a nos contar que a violência física era algo praticamente comum em sua vida, uma vez que apanhava quase todos os dias do marido. No dia em que ele arrancou parte de sua orelha ela nos contou que ele havia chegado à sua residência embriagado e começou a discutir com ela e de repente começou a agredi-la arrancando sua orelha com os dentes.

Esses anos todos apanhando do marido ela relatou que nunca o denunciou por acreditar que ele mudaria e também porque gostava muito do companheiro e não queria que ele fosse preso. Contou ainda que não tinha filhos e nem dependia financeiramente do companheiro, mas o que a ligava ao mesmo era o sentimento que nutria por ele. Era muito forte. Após o ocorrido ela nos disse que atualmente estava morando com sua avó. Informei à ela que o inquérito iria para a justiça e que as medidas protetivas seriam expedidas para que o agressor não se aproximasse da sua residência. Informamos que seu companheiro iria responder na justiça do Município pelo seu ato diante do ocorrido. Pedimos a ela que não voltasse para o companheiro uma vez que o que ele havia feito era grave e demonstrava que seria capaz de fazer coisas ainda piores, até mesmo tirar sua vida.

Alguns dias depois procuramos saber notícias de dona Esmeralda e um de seus familiares, especificamente sua irmã, nos disse que Esmeralda estava se encontrando escondida com seu companheiro e que estava pensando em voltar a morar com ele, isto já com as medidas protetivas expedidas. Um mês depois fomos informadas que dona Esmeralda fora assassinada pelo companheiro com quatro facadas no peito. Foi relatado pela justiça que ela já tinha as medidas protetivas, mas mesmo assim sabendo que o companheiro era agressivo decidiu ir sozinha procurá-lo na residência do mesmo com o

fim de buscar seus pertences. Segundo as informações, de repente começaram a discutir e foi quando ele partiu pra cima dela dando quatro facadas no peito. Ela ainda correu pedindo socorro, no entanto, foi quando ele voltou a perfura-la novamente atingindo o pulmão. Ela ainda conseguiu ser socorrida, mas veio a óbito antes mesmo de chegar ao hospital. Soubemos que no dia que foi assassinada encontraram na parte interna de sua blusa uma foto três por quatro do companheiro demonstrando sua profunda ligação emocional a ele.

A promotora de justiça Jasmim que acompanhou o caso de dona Esmeralda nos relatou o possível motivo de a vítima não ter se separado do agressor, nos seguintes termos:

Ela não dependia do marido financeiramente, não tinha filhos com ele, mas estava emocionalmente ligada ao ex-companheiro. Ela vivia atrás dele e tinha ciúmes. Mesmo o agressor agindo com violência, dona Esmeralda ainda sentia-se presa emocionalmente a ele não conseguindo se libertar, tanto que ela ainda se encontrava com ele mesmo depois das medidas protetivas. Infelizmente ela acabou perdendo sua vida. O agressor hoje se encontra no sistema prisional da cidade pagando sua pena. Este foi o primeiro caso de feminicídio que acompanhei em Parintins. (Jasmim, entrevista, 2017).

As narrativas de Violeta e de Jasmim mostram que Esmeralda vivia numa relação conjugal conflituosa e que tolerava as agressões perpetradas pelo agressor devido sua dependência emocional ser demasiado pelo companheiro o que a fazia suportar os abusos físicos. De acordo com Cunha (2007) mulheres dependentes emocionalmente do parceiro sentem-se incapazes de agir, sentem culpa, medo e vergonha. Muitas vezes protegem o agressor e a relação, justificando o comportamento violento pelo medo de perderem o companheiro e ficarem sozinhas.

O ciúme possessivo e a violência doméstica contumaz acabaram tirando a vida de Esmeralda com arena branca desferida pelo ex-companheiro que encontrava-se cumprindo normas judiciais. Para a irmã do acusado talvez um dos motivos de seu irmão ter assassinado Esmeralda fosse a não aceitação do fim do relacionamento, uma vez que sua cunhada não estava mais morando com seu irmão. De acordo com ela própria: *“meu irmão tinha um ciúme doentio pela minha cunhada que não podia nem olhar na janela que já apanhava. Ela apanhava todos os dias. Acho que como ela queria ir embora, ele não aceitou e a matou”*. (Azaleia, 31 anos, entrevista concedida ao jornal Plantão Popular, 2015).

A narrativa evidencia uma das expressões mais grave que a violência contra a mulher pode chegar que é o feminicídio. Uma realidade presente no Município de

Parintins que mesmo não estando nas estatísticas de homicídios de mulheres no mapa da violência, é um crime que continua acontecendo e vem tirando a vida de mulheres que em sua maioria se encontram presas a um ciclo de violência. O caso relatado evidencia uma relação conflituosa envolvendo ciúme por parte do companheiro que culminou em sua morte. “Quando a violência é desencadeada pelo ciúme, que constitui um sentimento de posse sobre a mulher o homem costuma afirmar que se ela não for dele, não será de mais ninguém.” (ACOSTE et.al, 2015 p.124), situação que tende a levar ao homicídio.

No primeiro momento desta narrativa verifica-se que Esmeralda não tinha interesse em seguir com o processo na justiça fornecendo à DEAMs o endereço errado de sua residência, como notamos no relato abaixo:

Esperamos dona Esmeraldo aparecer até o Núcleo de Atendimento do Serviço Social, no entanto não tivemos mais nenhum retorno da mesma, foi quando então decidimos ir atrás dela, pelo endereço que a mesma nos tinha informado. Quando fomos procura-la, percebemos que ela havia nos dado o endereço de sua residência errado, logo chegamos à conclusão que a mesma não queria dar prosseguimento na justiça contra o agressor (Violeta, 37anos, entrevista, 2017).

Quando a mulher decide ir até a delegacia registrar a denúncia contra o agressor, muitas vezes está apenas tentando utilizar a Instituição como um instrumento para dar um susto no mesmo, mas sua intenção não é separar-se e nem que ele seja preso, porém, fazê-lo pensar em suas atitudes agressivas e cessar com a violência. Priori (2007) diz que muitas das mulheres que denunciam seus algozes e depois retiram a queixa, alegam não desejar nenhum mal para eles, não tendo a pretensão de prejudicá-los. A denúncia contra eles objetiva que eles sejam aconselhados a não praticarem mais as agressões.

De acordo com a Lei Maria da Penha (2006) a desistência de mulheres em dar prosseguimento na justiça decorre de a vítima depender economicamente e emocionalmente do agressor, ou quando alimenta receio de represália que é ainda pior. Junto a isto, existe ainda o fato de muitas mulheres que vivem em situação de violência procurarem a Justiça não pelo desejo de romper a relação com o companheiro e nem de vê-lo preso, mas somente pela tentativa de interromper o ciclo de agressões.

Quando a mulher está presa neste ciclo não percebe que a permanência na relação tende a pôr em risco sua vida. O envolvimento emocional pelo agressor é tão forte que a mesma acredita novamente nas redundantes promessas de mudança de comportamento do companheiro confiando que as agressões não ocorrerão novamente na ilusão de

poder salvar seu relacionamento conjugal. Quando a vida da mulher se constitui de espancamento e depois pelo arrependimento e pedido de perdão por parte do agressor que promete mudar. Isto dá “[...] à violência um caráter cíclico traduzido por momentos intercalados de agressões e amor, fato que contribui para que a mulher permaneça anos vivenciando uma relação violenta” (FONSECA e LUCAS, 2006, p.8).

O caso de Esmeralda comprova a presença deste ciclo de violência em sua relação com o companheiro. A violência física era algo comum em sua vida uma vez que apanhava quase todos os dias do marido. No dia em que ele arrancou parte de sua orelha ela revelou que o mesmo havia chegado embriagado à sua residência. Posteriormente começou a discutir com ela e de repente a agrediu cometendo a amputação. “[...] *Esses anos todos apanhando do marido nunca denunciei porque acreditava que ele fosse mudar*” (Esmeralda 37 anos, relatado por Violeta, entrevista, 2017). Este ciclo de violência é infame e perverso com a mulher nele presa, porque a faz acreditar em uma mudança que não vai chegar cerceando a sua capacidade de lutar pela sua liberdade emocional.

A dependência emocional tem se mostrado um dos principais fatores que tem contribuído para a perpetuação do ciclo de violência contra a mulher. “Esta dependência e a necessidade de ter alguém como “referência” leva-a a submissão e a sujeição às agressões que vão da emocional à física e, muitas vezes, intercalando-se”. (SOUZA e DA ROZ, 2006, p. 523). A fala de Esmeralda mostra que existia uma dependência emocional muito forte ao companheiro. A forma brutal como foi violentada fisicamente evidencia que essa dependência emocional era um dos motivos que a fazia permanecer ao lado do seu algoz: “*O que me ligava ao meu marido era o sentimento que eu tinha por ele que era muito forte. Gostava muito dele e não queria deixa-lo e nem queria que ele fosse preso*” (Esmeralda, relatado por Violeta, entrevista, 2017).

Mulheres em situação de violência e que estão envolvidas emocionalmente com o agressor como no caso de Esmeralda, em determinadas situações não conseguem sair da relação por acreditarem que suas vidas perderiam o total sentido sem ele, por mais que este continue a agir de modo violento. Elas preferem viver nessa situação e continuar ao lado do agressor por se sentirem incapazes de ser amadas, cuidadas e protegidas por outra pessoa que não ele. Assim, preferem permanecer nesta relação por mais destrutiva que ela possa ser.

Dowling (1980) considera que a justificativa para que a mulher permaneça na relação violenta é que a mesma fora ensinada a uma dependência doentia pelo homem que vem desde a infância até a fase adulta. Essa ideia patriarcal faz crer que por serem mulheres elas não são capazes de viver por conta própria, porque são frágeis e delicadas demais tendo absoluta necessidade de proteção. O homem seguindo esta concepção aparece como único sujeito capaz de suprir isso, o que evidencia uma dependência emocional delas ao gênero masculino.

Souza e Roz (2006) dizem que uma das explicações para a permanência da mulher na relação violenta esteja também associada à socialização feminina tradicional que considera, ser a mulher completa, somente se tiver um companheiro permanente ao seu lado. Isto remete aos valores culturais transmitidos à mulher desde a infância até a fase adulta e é algo que se deve considerar. Somam-se a isto, os valores judaico-cristãos que estruturam as sociedades ocidentais em sua moral e cultura. Conforme Piori (2007) lamentavelmente ainda há mulheres que devido à educação religiosa, às práticas culturais e à dominação masculina, acreditam que o companheiro é realmente seu dono e sua obrigação é suportá-lo, sujeitando-se. Este tipo de pensamento se faz presente na atualidade uma vez que alguns homens tendem a impor suas vontades alegando que as mulheres são sua posse e propriedade e que o silêncio das mesmas é fundamental para a manutenção da relação conjugal. As mulheres que vivem em situação de violência sentem-se também sufocadas em suas ações e pensamentos não tendo qualquer força e coragem para se livrar das amarras de seus alçózes, por estarem presas a valores culturais passados de geração a geração como algo sagrado.

Então, a insistência num relacionamento após sucessivos episódios de violência ou retorno à relação após separação que se verifica na vida de mulheres que sofrem violência doméstica, decorre não somente de questões econômicas e sentimentais, mas também culturais. Saffioti (2015) explica alguns motivos que levam a mulher a insistir na relação com o agressor. O primeiro diz respeito aos casos em que o homem é o único provedor e caso seja preso gerará problemas para a família com filhos pequenos, uma vez que a mulher ficará impedida de trabalhar para cuidar deles. Há também o aspecto emocional que é cultural, uma vez que há uma pressão da família, da igreja e dos amigos no sentido da preservação da sagrada família que não pode ser desfeita.

No caso de Esmeralda a dependência não era econômica. Havia um conteúdo cultural porque ela queria manter a família. A dependência emocional era a

preponderante. Em decorrência dessa dependência a violência física sofrida pelo agressor não a impediu de voltar novamente ao relacionamento mesmo sabendo que corria risco de morte, uma vez que seu ex-companheiro já se mostrava extremamente violento quando amputou uma parte de sua orelha. “*Esmeralda estava se encontrando escondida com seu ex-companheiro e que estava pensando em voltar a morar com ele*” (Acácia, 35 anos, irmã de Esmeralda, Jornal Plantão Popular, 2015).

Mulheres em situação de violência que decidem continuar o relacionamento com o agressor mesmo sabendo dos riscos que correm estão presas pela dependência emocional, cuja possível explicação pode encontrar resposta em sua trajetória de vida. Depreende-se que quando criança suas necessidades emocionais constituídas por afeto, amor e atenção familiar, possam não ter sido supridas por seus pais ou familiares, e ao chegar à fase adulta encontrou no seu agressor aquilo que faltou em sua infância. Esta seria uma justificativa que presumivelmente impediria a mulher em situação de violência romper a relação de forma definitiva com seu algoz.

A mídia e a literatura também são vetores do estabelecimento de um padrão de dependência emocional. Bution e Wechsler (2016) inferem que o modo como as relações amorosas são propagadas na mídia e na literatura contribuem para um padrão de dependência emocional. Esse padrão orienta a mulher a almejar um relacionamento dependente passando a acreditar que a dependência emocional pelo companheiro é normal.

Lino (2009) apresenta algumas características de pessoas que vivenciam dependência sentimental as quais são descritas da seguinte forma: 1º) Sentem-se muitas vezes consumidas, pois há um desejo enorme de ver o objeto amado; 2º) Tem dificuldade em se libertar da relação amorosa devido à intensidade da dependência emocional; 3º) Receiam o abandono por medo de sentimentos negativos e nefastos assolarem sua vida; e 4º) Procuram soluções externas, mas negam a dependência emocional, esperando que as coisas mudem. Estas são algumas características percebidas na história de Esmeralda e de outras mulheres entrevistadas que vivenciam situação de violência em Parintins.

Outro fator que não pode ser deixado de lado apontado como corolário da violência doméstica e o assassinato de mulheres é o ciúme masculino. No relato seguinte percebe-se que o ciúme do ex-companheiro por Esmeralda se mostrou como uma das fontes da violência sofrida por ela. Esta era a causa de sua liberdade ser

tolhida: *“Meu irmão tinha um ciúme doentio pela minha cunhada que não podia nem olhar na janela que já apanhava, ela apanhava todos os dias”*. (Azaleia, entrevista cedida ao jornal plantão popular, 2015).

No relato supracitado se evidencia que o ciúme do companheiro de Esmeralda a privava de ter qualquer contato com outras pessoas mantendo-a em cárcere semi-privado. A agressão cometida pelo companheiro em decorrência das crises de ciúme se relaciona ao medo que o agressor tinha de ser traído. O assassinato de mulheres motivado por ciúme assenta-se num cisma de possível traição da parceira, o que deixa o homem enraivecido só de pensar na possibilidade de o seu orgulho ser ferido.

No relacionamento conjugal o ciúme pode emergir tanto no homem como na mulher e podem vir acompanhado de outros sentimentos como: o medo, a insegurança que sente na relação amorosa, a possessão e outros. Os conflitos conjugais iniciam quando este sentimento tende a tolher a liberdade de um ou do outro, no sentido de tentar controlar a vida do parceiro, o qual movido pelo ciúme começa a fantasiar situações de infidelidade.

Freud (1922) considera a existência de três categorias de ciúme: o normal, o projetado e o delirante. O ciúme normal se assemelha ao luto por vir carregado de sofrimento pela perda do objeto amado. Esse ciúme “normal” na verdade não é completamente racional. Ele deriva da situação real e se encontra enraizado no inconsciente. O ciúme projetado é oriundo da infidelidade e está direcionado ao próprio ciumento com suas próprias traições e desejos que sente ou pela possibilidade de trair o parceiro. Este ciúme pode surgir tanto nos homens quanto nas mulheres. O terceiro é o ciúme delirante, visto como anormal e doentio. O ciumento nesta camada sofre constantemente, pois se vê atormentado com a infidelidade do parceiro, começando a fantasiar situações de traição. Esse tipo de ciúme se assemelha a Síndrome de Otelo³² que faz o ciumento ficar obcecado pela ideia de que o parceiro esteja sendo infiel. É o ciúme patológico.

Pode-se dizer que a mulher que vive uma relação conjugal violenta e se queixa de um ciúme possessivo do parceiro que diariamente lhe acusa de traição se enquadre no terceiro tipo de ciúme freudiano que é o ciúme patológico. Uma pesquisa do Data Senado realizada em 2015 com 1.102 mulheres apontou que 21% delas afirmaram ser

³² A Síndrome de Otelo remete à obra literária de Shakespeare “Otelo”, escrita em 1603 que aborda num dos temas a questão do ciúme, visto na obra como o monstro dos olhos verdes. O ciúme doentio vivido pelo personagem Otelo o levou a assassinar a própria esposa.

o ciúme do companheiros um dos principais motivos da violência sofrida, desaguando em assassinato.

Quando a mulher em situação de violência decide romper a relação com o companheiro por causa do ciúme, considera-se que no relacionamento a desconfiança do parceiro está sendo prejudicial à sua vida. Para Santos (2007), o principal sentimento que vem do ciúme é a desconfiança, uma vez que o ciumento sempre desconfia da outra pessoa crendo que ela está agindo com infidelidade e esta desconfiança é reforçada quando a mulher procura terminar com o relacionamento.

A cultura machista impregnada na sociedade não aceita o rompimento da relação conjugal pelo lado da mulher, mas pelo lado do homem é aceita pelo fato de ele ser o chefe da casa e ser homem. Quando o homem se decide pelo rompimento ele considera que seus direitos não foram violados. No entanto, quando a mulher toma esta iniciativa, sentimentos de revolta, de ódio e de vingança são automaticamente despertados no homem que não aceita o término da relação. Sente-se ultrajado em seus direitos de gênero, vendo-se ameaçado diante desta circunstância. A sensação de perda da companheira atrelada ao ciúme doentio o convence de que a companheira já estava vivendo uma relação extraconjugal, agindo com infidelidade, motivo que justificaria o seu assassinato.

Essas atitudes de homens com ciúmes doentios que decidem “lavar a honra” assassinando suas companheiras se mostra como um dos mais graves problemas com o qual a sociedade brasileira tem vivenciado nas últimas décadas. Dados do Mapa da Violência do ano 2015 sobre homicídios de mulheres revelaram que de 2003 a 2013 foram mortas 4.762 mulheres com 1.580 delas assassinadas pelo próprio companheiro no ambiente doméstico. Esta realidade brasileira mostra que mesmo as mulheres tendo uma legislação a seu favor visando coibir a violência doméstica, não evita que as mesmas continuem sendo assassinadas, número que cresce a cada dia. Dados do IPEA ano 2017 apontam que em 2015 foram assassinadas no Brasil 4.621 mulheres, o que corresponde a uma taxa de 4,5 mortes para cada 100 mil mulheres. Os dados ainda indicam que a região Norte e Nordeste somam 22 estados no ranking dos 30 mais violentos em 2015, onde o Amazonas está na lista dos estados que mais matam mulheres.

O Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Violência contra a Mulher no País referente ao ano 2013, chama a atenção para o assassinato de

mulheres por ser mulher, chamado de feminicídio, afirmando tratar-se de crime de ódio contra o gênero feminino justificado por uma trajetória social e cultural de dominação da mulher pelo homem, estimulada pela impunidade e pela indiferença da sociedade e do Estado. O assassinato de mulheres não emerge repentinamente, resulta de um contínuo ciclo de violência que a mulher vivencia.

Mulheres que vivem no ciclo de violência doméstica quando decidem denunciar o companheiro em virtude das agressões são mais propensas a serem assassinadas. Uma pesquisa realizada no ano de 2013 pelo Instituto Data Popular³³ em parceria com o Instituto Patrícia Galvão³⁴ com 1.501 pessoas objetivando avaliar a percepção sobre a violência e assassinato de mulheres, mostrou que 85% dos entrevistados concordaram que mulheres que denunciam seus companheiros são as mais propensas a serem mortas por eles. Estes dados se visibilizam na história de Esmeralda que denunciou o ex-companheiro pela agressão física sofrida e, mesmo amparada pelas medidas protetivas, não se evitou que fosse assassinada por ele. De acordo com a narrativa de Violeta,

Esmeralda [...] já tinha as medidas protetivas, mas mesmo assim sabendo que o companheiro era agressivo decidiu ir sozinha procura-lo na residência do mesmo com o fim de buscar seus pertences. Segundo as informações, de repente começaram a discutir e foi quando ele partiu pra cima dela dando quatro facadas no peito. Ela ainda correu pedindo socorro, no entanto, foi quando ele voltou a perfura-la novamente atingindo o pulmão. A mesma ainda conseguiu ser socorrida, mas faleceu antes mesmo de chegar ao hospital. Soubemos que no dia que foi assassinada encontraram na parte interna de sua da blusa uma foto três por quatro do companheiro demonstrando sua profunda ligação emocional por ele (entrevista, 2017).

Mulheres em situação de violência que estão sob medidas protetivas não estão livres de sofrerem violência ou de serem mortas por seus agressores. A falta de fiscalização do poder público em saber se as medidas estão sendo cumpridas permite ao agressor agredir novamente a companheira e até mesmo convencê-la a retirar a denúncia. A incapacidade do Estado de fazer valer o poder da lei em localidades como Parintins se torna mais aguda pelo fato de a cidade estar distante dos grandes centros urbanos, o que dificulta toda estruturação física e de pessoal na assistência a essas mulheres. As precariedades do sistema de apoio às mulheres que sofrem violência em Parintins as levam a refletir se vale a pena denunciar o agressor, uma vez que ele se

³³ Instituto de pesquisa que trabalha com dados etnográficos. Localiza-se na Av. Pedroso de Moraes, 433, 10º Andar, Pinheiros, São Paulo Capital.

³⁴ O Instituto Patrícia Galvão é uma organização filantrópica que atua no campo do direito à comunicação e dos direitos das mulheres brasileiras. Uma das suas atividades é a realização de pesquisas de opinião pública em nível nacional sobre a violência doméstica e a produção de campanhas publicitárias sobre essa temática.

torna mais violento após o registro da denúncia ficando a mulher mais vulnerável às suas agressões. Pensamentos assim, apenas contribuem para o silêncio da mulher e sua permanência ao lado do algoz.

A legislação brasileira possui instrumentos legais de combate à violência contra a mulher com as punições cabíveis ao agressor que pratica tal crime. A Lei Maria da Penha 11.340/2006 e a Lei do Feminicídio 13.104/2015 se complementam na luta contra violência doméstica e o assassinato de mulheres pela condição de gênero. Os objetivos dessas leis consistem em coibir, prevenir e reduzir os números de assassinatos motivados pela violência contra a mulher. A vida é um direito assegurado pelo artigo 5º da Constituição Federal, logo qualquer pessoa que atente contra esse direito deve ser punido e cabe ao Estado fazer valer esse direito. No caso de homens que cometem feminicídio a resposta do Estado à violação deste direito deveria fazer com que o agressor cumprisse integralmente a pena cabível estipulada pela Lei 13.104/2015.

A lei, contudo, pode ser aliada do agressor quando se mostra lenta em puni-lo, ou quando o mesmo não cumpre toda a pena, ou mesmo quando nem é penalizado. Lembro o caso do jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves, então Diretor de Redação do jornal *O Estado de São Paulo* que assassinou no ano 2000 a também jornalista Sandra Gomide de 32 anos, sua ex-namorada. A causa foi o término do relacionamento por Sandra, fato não aceito por Pimenta Neves que invadiu o apartamento dela, agrediu-a com dois tapas e a ameaçou de morte. A jornalista registrou boletim de ocorrência e o inquérito foi instaurado. Sandra seria ouvida no dia 28 de agosto do mesmo ano. Para protegê-la, a família da repórter contratou um segurança particular que foi dispensado pouco tempo depois, pois nem ela e nem os familiares acreditavam que Pimenta cumpriria as ameaças. O assassinato aconteceu no dia 20 de agosto de 2000 em um haras na cidade de Ibiúna, no sudeste do Estado de São Paulo, com Pimenta Neves assumindo a autoria horas depois do crime.

O contrassenso da lei se verifica pela forma como a mesma tratou o caso. Apesar de Pimenta Neves ter assumido o crime na hora, seu julgamento só aconteceria seis anos depois e a sentença judicial só seria aplicada onze anos após o assassinato. Ele foi condenado a dezenove anos de prisão, dos quais só cumpriu cinco, e segundo o jornal *A Folha de S. Paulo* de 13 de março de 2017, está praticamente livre no regime aberto porque “cumpriu todos os requisitos legais para obtê-lo”.

Como se percebe a legislação brasileira não cumpre com a sua função de integralmente proteger na prática as mulheres que sofrem agressão de seus companheiros, talvez porque seja motivada por uma cultura machista. Nesta, os homens são ensinados que a violência contra a mulher é natural e o uso da mesma apenas demonstra sua autoridade no seio familiar. Signori e Madureira (2007) dizem que a banalização da violência contra a mulher permite que esta problemática seja vista de modo natural nas relações familiares, o que é reforçado pela sociedade ao tratar o lar como espaço privado. É fato que quando Sandra Gomide foi assassinada a lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio ainda não existiam no Brasil, contudo, quando Esmeralda foi assassinada, a mesma já estava sob a proteção destas. Então, o Estado também tem a sua parte na culpa.

3.2 Trajetórias das mães Amarílis, Angélica e Tulipa no círculo vicioso da violência doméstica geracional

Entender a geracionalidade da violência doméstica requer entender a organização familiar como um fenômeno biológico-cultural que possui uma autopoiese, em outras palavras, possui uma capacidade própria de se auto-reproduzir. Morin (2012, p.54-55) entende que a família deve ser considerada como uma auto-organização sociobiológica³⁵, sendo ao mesmo tempo reprodutora biológica, placenta cultural e unidade sociológica de base, com características biológicas e culturais nem justapostas e nem superpostas³⁶, mas elementos de um processo cíclico recomeçado e regenerado incessantemente.

Tanto o homem quanto a mulher são cernes da família. Para Morin (2005, p. 462-463), esses sujeitos são seres simultaneamente unos e duplos: são seres bioculturais com o biológico e o cultural não estando apenas em interação³⁷, mas fazendo parte de um mesmo anel remetendo um para o outro e coproduzindo-se um ao outro. Portanto, tudo o que é biológico no homem e na mulher está, ao mesmo tempo, embebido, enriquecido, misturado de cultura, e faz parte da cultura comer, beber, dormir, sonhar, acasalar-se,

³⁵ Morin fala que a complexidade procura reintegrar o que o cartesianismo desintegrou: a noção de homem em disciplinas separadas. A conexão seria fácil se as ciências biológicas e humanas voltassem a se aproximar reconhecendo suas complexidades, e concebendo a auto-organização.

³⁶ Morin quer dizer que tanto o biológico quanto o cultural estão dialeticamente conectados e interligados, porém, mantendo suas próprias essências.

³⁷ Morin usa o conceito de interação por este fazer entender uma influência mútua de órgãos ou organismos inter-relacionados; uma ação mútua ou compartilhada entre dois ou mais corpos ou indivíduos.

nascer, morrer. Note-se, então, que a família “é bem mais que um núcleo de reprodução biológica: é uma placenta cultural, uma célula sociológica, e, com base nisso, é plenamente uma instituição biocultural”.

Antes de conceituarmos o círculo vicioso da violência doméstica geracional precisamos significar o termo “círculo vicioso”. Em seu significado simples ele é compreendido como uma sucessão, geralmente ininterrupta e infinita, de acontecimentos e consequências que sempre resultam numa situação que parece sem saída, sempre com resultados desfavoráveis, principalmente para quem se vê nele capturado.

Associamos o significado de círculo vicioso ao conceito de violência doméstica geracional que se constitui “numa modalidade de violência que emerge entre as gerações da mesma linhagem familiar pela interação cultural entre os membros da família, e entre estes e sistema social no qual estão inseridos, atrelados a uma herança hereditária impregnada dos valores culturais de seus antepassados”³⁸.

Assim, o círculo vicioso da violência doméstica geracional pode ser conceituado como “uma sucessão entre gerações da mesma linhagem familiar do ciclo de violência doméstica que emerge das interações conjugais entre o homem e a mulher, nutridas pelo sistema social no qual estão inseridos, associado à heranças hereditárias impregnadas de valores culturais dos antepassados”³⁹.

A Figura 6 manifesta a dinâmica do conceito de círculo vicioso da violência doméstica geracional:

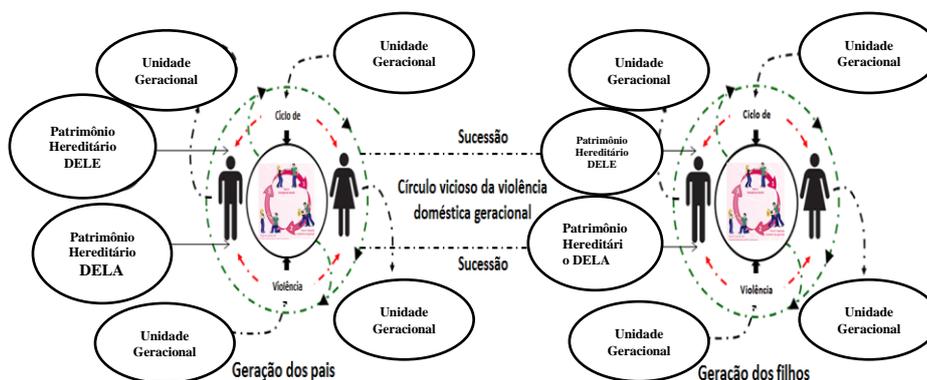


Figura 6: Dinâmica do conceito de círculo vicioso da violência doméstica geracional.

Fonte: Elaborado por Vitor e Kelem Pontes. As ilustrações dentro do ciclo de violência foram tomadas da Cartilha “Mulher, Vire a Págin e seja Protagonista de um Final Feliz”.

³⁸ Para melhor compreensão da origem do conceito de violência doméstica geracional, retornar ao tópico 1.2 do Capítulo I: “A violência doméstica geracional, o que é”?

³⁹ Este foi conceito foi construído a partir de leituras sobre a complexidade sistêmica em Morin, a violência domestica e da nossa percepção no campo de pesquisa.

O quadro 5 oferece com mais clareza um resumo dos termos e conceitos utilizados na explicação da geracionalidade da violência contra a mulher:

Termo	Conceito
Círculo vicioso	Compreende uma sucessão, geralmente ininterrupta e infinita, de acontecimentos e consequências que sempre resultam numa situação que parece sem saída, sempre com resultados desfavoráveis, principalmente para quem se vê capturado por esse tipo de relação.
Ciclo de violência	Violência relativa às agressões sofrida pela mulher por parte de seu companheiro que se desdobra em três fases: 1) Evolução da tensão; 2) Explosão / incidente de agressão; e 3) Lua de mel / comportamento gentil e amoroso.
Violência doméstica geracional	Modalidade de violência que emerge entre as gerações da mesma linhagem familiar pela interação cultural entre os membros da família, e entre estes e o sistema social no qual estão inseridos, atrelados a uma herança hereditária impregnada dos valores culturais de seus antepassados.
Círculo vicioso da violência doméstica geracional	Uma sucessão entre gerações da mesma linhagem familiar do ciclo de violência doméstica que emerge das interações conjugais entre o homem e a mulher nutridas pelo sistema social no qual estão inseridos, atreladas a heranças hereditárias impregnadas de valores culturais dos antepassados.

Quadro 5: Resumo dos termos e conceitos sobre a geracionalidade da violência contra a mulher.

Fonte: Kelem Pontes, 2017.

Analizamos as trajetórias de Amarílis, Angélica, Tulipa, e de suas filhas Iris, Gérbera e Rosa, orientados pelo esquema da Figura 5, cujo fundamento teoricamente se ancora na abordagem da complexidade sistêmica de Edgar Morin, com apoio do conceito sociológico de gerações em Karl Mannheim.

Mulheres que vivem num círculo vicioso da violência doméstica geracional não percebem que estão submersas num processo destruidor de suas vidas associado, muitas vezes às heranças hereditárias de seus pais ou avós. A trajetória de vida de Amarílis, Angélica e Tulipa em analogia com a trajetória de suas filhas Iris, Gérbera e Rosa Menina⁴⁰, nos permite fazer inferências com base em eventos de violência ocorridos em suas famílias, levando-nos à compreensão de que elas estão inseridas neste círculo.

As palavras de Amarílis, Angélica e Tulipa revelaram um acontecimento familiar, primordial para esta análise inicial, análogo à trajetória da vida de todas. Viveram suas infâncias num ambiente de conflitos familiares e rotina de violência doméstica envolvendo agressões físicas proveniente de seus genitores. O sentimento da atroz

⁴⁰ Estas mulheres entrevistadas serão visualizadas no item 3.3

experiência se notou em suas feições, entristecidas pelas lembranças amargas, ainda muita vivas em suas almas. Vejamos:

Não lembro direito e prefiro nem lembrar, porque apanhei muito e sempre do meu pai. Às vezes era porque não lavava uma louça direito, outras vezes era quando ele chegava em casa bêbado brigando com todo mundo, eu e meus irmãos apanhávamos de corda [...] Saí de casa cedo, tinha quinze anos quando minha mãe falou com meus tios que moravam aqui em Parintins se eles queriam que eu trabalhassem em suas casas. Eles aceitaram e disseram que eu poderia vir sim pra cá, só que quando cheguei aqui fui muito humilhada, sofri muito. Não quis voltar pra casa porque em casa era muito ruim, e preferi ficar aqui (Amarflis, 68 anos, entrevista, 2017).

Quando era uma cunhatãzinha o que ainda lembro era que meu pai e minha mãe sempre brigavam. Quando papai bebia a mamãe reclamava porque ele gastava o dinheiro e ela fazia de tudo pra gente não ouvir e nem os ver brigando. Ela dizia pra gente que quando papai viesse da rua era pra gente ficar no quarto, mas eu sabia que ele batia nela. [...] Quando eu apanhava, era sempre da minha mãe e às vezes do meu pai. Ela ficava muito brava rápido e quando pegava a gente não tinha pena e nas vezes quando batia muito na gente, sabíamos que o motivo era porque tinha brigado com meu pai (Angélica, 70 anos, entrevista, 2017).

Vim de uma família que era minha mãe quem mandava, e se meu pai não fizesse o que ela pedia ela brigava com ele. Meu pai tinha era medo da minha mãe. Quando era pequena sempre ajudava minha mãe em casa com meus irmãos e papai e mamãe brigavam muito, mas era porque ele gostava de andar com mulher da rua e a mamãe não suportava e brigava com ele. Às vezes ela pegava era na vassoura pra dar nele, mas dizia que não largava meu pai porque era muito feio pra mulher criar os filhos sem o pai. [...] Ela morreu primeiro do que ele, eu tinha 16 anos quando perdi os dois. [...] Não tive muitos momentos alegres quando era criança, apanhei muito deles com galho de goiabeira, corda e chicote. Doía muito. [...] Nunca recebi um abraço de carinho da mamãe (Tulipa, 69 anos, entrevista, 2017).

Os relatos destas três mães retratam que o início de suas infâncias já era permeado por um contexto de violência familiar. Todas essas mulheres são originárias de comunidades rurais de Parintins, e em viagens por algumas dessas comunidades, inclusive pequenas cidades como Barreirinha, ouvimos histórias de pais ou mães que surravam seu filho ou sua filha deixando as marcas da violência em seus corpos. Pela sua ótica os mesmos estavam corrigindo e educando estes filhos exercendo um hábito herdado de seus antepassados como uma regra ou norma, e também porque era comum a parentela ou a vizinhança fazerem o mesmo⁴¹. Para Morin (2011, p. 29-30) “Há um *imprinting* cultural que marca os humanos desde o seu nascimento com o selo da cultura, primeiro familiar e depois escolar, prosseguido na universidade e depois na

⁴¹ Não queremos dizer que as relações de violência familiar onde crianças estão inseridas só ocorrem em famílias oriundas de áreas rurais como as de Parintins. Ocorre também em outras áreas como a urbana.

profissão [...], inscrevendo-se desde a mais tenra infância pela estabilização das sinapses⁴², inscrições iniciais que marcarão o espírito individual no seu modo de conhecer ou agir”.

Compreende-se que o *imprinting* em Morin se traduz na existência de determinismos culturais responsáveis pela normalização, invariância e reprodução de ideias, hábitos e valores na vida dos indivíduos em seu contexto familiar. Pelo conceito dialético de ordem e desordem, Morin (2013, p. 199) vê que este determinismo, ao mesmo tempo, já trás em si reações naturais que podem lhe provocar enfraquecimento ou transformação. No caso destas mães o enfraquecimento ou transformação desta cultura determinada pela violência familiar como um hábito, se dá pela busca de uma educação formal, pela independência econômica, pelo desapego sentimental e pelo abandono de regras religiosas que torna as mulheres escravas do companheiro agressor.

Constatamos nas histórias de nossas entrevistadas os constantes conflitos familiares que vivenciaram na infância, envolvendo violência doméstica que deixaram cicatrizes profundas em suas vidas. Conviver num ambiente familiar conflituoso permeado de agressões verbais e físicas, mesmo não sendo o alvo principal da violência, reflete negativamente no estado psicossocial de cada membro da família. Para Kitzmann (2007, p.4), crianças expostas à violência doméstica estão em situação de risco devido a uma série de problemas psicossociais independente de serem alvos ou não da violência, prejudicando o seu desenvolvimento.

De acordo com Kitzmann e Morin (2012, p. 58) a infância e a adolescência constituem um longo período de conformação desde a embriogênese,⁴³ recebendo influência das condições exteriores, acentuando-se e diversificando-se no desenvolvimento dos indivíduos pela sensibilidade a fatos, acidentes e traumas vividos ao longo deste período. A criança e o adolescente podem passar pelas mesmas crises, mas responderão a elas de maneira diversa onde uns a superarão e sairão fortalecidos, mas outros sucumbirão ao peso do trauma que os marcarão para o resto da vida.

Na fala das entrevistadas é evidente os maus-tratos físicos sofrido quando crianças pelos pais no momento em que estes as espancavam com cordas, galho de goiabeira e

⁴² As sinapses são as regiões localizadas entre neurônios onde agem os neurotransmissores (mediadores químicos), transmitindo o impulso nervoso de um neurônio a outro, ou de um neurônio para uma célula muscular ou glandular.

⁴³ Em biologia a embriogênese é o processo através do qual o embrião é formado e se desenvolve. Começa no momento da fertilização do óvulo que a partir de então se passará a chamar de zigoto que é a célula resultante da união do gameta masculino e feminino.

chicote como uma medida de correção por desobediência e rebeldia, vista como necessária ao processo socioeducativo da criança. Esse tipo de educação tradicional rígida e austera teve a sua serventia em tempos idos, sem no entanto, deixar de causar certos traumas na vida dessas crianças, como vimos nos relatos de Amarílis, Angélica e Tulipa. Bater nos filhos era uma prática suportada por uma firme convicção em sua eficácia pedagógica, pois a punição corporal utilizada nos filhos pelos pais era algo natural, mesmo que acarretasse dor física e mental às crianças (AZEVEDO e GUERRA, 2006).

No relato de Amarílis constatamos que a convivência no ambiente familiar de violência trouxe um mal-estar em sua vida. Durante a entrevista percebemos seu esforço para recordar os momentos da infância vividos ao lado dos pais porque estes foram vazios de sentimentos como carinho, respeito, proteção e amor, o que demonstra as suas razões em não querer lembrar-se desses momentos. A insatisfação no seio familiar caracterizada por angústia, tristezas e medos gerou um mal estar por se lembrar de uma infância vivida num ambiente de violência que não lhe trouxe qualquer felicidade nem alegria. Santos (2013), diz que crianças e adolescentes vítimas da violência física sentem medo de assumir quando cometem alguma falta, sentem medo dos pais devido as ameaças e o medo de castigos, apresentando baixa auto-estima. Por isso fogem constantemente de casa.

No relato de Angélica verificamos que havia a preocupação de sua mãe para que os filhos não presenciassem a violência praticada pelo pai alcoolizado, ou seja, havia preocupação com o bem-estar deles. Por outro lado e não menos dramático, a mãe, ao sofrer violência do companheiro, volta-se para seus filhos com prática de violência, uma válvula de escape em função da violência sofrida por ela. Santos (2013) observa que os conflitos ocorridos no interior das famílias alocam as crianças como alvos fáceis da violência, onde são utilizadas como meio de fuga, escape, descarrego de tensões e estresse, relegando-as como objeto do abuso da autoridade e poder de seus pais.

No relato de Tulipa constatamos haver violência doméstica praticada pela mãe, e não o pai, como vimos nas outras falas. O ambiente familiar de Tulipa é conflituoso por causa da mãe cujos atos trazem sofrimento aos filhos. É possível notar que a mãe de Tulipa é quem exerce a autoridade no espaço privado devendo, pois, o pai e os filhos obedecer, algo incomum. A atitude da mãe de Tulipa ao assumir o poder de mando se reveste de uma postura machista feminina. Para Drumont (1980, p.82) “o machismo

pode ser considerado um ideal a ser atingido por todos os homens e acatado ou invejado pela mulher.”. Assim, tanto o homem quanto a mulher, podem exercer uma postura machista. O ato de não demonstrar carinho, amor, compreensão para com os filhos evidencia o papel de dominação violenta dentro do lar. A história de Tulipa mostra que em certas ocasiões a mulher também pode ser a mentora da violência doméstica demonstrando que, independente de onde esta proceda, ela possui o mesmo caráter violentos as vezes com os mesmos resultados.

Viver num ambiente familiar caracterizado por fatores de riscos como a violência doméstica, o uso de entorpecentes, alcoolizado, abusos sexuais, dentre outros, engendra problemas de ordem física, social e emocional aos membros da família prejudicando o desenvolvimento dos indivíduos e suas relações com outras pessoas na sociedade. O uso de bebida alcoólica pelos pais de Amarílis e Angélica é visto como motivador da violência praticada contra suas mães e com ela: “O abuso de álcool tem um profundo impacto sobre a família do dependente. Todos os membros da estrutura familiar sofrem as consequências, embora crianças e adolescentes sejam os mais afetados” (COSTA et. al., 2011, p. 224).

Se a infância e a adolescência constituem um longo período de conformação desde a embriogênese recebendo influência das condições exteriores, então a família deveria se constituir num espaço vital onde toda criança tivesse direito a nascer e crescer em situação de proteção, afeto, segurança e cuidados longe da violência. Nas famílias de Amarílis e Angélica não constatamos esta ambiência de afeto, mas sim conflitos que resultam em violência sob os diversos aspectos: “física, psíquica, moral, sexual, negligência e maus tratos que quase sempre são silenciados pelos membros da família”. (NERY, 2010, p. 190).

Conviver num ambiente familiar conflituoso cujas relações familiares são isentas de carinho, atenção, amizade, confiança e respeito, constituem-se relações calcadas na frieza, inimizade, falta de companheirismo, discórdia, falta de amor, tendendo sempre ao prejuízo dos laços afetivos na família como se percebe nos relatos destas mulheres, a saber:

Como sofri violência desde cedo dos meus pais, não tive uma boa convivência com eles. Apesar de tudo sempre mantive uma relação melhor com minha mãe. Ela conseguia me entender mais (Amarílis, entrevista, 2017).

Não foi fácil viver com meus pais. Saí de casa fugida quando tinha 16 anos com o pai dos meus filhos porque não aguentava ouvir as brigas dos meus pais e nem os xingamentos e as surras da mamãe todas as vezes que papai batia nela. Queria fugir disso [...]. Nunca fui de conversar muito com eles, às vezes ainda conversava um pouco com a minha mãe (Angélica, entrevista, 2017).

Apesar de o meu pai ter aprontado muito com a minha mãe, mesmo assim sempre eu e meus irmãos gostávamos mais do meu pai, acho porque a minha mãe era muito brava, só falava com agente gritando e nunca gostei disso (Tulipa, entrevista, 2017).

A violência doméstica criou fraturas no relacionamento familiar de Amarílis, Angélica e Tulipa não permitindo fortalecer os laços afetivos que geralmente se formam no contexto da família. Sonego e Munhoz (2007) chamam a atenção para o fato de que a família é o principal grupo responsável pelo processo de socialização de seus membros, logo, espera-se que nela se estabeleçam laços baseados no amor, carinho e proteção, pois é um espaço que deve nutrir a formação da identidade dos indivíduos dando possibilidades de trilharem seus caminhos de maneira saudável.

As experiências vividas por Amarílis, Angélica e Tulipa quando crianças ou adolescentes revelaram que os seus primeiros contatos fora com a violência familiar caracterizada pelo ciclo da violência: o pai praticava violência moral e psicológica tanto com mãe quanto com elas, vociferando ofensas, humilhações, xingamentos e destruição de objetos do lar; posteriormente cometia agressões físicas contra a mãe e contra elas apresentando comportamento descontrolado em cada novo ciclo de agressões se tornando mais violentos. Quanto aos maus tratos da mãe praticada contra a filha não podemos deixar de reconhecer que trata-se também de violência, neste caso contra criança e adolescente. De acordo com Pires e Miyazak (2005) o tipo mais frequente de maus-tratos contra a criança ou adolescente é a violência doméstica, que ocorre na maioria das vezes dentro dos lares ou no convívio familiar gerando diversos problemas sociais, físicos e psicológicos, tais como baixa auto-estima, déficit de atenção, dificuldade de relacionamento interpessoal, gravidez precoce, baixo rendimento escolar, comportamento abusivo e outros, os quais tendem a ocorrer tanto na fase da adolescência como posteriormente na fase adulta.

Nesse espaço de negação, Angélica entendeu que a única alternativa para sair da situação de violência era tomar a decisão de evadir-se de casa aos dezesseis anos de idade como uma fuga do ambiente que estava prejudicando seu desenvolvimento psicossocial. O não fortalecimento dos laços emocionais pelos seus pais a fez optar pela quebra de vínculo com a família. A realidade de Angélica é a realidade de muitas

adolescentes que convivem com a violência no seio da família fazendo-as trilhar o mesmo caminho como alternativa. Note-se que a violência doméstica estava inserida no cotidiano do espaço privado de Angélica, o que é comum a todos aqueles que vivem neste contexto familiar, seja mulher, idoso, crianças ou adolescentes. Dos vínculos familiares fragilizados emergiram diversos problemas emocionais para quem vivenciou um ambiente violento como Angélica que foi compelida a fugir com o homem que veio ser seu marido. Que experiência de vida ou herança Angélica levou para iniciar sua nova família? A violência doméstica. O seu marido, agora seu agressor, que herança familiar trouxe quando formou a nova família com Angélica? a violência doméstica.

Sobre os impactos da violência doméstica na família, Miranda et. al. (2010) consideram que eles geram um conjunto de problemas emocionais e comportamentais nos filhos incluindo depressão, baixa autoestima, desobediência, pesadelos e queixas somáticas, além de baixo desempenho escolar. Para a mulher, além da violência causar impactos na saúde, acarreta também problemas no trabalho e na vida familiar afetando sua capacidade na busca efetiva de socorro com relação a este problema, tornando-se presa na relação com o agressor.

O caso de Amarílis guarda similitude com o de Angélica, em certo sentido, porque também ela saiu de casa aos quinze anos para trabalhar na casa dos tios em Parintins: *“Eles aceitaram e disseram que eu poderia vir sim pra cá, só que quando cheguei aqui fui muito humilhada, sofri muito. Não quis voltar para casa porque em casa era muito ruim, e preferi ficar aqui”*. (Amarílis, entrevista, 2017). Existia e ainda existe uma tradição familiar em municípios como Parintins em que os pais que moram com suas famílias na área rural e que não podem sustentar economicamente os filhos na cidade, seja por motivos escolares ou mesmo para sair do contexto da pobreza, procuram a família de um parente que na cidade já esteja instalada para dar um “agasalho” ao filho ou à filha. O pagamento será o trabalho doméstico deste filho ou filha. Para Torres e Oliveira (2012), essa prática não é algo novo na Amazônia, mas remonta ao período colonial com a chegada dos portugueses na região, onde alguns pais ofereciam suas filhas ao colono português, prática que culturalmente se faz presente em diversas regiões da Amazônia que considera ser natural dar ou doar a filha ao padrinho para estudar na cidade, quando na verdade, era para ser escravizada nos serviços domésticos.

A trajetória de Amarílis, Angélica e Tulipa denota um *imprinting* quando em diversas situações os filhos presenciam a mãe sofrer violência do pai ou companheiro.

Ao perguntarmos se alguma vez presenciaram o pai agredindo a mãe responderam o seguinte:

Já presenciei sim, não só eu como meus irmãos. Acho que tinha uns seis anos e isso ficou até hoje na minha memória. Foi quando meu pai um dia chegou bêbado e por nada começou a brigar com minha mãe. Não sei o que ela disse pra ele porque nesse dia ele bateu no rosto dela que ficou roxo o olho, [...] Quando vi minha mãe assim chorei muito abraçada no colo dela (Amarílis, entrevista, 2017).

Quando meus pais brigavam, mamãe fazia de tudo pra gente não vê-la sofrendo violência do meu pai, mas mesmo assim eu e meus irmãos conseguíamos ouvir meu pai gritando com ela e às vezes dizendo pra ela ficar calada, senão ela iria apanhar. [...] Tínhamos muito medo dele. Eu e meus irmãos ficávamos calados só ouvindo ele xingar e bater nela [...] várias vezes chegamos a chorar (Angélica, entrevista, 2017).

Os relatos indicam que presenciar a mãe sendo agredida ou ouvir as agressões do pai sem poder fazer nada trazia medo e dor a essas mulheres. Por sentirem-se impotentes diante da situação, descarregavam o sofrimento daqueles momentos em choro como se estivessem pedindo por socorro. Estes acontecimentos ou fatos ficaram gravados na memória de cada uma delas que mesmo hoje, com a idade avançada, recordam desses momentos angustiantes que ainda as fazem sofrer. Esta é uma herança “maldita” que “empurrou” estas mulheres para sofrerem novamente, agora, nas mãos dos seus maridos que também devem ter tido uma trajetória parecida.

Amarílis, Angélica e Tulipa constituíram novas famílias, mas o ciclo de violência doméstica emergiu novamente em suas novas famílias uma vez que elas continuaram vivenciando situação de violência ao longo de décadas, não mais pelos seus pais, mas por seus maridos ou companheiros. O aprisionamento ao ciclo de violência quando crianças se davam por estarem na dependência de seus pais. Na fase adulta, na relação conjugal com seus companheiros, este aprisionamento se dá pela “vergonha e medo de romper a relação, dependência emocional, dependência econômica, pelo isolamento, uma vez que às mulheres em situação de violência perdem seus laços familiares e sociais”. (BRASIL, 2005, p. 27).

Ao indagarmos sobre o tempo que estão com o agressor e os motivos que levaram a permanecerem ao lado do companheiro sem registrar qualquer denúncia obtivemos o seguinte relato:

Moro com meu marido há uns 40 anos e quando bebe me faz sofrer, mas ele não é ruim não, ele só fica bravo quando bebe [...]. Nunca denunciei porque gosto dele e sei que ele vai mudar. Ele já foi pior [...]. Meus filhos não gostam dele porque sabem que ele é bravo. Às vezes meus filhos dizem pra

mim deixar ele, mas eu não vou fazer isso, mesmo ele sendo desse jeito, bota comida pra dentro de casa e tá comigo e nenhum filho me ajuda (Amarílis, entrevista, 2017).

Tenho 50 anos de casada e sofri violência uns trinta anos. Meu marido me batia, gritava comigo, me xingava, dizia até que eu não prestava pra ele. [...] Eu não podia deixar ele porque pensava nos meus filhos e também porque sempre gostei muito dele. Eu sabia que ele não era ruim, era a bebida que fazia ficar violento, era uma doença e hoje tudo isso passou (Angélica, entrevista, 2017).

As maiores brigas que tive com meu marido foi por causa da bebida. Ele nunca se meteu a besta de me bater porque ele sabe que ia levar. Eu pareço muito com a minha mãe. Não tenho muita paciência não. Quando ele chega bêbado começa a querer engrossar a voz pro meu lado, digo logo pra ele me deixar quieta, ele me conhece. Estamos casados há mais de 35 anos (Tulipa, entrevista, 2017).

Amarílis e Angélica convivem há muito tempo com o agressor sofrendo violência sem nunca ter registrado qualquer denúncia. Essa postura decorre das fases do ciclo de violência que se traduzem em leituras distorcidas das interações entre elas e o agressor, pois esperam que ele mude o comportamento; pelo medo que têm de romper o relacionamento; pela vergonha de procurar ajuda e de ser criticada; pelo sentimento de estar sozinha e de não contar com pessoas que a apoiem; pela pressão social para preservar a família; pelo medo de sofrer discriminação por estar “sem marido”; pela dependência econômica do parceiro para o sustento da família; pela dependência emocional do parceiro; e pelas dificuldades para vivenciar um processo de separação. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016).

O círculo vicioso da violência doméstica geracional se desvela novamente nas famílias de Amarílis e Angélica porque suas mães estiveram na mesma situação com as mesmas características. Constatamos na fala de Amarílis, casada há mais de quarenta anos com o agressor, que a justificativa para suportar todos esses anos a violência consiste no fato de ela não reconhecer a violência praticada por ele. Na sua ótica o companheiro é uma pessoa boa, o que o faz ficar violento é a bebida, razão pela qual acredita numa possível mudança dele. Outro fato que a mantém presa na relação é a dependência econômica e emocional ao companheiro. O sentimento delas pelo agressor é tão forte que nesses anos todos de sofrimento não conseguiram se libertar dos mesmos. Para Norwood (1987), mulheres que amam demais na fase adulta alguém, quando crianças não tiveram suas necessidades emocionais satisfeitas, muitas vezes ocasionado pelo ambiente familiar conflituoso em que a criança estava inserida, o que a

impossibilitou de receber a atenção necessária de seus pais, as quais tentam agora adultas suprir essa necessidade por meio de outra pessoa, no caso o companheiro.

Quanto a Tulipa, é possível que ela tenha herdado o comportamento forte de sua mãe, mas isto, não obstante, não pode ser visto como um fatalismo, um reducionismo. Ela poderia ter seguido outro caminho se tivesse sido amparada pelas políticas públicas para mulheres incluindo o acesso à educação e a cultura ilustrada (TORRES, 2005).

A mesma situação ocorrida com Amarílis, Angélica e Tulipa quando crianças e adolescentes, ocorreu também com seus filhos. Vejamos:

Meus filhos sabiam que sofria violência. Eles não gostam do meu marido porque acham que eu troquei eles pelo padrasto porque não criei nenhum. Só um filho que ficou comigo porque é desse meu marido, três eu dei pra alguns parentes e dois mandei pra trabalhar em Manaus na casa de família. Ao todo tive seis filhos (Amarílis, entrevista, 2017).

Quando sofria violência do meu marido sempre foi na frente dos meus filhos. A casa que a gente morava era pequena, não tinha como eles não saberem. Às vezes pedia para eles irem para o quarto. [...]. Quando eles viam ficavam assustados e se tremiam de medo do pai. Tenho cinco filhos (Angélica, entrevista, 2017).

Meus filhos já me presenciaram agredindo o padrasto deles a quem eles chamam de pai. Uma vez Rosa Menina presenciou uma situação que aconteceu comigo e o padrasto dela quando trabalhávamos fazendo farinha. Eu e Rosa Menina estávamos colocando massa na prensa e o padrasto dela estava mexendo a farinha. Ele pediu pra Rosa Menina suspender a saca, ela tinha somente nove anos de idade. Falei que ela não ia conseguir porque não tinha força. Ele ficou com raiva. Chamei um palavrão pra ele que com raiva pegou o remo que estava usando pra mexer a farinha e bateu no meu ombro. Fiquei com tanta raiva que peguei o pau da prensa e dei na cabeça dele, o sangue desceu na hora, quem mandou ele mexer comigo. Rosa menina ficou muito assustada quando viu o sangue descer (Tulipa, entrevista, 2017).

A narrativa de Amarílis mostra que as características da violência da família de seus pais parece reproduzirem-se na sua própria família da seguinte forma: os filhos sabiam que ela sofria violência do companheiro. Os filhos se revoltaram por ela preferir ficar ao lado de um homem violento a criar os mesmos, demonstrando sua dependência emocional e também econômica. Por esta causa, dos seis filhos cinco foram criados por parentes, uma vez que o único filho que o marido aceitou criar foi o dele próprio. A forma como Amarílis fez com os seus filhos ao manda-los para trabalhar em Manaus na casa de parentes foi a mesma forma que sua mãe fez com ela quando tinha quinze anos de idade que a deu para um parente criar. De acordo com Torres e Oliveira (2012) diversas culturas da Amazônia apoiavam à prática de troca de mulheres e meninas, “doando-as” como mimos e presentes a amigos, visitantes, compadres e até

desconhecidos. Nas famílias mais tradicionais de Manaus, a figura da “filha de criação”, que era dada aos padrinhos para vir morar em Manaus com suas famílias acabavam sofrendo todo tipo de exploração sexual e laboral.

No caso de Angélica a violência também sempre acontece na presença dos filhos. A reação deles diante do que presenciavam era chorar pelo temor e medo que sentiam por causa do pai, pois o que presenciavam mexia com o emocional deles. Na fala de Angélica se nota certas atitudes comuns vividas na infância quando estava ao lado dos pais, uma vez que ela presenciava violência entre os pais e hoje os filhos dela também presenciaram a violência sofrida pelo companheiro. Ou seja, a reprodução de um modo de vida da geração passada, no caso com os pais, se fazendo presente hoje em sua geração.

Tanto o caso de Amarílis quanto o de Angélica se explicam pelo *imprinting* cultural em Morin (2011, p.31) ao dizer que uma cultura produz modo de conhecimento entre os homens desta cultura, os quais através do seu modo de conhecimento reproduzem a cultura que produz este modo de conhecimento, ou seja, a violência doméstica ela é causa e consequência de si mesma na família porque ela se auto-reproduz nas gerações familiares.

No relato de Tulipa percebe-se também que a violência quando ocorre é na presença dos filhos, da mesma forma que acontecia na sua família de origem, a reprodução do modo de vida do passado se fazendo presente. Biológica e culturalmente os filhos carregam dos pais características não só externas como também internas como atitudes, forma de falar, forma de reagir, de andar e de se relacionar. Isto se percebeu nas palavras de Amarílis, Angélica e Tulipa:

Eu pareço um pouco com a minha mãe com relação ao jeito de falar e a paciência. Ela suportava as gritarias e os xingamentos do meu pai quieta em silêncio. Ela não falava nada, muitas vezes eu sou assim mesmo, acho que puxei esse jeito de ser dela (Amarílis, entrevista, 2017).

[...] acho que mais da minha mãe. Meus irmãos diziam que a forma como eu falo, como eu ando é como da minha mãe. Só os meus pés e mãos parecem com os do meu pai [...]. Eu digo que herdei dela a calma. Quando meu marido me batia eu não tinha nenhuma reação. Minha mãe era assim mesmo. Acabei carregando isso dela (Angélica, entrevista, 2017).

Dos meus irmãos sou a única que pareço mais com a minha mãe. Ela era brava demais, não levava desaforo pra casa e sou assim mesmo. Ela metia era a peia quando a gente fazia as coisas erradas, puxei isso dela (Tulipa, entrevista, 2017).

Uma conclusão importante que o campo de pesquisa traz diz respeito ao fato de que existe uma consciência das vítimas quanto à herança de violência da qual os seus

pais foram vítimas ou perpetradores. Amarílis diz parecer com a mãe não só na forma de andar como na de falar, e até mesmo a forma como sofria violência do companheiro se mantendo em silêncio como a mãe. É visível a noção que ela tem de carregar certos costumes dos pais. Angélica também diz que traz certos costumes e certas características físicas do pai, sendo possível perceber que a forma como ela se mantém diante da violência era a mesma forma que sua mãe também se mantinha. No relato de Tulipa é evidente que a brabeza ela considera ter herdado de sua mãe, assim como a forma de agir e até de pensar ela encontra algo de sua mãe. Maturana e Varela (1987, p.217-226) conceituam essa atitude de conduta cultural, pois diz que existe uma estabilidade entre as várias gerações de configurações comportamentais adquiridas desde o nascimento até a fase adulta na dinâmica comunicativa de um meio social.

Não menos importante que evidenciar a existência do círculo viciosos da violência geracional, é manifestar também que a violência doméstica cria um conjunto de problemas à saúde física e psíquica da mulher que está presa no ciclo de violência doméstica. Ao perguntarmos que reações sentiam todas as vezes que seus companheiros lhes batiam, e o que a violência deixou nelas, ouvimos o seguinte: *Sofria calada porque eu sabia que ele estava doente, chorava muito e sentia muita tristeza, já tive depressão, hoje sofro com dor de cabeça porque ele puxava muito meu cabelo* (Amarílis, entrevista, 2017). No relato se percebe que a violência sofrida deixou uma doença da psique e uma doença somática. Em relação à Angélica ouvimos: *Sentia-me muito mal, chorava muito, sofro calada, [...] das vezes que ele me bateu eu sinto muitas dores de cabeça e no braço direito porque uma vez ele me puxou com muita força que quase quebra, até hoje eu sinto dor* (Angélica, entrevista, 2017).

A violência também deixou marcas na vida de Angélica, tanto em sua cabeça como em seu braço devido à violência física por ela sofrida. Dentre todos esses problemas de saúde derivados da violência sofrida por essas mulheres, os mais destrutivos são aqueles que matam aos poucos as suas vontades de reagir tirando seus valores como pessoas com direito a uma vida feliz e saudável. De acordo com Fonseca, (2006) A violência doméstica causa efeitos desastrosos à saúde física e psíquica da mulher, variando em sua expressão e intensidade, transcendendo aos danos imediatos gerados pela violência física, como as lesões e fraturas, tendo sequelas que podem repercutir na vida futura da mulher, a exemplo de dores de cabeça constantes, aumento da pressão arterial e insônia.

O círculo vicioso da violência doméstica geracional é tão física quanto psíquica que imperceptivelmente perpassa gerações aprisionando mulheres que estão inseridas neste círculo. A trajetória das filhas de Amarílis Angélica e Tulipa Iris denotam a existência deste círculo.

3.3 A trajetória das filhas Iris, Gérbera e Rosa Menina no círculo vicioso da violência doméstica

Amarílis, Angélica e Tulipa tiveram suas infâncias e adolescências permeadas por violência praticada por seus pais. Viam e sentiam todo o drama de um ambiente triste, doloroso, amargo e desalentador emerso em interações agressivas, abusivas e violentas. A violência vista e sentida alojou-se em seu ser biocultural emergindo e se reproduzindo quando formaram as suas próprias famílias. Agora temos as histórias de suas filhas, outra geração. Assim como identificado nas famílias de Amarílis, Angélica e Tulipa, nas famílias de Iris, Gérbera e Rosa Menina, suas filhas, identificamos o ciclo da violência doméstica, permitindo-perceber a existência de um círculo vicioso da violência doméstica geracional.

A violência doméstica quando se transforma num círculo vicioso perpassa gerações tornando-se sutil e até imperceptível pelas próprias mulheres que estão aprisionadas nesta circularidade impedindo-as de ver que sua trajetória de vida na violência não emergiu momentaneamente ou quando constituiu a sua família, mas que é oriunda de fatores, sociais, econômicos, políticos e culturais atrelados a uma herança hereditária envolvendo as gerações anteriores. A circularidade da violência doméstica que perpassa gerações é denominada de violência doméstica geracional porque é a violência que emerge entre as gerações da mesma linhagem familiar.

A história das vidas de Íris, Gérbera e Rosa Menina, filhas de mulheres que vivenciaram situação de violência, evidencia na prática a circularidade da violência doméstica geracional por meio das narrativas destas mulheres que hodiernamente vivenciam a mesma situação que suas mães vivenciaram no passado, e ainda hoje, algumas ainda se encontra no ciclo de violência. Vejamos.

Toda a minha história começa quando tinha sete anos de idade, fui criada sem amor de mãe, porque ela não criou nenhum dos filhos, ela foi dando a gente pra parente, nos trocou pelo meu padrasto que bate nela. Ainda criança ela me mandou para Manaus para trabalhar na casa de uma família como babá, e

na casa que morei durante três anos, diariamente via meu patrão bater, dar chutes, dar tapas e agredir com palavras minha patroa [...]. Saí de lá quando tinha dez anos, meu patrão me colocou no barco de volta pra Parintins porque acabei falando para os irmãos da minha patroa que meu patrão batia nela. Nesse dia ele ficou no porto perguntando que barco ia pra Parintins. Eu parecia uma mercadoria sem valor, eu estava com dez anos (Íris, 30 anos, 2017).

No relato de Íris percebemos seu desconforto com a mãe por não tê-la criado, por causa do companheiro desonerando-se de sua responsabilidade pela criação e educação dela e de seus irmãos. Durante a entrevista percebemos que toda a situação que viveu quando criança, vivendo em casa de pessoas desconhecidas e vivenciando situação de violência, ocasionou para si problemas emocionais como angústia, dor, medo, e sentimento de revolta contra a mãe, culpando-a por ter tido uma vida sofrida desde a infância até a fase adulta, crescendo destituída de qualquer sentimento afetivo pela mãe.

A situação difícil passada por Íris na infância é análoga ao contexto da infância de sua mãe Amarílis que também vivenciou situação familiar conflituosa que fez sua mãe a enviar para trabalhar em Parintins, quando tinha apenas quinze anos de idade como uma forma de ajudar a família. Duas histórias de mãe e filha, que apesar de terem ocorridos em contextos e épocas diferentes, apresentam um entrelaçamento de suas vidas, demonstrando a reprodução de um passado vivido pela mãe se fazendo presente agora na vida da filha, demonstrando um *imprinting* cultural estabelecido por Morin.

Em Gérbera é visível que a violência sofrida pela sua mãe, na maioria das vezes, ocorria na presença dela e de seus irmãos sem qualquer possibilidade de impedirem que a mesma fosse violentada, criando assim um mal estar em sua vida. Este mal estar incluía também a justificava da mãe de que o abuso excessivo do álcool desencadeava uma doença no marido que o incitava a ser violento. Declarar para os filhos que o pai era doente foi uma forma de a mãe de Gérbera agasalhar a violência do marido em sua vida, uma forma de conviver com o inaceitável que teve efeitos na vida da filha. Vejamos:

Na casa dos meus pais tinha muitas brigas. Meu pai bebia e batia na minha mãe na nossa frente. Tínhamos muito medo dele. Saí de casa cedo pra me juntar com meu marido porque não suportava vê-la apanhando e dizendo pra gente que o papai não era ruim, ele estava só doente, mas ele iria ficar bom [...]. Passei minha infância toda em Barreirinha, foi quando resolvi me juntar com meu marido aos 16 anos (Gérbera, 38 anos, entrevista, 2017).

Priori (2007) chama atenção para o cuidado que se deve ter em justificar a violência doméstica pelo abuso excessivo do álcool quando o homem utiliza seu estado de embriaguez para tal prática, se tornando inconveniente, irracional e violento, tomando o álcool como uma máscara social na qual se esconde para cometer atrocidades e exprimir suas vontades e desejos ocultos. A embriaguez não pode ser tida como causa primordial ou desencadeante da violência. Pode-se dizer que ela seja apenas um dos elementos que dispara uma relação conflituosa que deságua na violência doméstica. A alcoolização pode ser entendido pelas lentes conceituais de Mannheim como uma unidade geracional, pois, para chegar nesse estado o homem perambulou por três conceitos sequenciais estabelecidos por Mannheim, que são: a posição geracional; a conexão geracional; e a unidade geracional.

A posição geracional se refere ao momento ou momentos em que o sujeito foi apresentado ao álcool pelos hábitos dos pais (o mais certo), ou dos irmãos, ou dos amigos, absorvendo suas experiências por estarem juntos ou por viverem no mesmo ambiente. Tais experiências podem agrupar determinados indivíduos e outros não, uma vez que nem todos os homens tendem a participar das mesmas experiências com o álcool. O homem que absorveu os valores e as experiências do álcool se interligou por algum motivo aos outros que passaram pela mesma experiência levando-os a trilhar o mesmo caminho. Isto se configura como o segundo elemento do pensamento de Mannheim o qual ele denomina de conexão geracional porque os alcólatras sempre se reúnem para beber juntos em determinados momentos, caracterizando as mesmas experiências na mesma temporalidade. Esse agrupamento de alcólatras⁴⁴ participantes da mesma experiência na mesma temporalidade se configura no terceiro elemento estabelecido por Mannheim que ele denominou de unidade geracional⁴⁵.

⁴⁴ As influências do pensamento de Morin e Mannheim permitiram-nos ver na alcoolização um exemplo da bioculturalidade do homem. O primeiro contato com o álcool sempre se dá num contexto cultural. Como? Pelas influências de hábitos e costumes familiares, colegas de faculdade, colegas de trabalho ou mesmo para mostrar masculinidade e independência, no caso do homem. Quando este homem chega a ser alcólatra não é mais somente o cultural que determina o ato de beber, mas o somático se sobrepõe no desejo da bebida que precisa ser atendido senão o corpo entra em abstinência que se configura como uma reação do corpo ao não suprimento de uma necessidade extremada. Vemos então o biológico e o cultural interagindo no homem.

⁴⁵ A unidade geracional não faz entender que os que bebem compulsivamente ou socialmente precisam estar sempre juntos para caracterizá-la, mas se são participantes de bebidas alcólicas, seja em que grau for, estão inseridos no grupo dos que bebem constituindo assim uma unidade geracional. Seja compulsivamente ou socialmente, não importando onde estejam as pessoas que bebem, o álcool detém nelas um valor cultural que permeia e une as suas vontades e seus desejos. Deixo claro que não estamos fazendo esta análise para estabelecer juízos de valor, sejam eles éticos, morais ou religiosos, mas apenas indicando como possivelmente o agressor estimulado pelo álcool se inseriu nessa unidade

Se transportarmos esta análise para o contexto das mulheres que sofrem violência dos seus maridos ou companheiros, seja na mesma cidade ou em outras ao redor do mundo, vamos perceber que estar-se-à diante de uma unidade geracional.

Veja que Gérbera vive num ambiente que se assemelha àquele vivido na infância por sua mãe Angélica que também viveu num ambiente de violência, onde o pai usava de agressões física, psicológica e emocional contra sua mãe, agressões motivadas pelo abuso excessivo de álcool. Fato semelhante também aconteceu com a mãe de Gérbera que era violentada pelo companheiro quando estava sob o efeito do álcool. A narrativa de Gérbera no ambiente familiar conflituoso em que viveu com os pais se assemelha ao histórico da relação vivida por sua mãe Angélica, em seu ambiente familiar com seus pais, denotando, estarem inseridas no círculo vicioso da violência doméstica geracional onde se verifica a presença do ciclo da violência no processo de sucessão entre as gerações da mesma linhagem familiar.

A história de vida de Rosa Menina revela que seu ambiente familiar, assim como o das demais entrevistadas, também é constituído pela violência, agora tendo como mentora a mulher e não o homem como nas demais histórias relatadas. A mãe nessa narrativa se apropria da força física para corrigir os filhos e também o marido. Observe-se que a relação entre os membros da família é conflituosa não existindo qualquer relação de amizade entre irmãos, demonstrando que os laços afetivos foram fragilizados pela violência no âmbito privado. Na história de Rosa Menina é evidente que a mãe é quem assumiu o papel de liderança na família mesmo tendo o homem ao seu lado. O mesmo contexto se reproduziu na atual família de Rosa menina, a saber:

Fui criada pelo meu padrasto e pela minha mãe que mandava na gente. Lembro que quando era uma cunhatãzinha⁴⁶ sempre quem puxava briga em casa era a mamãe porque ela era muito brava. Ela que mandava e sempre foi ela que bateu mais em mim e nos meus irmãos. Sempre tivemos em casa muitas brigas [...]. Com 15 anos engravidei do meu namorado e tive que vim pra Parintins pra trabalhar em casa de família pra mandar dinheiro pra minha mãe que cuidava da minha filha [...]. Em casa tinha muitos conflitos porque além das brigas da mamãe com meu padrasto eu e meus irmãos brigávamos muito, nunca nos demos bem. (Rosa Menina, 42 anos, entrevista, 2017).

geracional que, como uma arma dispara a violência contra a mulher no seio familiar. Expressamos também que a psicologia toma a alcoolização como uma enfermidade, mas aqui não estamos olhando esta problemática a partir dessa ótica, mas como uma emergência biocultural entre as gerações familiares.

⁴⁶ Do Tupi Guarani: cunhã = mulher + antã = resistente: mulher resistente. Menina, garota.

Veja que a narrativa de Rosa Menina aparece a figura de sua mãe Tulipa que ao assumir a liderança na família, reproduz um papel que enquanto criança viu também sua própria mãe exercer no seio familiar. Com relação ao comportamento de Tulipa, Rosa Menina a descreve como brava da mesma forma que Tulipa se referia às atitudes de sua mãe. Note-se que há uma reprodução de fatos vividos na infância de Rosa Menina que remete ao passado vivido por sua mãe Tulipa na infância.

Nas narrativas supracitadas é evidente que essas mulheres viveram a infância num contexto familiar conflituoso submerso na violência doméstica motivado, em alguns casos, pelo abuso do álcool pelo pai ou padrasto. Nota-se também os baixos recursos financeiros dos seus pais, causa do envio das filhas para outras cidades na fase da adolescência para contribuírem financeiramente no sustento da casa, como se verificou na narrativa de Íris e Rosa Menina. Para Torres e Oliveira (2012, p.64) “mulheres em situação de trabalho migratório sujeitam-se a condições de exploração para garantir envio de remessas a pessoas como no caso pais, filhos e irmãos que dependem de suas remessas para sobreviverem”, contudo, o campo nos mostrou que isso é violência.

As próprias filhas também saíam de casa motivada pela violência doméstica como no caso de Gérbera que decidiu se envolver aos 16 anos com o atual marido como válvula de escape para se evadir de um ambiente conflituoso que possivelmente estava lhe prejudicando. A família que deveria propiciar a seus membros paz, harmonia e proteção se torna muitas vezes um ambiente prejudicial aos filhos. “O lar tão sonhado se transforma, muitas vezes, em lugar de frustração. O doce se torna amargo; as palavras ferem como navalha; e os atos quase sempre vertem sangue” (PRIORI, 2007, p.105).

Os relatos de Iris, Gérbera e Rosa Menina, mulheres em situação de violência, revelam que tanto na infância quanto na adolescência presenciaram a violência que ocorria entre os pais no âmbito privado, a saber:

Eu e meus irmãos não fomos criados pela minha mãe. Ficamos com ela até aos seis ou sete anos de idade. Minha mãe já sofreu muito ao lado do meu padrasto. Ele já bateu muito nela. Ele jogava a comida, chutava a panela de comida, tudo isso no período que morei com ela quando tinha quatro anos de idade. Ele bebe e já chegou a quebrar uma costela do meu irmão. [...] A violência que a gente sofre vem desde criança. O passado da gente é marcado desde nascença (Íris, entrevista, 2017).

Quando meu pai brigava com minha mãe sempre foi na nossa frente. Quando ele batia nela a gente via tudinho e não podíamos fazer nada, a gente era criança. (Gérbera, entrevista, 2017).

Quando minha mãe discutia com meu padrasto e aconteciam às brigas sempre foi na nossa frente. Ela não tinha vergonha não, até mesmo porque sempre era ela que puxava (Rosa Menina, entrevista, 2017).

Estes discursos mostram que essas mulheres quando crianças presenciaram a violência entre os pais, ficando gravado em seu ser biocultural, prejudicando seu desenvolvimento psicossocial. Paixão, et. al. (2015) dizem que a convivência num âmbito familiar permeado pela violência conjugal traz sérios danos ao casal, sobretudo à mulher, com repercussões nos os filhos que ao presenciarem suas mães sendo violentadas terminam por ter sua saúde física, social e psicológica comprometida, tendo como consequência pesadelos, baixa autoestima, ansiedade e depressão dentre outros distúrbios psicológicos. Esses distúrbios são visíveis por meio do baixo rendimento escolar, aumento da taxa de abandono da escola, repetência e má conduta. A violência, independente de qual modalidade seja, se torna prejudicial não somente a quem sofre como também a quem presencia.

Dados da Secretaria de Políticas para Mulheres referentes ao ano de 2012 revelaram que dos 47.555 relatos de violência, 31.767 os filhos presenciaram as agressões cometidas contra suas mães, e destes, 8.741 sofreram a violência por seus companheiros, comprovando que filhas expostas a violência entre os pais tem probabilidade de sofrerem violência dos companheiros na fase adulta. Há de se considerar que a herança hereditária familiar se coloca como fator importante na emergência da violência doméstica no futuro de mulheres que presenciaram situação de violência quando crianças.

A violência, pela sua brutalidade, consegue esfacelar qualquer vínculo familiar e quando não os fragiliza deixa feridas profundas tanto para quem sofre como para quem presencia, sendo difícil de serem cicatrizadas. A entrega de filhos crianças a parentes para serem cuidados é uma faceta obscura da violência, sendo traumático aos mesmos que em determinado momento entendem que seus pais não os quiseram por que não gostavam deles, e isto trás dolorosa perturbação para o resto de suas vidas. No relato de Íris essa realidade esteve presente em sua infância carregando consigo agora na fase adulta uma mágoa pela mãe, pelo fato de não tê-la criado. O ressentimento que Iris carrega a faz culpar a mãe pelo sofrimento vivido que iniciou desde a infância até hoje, o que segundo ela sua vida teria tomado outra direção se sua mãe tivesse assumido a responsabilidade de sua criação e educação. Ouçamona:

Não me dou muito com a minha mãe, ela vem aqui em casa, a gente conversa, mas tem momentos que parecemos duas estranhas, acho que é por ela não ter me criado. Muita coisa que sofri na vida ela foi culpada e dói saber que ela trocou os filhos por um homem ruim que bate nela, e isso eu ainda lembro quando tinha quatro anos de idade e a via apanhando do meu padrasto (Íris, 30 anos, entrevista, 2017).

Íris demonstra em sua fala que o relacionamento entre ela e sua mãe foge dos sentimentos que naturalmente emergem na interação entre mães e filhos que são baseados em carinho, amor, confiança, companheirismos e respeito. Ao contrário disto, percebe-se um distanciamento entre ambas. Para Faleiros (2008), quando crianças e adolescentes vivem situações de abandono, de privação e de exposição a riscos, a negligência é o primeiro estágio e também o fio da meada das diferentes formas de violência praticadas contra eles. Ao contrário, quando são protegidos, cuidados, amados e respeitados dificilmente estarão expostos a qualquer forma de violência. Em relação às consequências para crianças que são negligenciadas, elas se tornam graves uma vez que crescerão vazias de afetos, de valorização, de socialização, de reconhecimento, prejudicando seu pleno desenvolvimento.

Na fala de Gérbera se nota a existência de uma relação emocional mais forte com a mãe, adversa ao pai. A violência no âmbito doméstico de Gérbera tinha como alvo principal a mãe sendo o perpetrador o pai. Em decorrência disto, o sentimento de Gérbera aumentava pela mãe no sentido de tentar protegê-la da violência do pai, pois tinha total conhecimento do sofrimento da mãe quando esta era violentada pelo companheiro e de saber que não podia ajudar em nada, sentindo-se impotente. É o que podemos perceber no seu relato:

Tenho uma boa relação com a minha mãe e um pouco com o meu pai. Tinha muita pena dela porque sofreu demais na mão do meu pai. Hoje ela sabe que eu sofro violência do meu marido e me diz que é pra eu largar meu marido e não voltar. Às vezes pergunto dela o que ela fez pra suportar a violência do meu pai porque ela sofreu tanto que nem eu. Hoje ela diz que é feliz com meu pai e a justificativa dela pra suportar muitos anos sofrendo com meu pai é que ele estava doente, porque bebia muito e quando parou mudou totalmente (Gérbera, entrevista, 2017).

Na fala de Gérbera é visível o seu interesse em saber os motivos que levaram sua mãe a suportar por muito tempo a violência perpetrada por seu pai, uma vez que também estava sofrendo violência na relação conjugal e isto estava prejudicando sua vida. Sustentar uma relação com o seu agressor estava se tornando difícil e o interesse em saber das razões que levaram sua mãe a suportar as agressões, também poderiam

fazê-la tolerar até que seu companheiro pudesse mudar como fez seu pai. No entanto, se nota que sua mãe por mais que tenha sofrido violência por um longo período e depois o seu companheiro tenha mudado, ela não queria isso para Gérbera, evidenciado que a violência pela sua brutalidade prejudicou sua vida e isto não queria que acontecesse com a sua filha.

A relação de Rosa Menina com seu agressor causa incômodo em sua mãe porque ela sabe o que a filha já sofreu nas mãos dele. Em nossa observação ficamos sabendo que Rosa Menina sofre com alguns problemas de saúde por causa das surras que levou do companheiro. Por outro lado, se percebe na fala de Rosa Menina que mesmo estando num ambiente de violência ao lado do agressor, demonstra uma relação de afetividade e agradecimento para com a mãe pelo fato de ela ter ajudado a criar sua filha, quando saiu de casa com quinze anos. Note-se que Rosa Menina não se tornou perpetradora da violência doméstica como sua mãe, mas se tornou vítima. É certo que a criança que vivencia situação de violência familiar, quando adulta poderá se tornar perpetradora ou vítima. Rosa Menina se incluiu no último caso. As palavras de sua mãe confirmam o que Rosa Menina se tornou ao dizer que Rosa não se parece com ela (mãe), mostrando que a violência que a filha sofre do agressor, se fosse com ela (mãe) já tinha se resolvido e o problema já não existiria mais. Vejamos:

Apesar de ter tido uma filha cedo, me dou bem com a minha mãe. Ela ajudou a criar minha filha mais velha e agora por causa do meu marido já tive algumas brigas com ela, porque ela sabe que ele me bate e que já até fui presa por causa dele e isso dá raiva nela. Ela diz que eu não puxei pra ela porque se tivesse, o meu marido nunca tinha levantado a mão pra me bater porque ele tinha levado o dele (Rosa Menina, 42 anos, entrevista, 2017).

De acordo com Paixão et. al. (2015, p. 877), em uma relação transpassada pela violência conjugal há uma relação desigual de poder entre homem e mulher, e que ele ao se sentir ameaçado, a fim de restabelecer o poder que acredita ter sobre ela, se apropria de meios desrespeitosos para controlá-la, usando inclusive a força física. O relato das entrevistadas demonstra que seus agressores utilizam da violência como forma de mostrar que o poder estava com eles que são os homens da casa, vejamos:

Vivo com o meu marido há onze anos. Ele começou a ter crise de ciúme não me deixando sair e nem conversar com ninguém. Ele ficava me difamando e me proibia de conversar com qualquer pessoa. Sofria violência moral e psicológica direto dele. Tinha medo porque ele tinha uma arma em casa. [...] aguentava tudo isso porque eu gostava muito dele e acreditava que no dia seguinte ele iria melhorar. Mas os anos passaram e ele não melhorava, só

piorava [...]. Ele já foi preso uma vez porque o denunciei (Íris, entrevista, 2017).

Há mais de vinte anos eu era muito apaixonada pelo meu marido e sabia que ele me traía. Nossas brigas começavam porque eu sabia quando ele estava com mulher na rua e nenhuma mulher aceita isso, e quando eu brigava por causa disso ele não gostava dizia que não era verdade, e agente começava a brigar. [...]. Ele sempre me humilhou e me agredia fisicamente..., me chamava de tanto palavrão, ouvi tanta coisa ruim dele, suportei tudo porque gostava dele e também porque nunca trabalhei, dependia dele financeiramente, mas hoje não quero mais viver com ele (Gérbera, entrevista, 2017).

Há vinte e três anos que moro com meu marido e comecei a sofrer violência quando tinha dois anos de casada. Ele começou a ter crise de ciúme e começou a mostrar quem ele era. Falava mal de mim começando a me humilhar e bater quase todos os dias. Ele usava drogas, por causa disso já fui presa e fiquei dez dias na delegacia [...]. Nunca o deixei porque dizia que ia parar de usar droga e como gostava dele acabava acreditando, mas eu não quero mais viver com ele não, [...] ele já foi preso por causa da droga e por causa da violência que fazia comigo (Rosa Menina, entrevista, 2017).

No relato dessas filhas percebe-se que a convivência com seus agressores ultrapassa mais de dez anos demonstrando que vivenciam o ciclo da violência incluindo todos os outros tipos, começando pela violência moral e psicológica, terminando com a violência física como última etapa. Esses anos todos sofrendo em silêncio ao lado do agressor justifica seus envolvimento emocional com seus algozes acreditando que poderiam mudar evitando assim que elas fossem à delegacia denunciá-los pondo fim à relação violenta. Quando procuram a delegacia é porque os abusos se tornam frequentes e o medo de que poderia acontecer algo com suas vidas as levaram a procurar a delegacia para registrar os boletins de ocorrência e assim dar prosseguimento ao inquérito na justiça.

Conforme Day et. al., (2003), Algumas mulheres diante da violência doméstica sofrida podem ter certas reações tais como resistir à violência; outras chegam a fugir de casa; e outras terminam por submeterem-se às exigências de seus maridos agressores, permanecendo ao lado dos mesmos alegando que as motivações para continuar em um relacionamento abusivo é por causa do medo de represália, perda do aporte financeiro, preocupação com os filhos, dependência emocional e financeira, perda de suporte da família e dos amigos, esperança de que ele vai mudar um dia. Essa realidade faz com que essas mulheres permaneçam longos anos sofrendo violência do companheiro.

A violência doméstica no lar de Íris e Gérbera acontece na presença de seus filhos, o que gera problemas psicológicos às crianças, uma vez que não entendem os motivos

de suas mães serem agredidas. De acordo com Saguim (2008, p. 93), a criança necessariamente não precisa estar de fato presenciando cenas de agressão entre seus pais para sentir-se exposta à violência. Elas são afetadas de todas as formas, independente de presenciarem o que ocorre. Elas são afetadas e sofrem como se fossem a pessoa maltratada. Vejamos:

Quando ele me agredia sempre foi na frente das crianças. Isso estava mexendo na cabeça do meu filho que passou a fazer buraco na janela para me brechar para ver com quem eu estava conversando, se eu estava dando confiança para algum homem na rua, porque o pai deles vivia dizendo que eu tinha outro homem. Tudo isso estava prejudicando meu filho até mesmo na escola. Ele estava começando a tirar notas ruins na escola (Íris, entrevista, 2017).

Sim, sempre foi na frente dos meus filhos. A casa que morávamos na comunidade próxima do lago do limão era pequena. Tenho cinco filhos e só um mora comigo, outros estão em Manaus (Gérbera, entrevista, 2017).

Todos os meus filhos me viam ser espancada pelo pai deles todos os dias. Eles não podiam fazer nada. O pai deles pegava o revolver e colocava na minha cabeça e me ameaçava dizendo que iria me matar. Uma vez ele pegou um terçado e me lambou que até hoje eu tenho as marcas (Rosa Menina, entrevista, 2017).

A violência doméstica além de acarretar danos à mulher, sejam físicos, psicológicos ou emocionais, prejudica sua vida e também afeta o bem estar dos filhos que estão expostos a essa violência. As palavras das entrevistadas dizem que o sofrer violência pelos seus companheiros na frente dos seus filhos estava afetando o estado psicológico deles. Conforme Saguim (2008), é uma questão grave quando os filhos presenciaram a violência entre seus pais na medida em que cria consequências graves tais como a delinquência e a violência juvenis, tanto quanto as várias formas de agressão contra a mulher. Muitos desses filhos sentem-se apreensivos, inseguros e com medo, à espera de quando ocorrerá a próxima agressão contra sua mãe. Essas sensações pode-se dizer, já causam maus-tratos emocionais às crianças, além da possibilidade de elas virem a ser vítimas de maus tratos físicos ou de outras formas de violência.

O círculo vicioso da violência doméstica geracional não deve ser aceito como uma regra na reprodução das gerações familiares, nem o ciclo da violência doméstica deve ser considerado como uma regra nas interações entre o homem e a mulher no ambiente privado. Dialeticamente eles já trazem em si fraquezas que ao serem trabalhadas podem impedi-los de se reproduzirem geracionalmente. Em outras palavras, obrigatoriamente

as filhas não precisam passar pelo mesmo processo de violência de suas mães. Como nos diz Norwood, caberá a elas decidirem entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar, porque haverão de descobrir que no caminho incerto da vida o importante é decidir, e esta decisão refletirá em suas vidas, não somente agora, mas futuramente nas outras gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica se constitui num círculo vicioso que atinge gerações da mesma família. Verificar de que forma esse processo se estabelece em duas gerações de mães e filhas constitui-se no grande desafio deste estudo, cujo objeto às vezes é escondido das nossas percepções.

O conceito de violência doméstica é bem conhecido e pode ser entendido tanto no ramo da psicologia, da sociologia, quanto de outras áreas. Não obstante, a interseccionalidade deste conceito com a visão de geracionalidade se mostrou difícil de analisá-lo em face do pouco estudo existente.

Procuramos fugir do conceito psicológico da violência doméstica geracional como uma transmissão e do conceito pedagógico de que ela é aprendida por entendermos que sua constituição também possui natureza geracional que emerge nas gerações seguintes a partir de heranças familiares hereditárias em interações com o sistema cultural.

Parintins, como o campo de nossa pesquisa, permitiu-nos desnudar a geracionalidade da violência doméstica como emergente fundada em dois motivos inerentes às questões sociais e políticas da região. O primeiro é pautado nas relações sociais familiares que ainda guardam resquícios do patriarcado que relega a mulher a um lugar de inferioridade tanto no seio familiar quanto na estrutura social do município; e o segundo está associado à ineficiência estrutural das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher que na região chegam com fragilidades, contribuindo para que a mesma permaneça em situação de violência ao lado do agressor.

Esta pesquisa contata a existência de um círculo vicioso da violência doméstica geracional em Parintins que emerge na relação conjugal proliferando na geração das filhas do casal. Nosso estudo mostra que a violência geracional tem raízes no ambiente de violência existente nas famílias, algo que vai passando de geração a geração. Ou seja, o mesmo ciclo de violência vivido pela mãe praticado por seu companheiro, é vivenciado pelas filhas. Analisamos a história de vida de duas gerações de três famílias de mulheres inseridas no ciclo de violência familiar que nos permitiram assinalar algumas características de sua geracionalidade. Dentre as mais importantes estão

aquelas nas quais se verificam situações de violência ocorridas na infância tanto das mães quanto das filhas, perpetradas por seus pais.

O estudo revela que as mães estavam inseridas num ciclo de violências familiar desde cedo com todas as causas características das fases do ciclo de violência familiar que, de acordo com os fragmentos históricos da vida das filhas, emergiu também em suas famílias, reproduzindo os mesmos problemas e trazendo os mesmos resultados para as vidas dessas filhas que agora são esposas, mães, e vivem sob a violência de seus companheiros.

Os seus estados emocionais se traduzem em constantes medos dos seus agressores ficando aprisionadas em si mesmas, chegando a questionar o próprio sentido da vida. Todo esse estado de violência se reflete negativamente em seus desenvolvimentos psicossociais, tendo na diminuição de suas autoestimas uma das principais negatividades. Este perverso estado de vida ainda acarreta agravos sérios às suas saúdes física e psicológica, tornando-se até mesmo irreparáveis em muitos casos, além de contraírem mazelas tais como a DST, inflamação pélvica, aborto espontâneo, dores de cabeça, depressão, síndrome do pânico, medo, fadiga e ansiedade. Estes problemas de saúde ocasionados pela violência torna-as passíveis de cometerem suicídio.

A nossa pesquisa mostra que mães que viveram ou ainda vivem num círculo vicioso da violência doméstica geracional, têm grandes possibilidades de terem herdado de seus pais este fenômeno, com grandes possibilidades de emergirem na família de suas filhas ou filhos. Não se afirma que obrigatoriamente o círculo vicioso deverá sempre encampar as gerações seguintes, ou que já se ajuizou uma fórmula para quebrá-lo. Não! Estas são questões que devem ser objeto da continuidade deste estudo.

Essas constatações são as primeiras aproximações dessa realidade da violência geracional em Parintins. Este trabalho apresenta várias limitações, dentre elas, as afirmações relacionadas à bioculturalidade do homem e à violência doméstica como herança hereditária que ainda carecem de aprofundamento conceitual, principalmente porque entender a complexidade em Morin requer um grande esforço intelectual.

A nossa busca pertinaz consistiu em apontar a existência deste fenômeno que, para ter erradicação ou uma possível solução de continuidade, ainda precisará percorrer um longo caminho por ser assaz complexo. É preciso, pois, olhá-lo pelas lentes da abordagem da complexidade sistêmica em Morin, uma vez que esta permite, ao mesmo

tempo, trabalhar com várias dimensões da realidade. Esperamos, por fim, que este trabalho desperte outros estudos sobre o círculo vicioso da violência doméstica geracional, a fim de que possa contribuir para com a temática de gênero no que diz respeito às dimensões entrelaçadas ao homem e a mulher como seres bioculturais.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller; (Orgs.). **Família, redes, laços e políticas públicas**. 6. ed. PUC/SP. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

ACOSTA, Daniele Ferreira. et al. **Violência contra a mulher por parceiro íntimo: (in) visibilidade do problema**. Rev. Texto & Contexto Enfermagem, Florianópolis, 2015 Jan-Mar; 24(1): 121-7.

ALMEIDA, Cristiano Dias. Violência doméstica. Que política? O impacto da política social do combate à violência doméstica no Cocalho de Nortemos – o – velho. Dissertação de Mestrado em Sociologia, apresentado à faculdade de economia da universidade de Coimbra. 2008 (257 folhas).

ALMEIDA, Janaiky Pereira de. **As multifaces do patriarcado: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco–UFPE. Recife, 2010 (116folhas).

AZEREDO, Verônica Gonçalves. **Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 103, p. 576-590, jul./set. 2010.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. Azevedo. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes: Um cenário em desconstrução**. Brasília, DF: Fundo das Nações Unidas para a Infância. 2006. Disponível em http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_01.pdf acesso 12 de Fevereiro de 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2. ed. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1967.

BERNARDINO, Ítalo de Macedo; et.al. **Violência contra mulheres em diferentes estágios do ciclo de vida no Brasil: um estudo exploratório**. Rev. Bras. Epidemiol out-dez 2016; 19(4): 740-752.

BIELLA, Janize Luzia. **Mulheres em situação de violência: Políticas Públicas, Processo de Empoderamento e a Intervenção do Assistente Social**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC 2005. Disponível em < <http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial286678.pdf>>

BORSARI, Letícia Cremasco; CASSAB, Latif Antonia (Orgs). **Política social: fundamentos e historia**. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de Junho de 2010.

BORIN, Thaisa Belloube. **Violência doméstica contra a mulher: percepções sobre a violência de mulheres agredidas**. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa

de pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto / USP – Departamento de Psicologia e Educação, 2007 (136 folhas).

BOURDIEU, Pierre, **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 160p.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3a edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

BUTION, Denise Catricala; WECHSLER. Amanda Muglia. **Dependência emocional: uma revisão sistemática da literatura**. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina, v. 6, n. 1, p. 77-101, jun. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência**. Brasília: Secretaria de Políticas para 962 as Mulheres, 2011. Disponível em: <http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/abrigamento>

BRASIL. Presidência da República. **Enfrentando a Violência contra a Mulher** – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. 64p.

BRASIL. [Lei Maria da Penha (2006)]. **Lei Maria da Penha: do papel para a vida**. Brasília: Senado Federal, Gabinete da Senadora Rosalba Ciarlini, 2010. 22 p. [879477].

BRASIL. Senado Federal. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito acerca da situação da violência contra a mulher no Brasil**. Brasília, 2013. 290 R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.12, n.1, p.271-291 Jan-Jun. 2015

CAMARGO, Marcia; AQUINO, Silvia de. **Redes de cidadania e parcerias: enfrentando a rota crítica**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher - Plano Nacional. Brasília, 2003.

CARNEIRO, Alessandra Acosta; Fraga, Cristina Kologeski. **A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 369-397, abr./jun. 2012

CARVALHO, Débora Jucely. **A conquista da cidadania feminina**. Revista Multidisciplinar da Uniesp. Saber Acadêmico. N. 11, 2011.

CASTELLS. Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. Paz e Terra Vol. II, 1999, p.169.

CASTRO, Jamile Silva de Oliveira; ANDRADE. Laurinete Salles. Serviço social e o SUS: Desafios na Prática do Assistente social. Serv.Soc. & Saúde, Campinas, SP v.13, n. 1(17) p. 111-126 jan/jun. 2014.

COSTA, Heloisa Lara Campos. **As mulheres e o poder na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2005.

COSTA, Milena Silva; Serafim, Márcia Luana Firmino; Nascimento, Aissa Romina Silva do. **Violência contra a mulher: descrição das denúncias em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Cajazeiras, Paraíba, 2010 a 2012.** Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 24(3):551-558, jul-set 2015.

COSTA, Florença Ávila de Oliveira; MARRA, Marlene Magnabosco. **Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção.** Revista Brasileira de psicodrama. V21 n1. 2013.

COSTA, Lila Maria Gadoni; ZUCATTI, Ana Paula Noronha; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher.** Estudos de Psicologia I Campinas I 28(2) I 219-227 I abril – junho, 2011.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. **Mulheres ricas também sofrem violência.** Edições UESB, Bahia, 2007.

DOWLING, Colette. **Complexo de cinderela.** São Paulo: Miazzi, 1987.

DATASENADO. Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Secretaria de Transparência, 2015. Disponível em http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2015.pdf> Acesso em: 21 março 2017.

DOWLING, Colette. **Complexo de cinderela.** São Paulo: Miazzi, 1987.

DRUMONT, M.P. **Elemento para uma análise do machismo.** Perspectivas, São Paulo 3: 81-85, 1980

FACO, Vanessa Marques Gibran; MELCHIORI, Lígia Ebner. **Conceito de Família: adolescentes de zonas rural e urbana.** Org. VALLE, Tânia Gracy Martins. In. Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

FONSECA, P.M. & Lucas, T.N.S. (2006). **Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas.** Trabalho de conclusão do Curso de Graduação em Psicologia – Escola Bahiana de Medicina e Saúde, Salvador.

FORQUIN, Jean-Claude. **Relações entre gerações e processos educativos: transmissões e transformações.** Congresso Internacional Co-Educação de Gerações, SESC São Paulo: outubro, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FRANÇA, Paulo Renan Rodrigues de. **Festival folclórico de Parintins: impactos socioambientais na percepção dos atores locais** (Dissertação de Mestrado). Centro de Desenvolvimento Sustentável Universidade de Brasília. Brasília, 2014. 168 p.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**. São Paulo, Editora Unesp, 1992.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005

GROSSI, Patricia Krieger, (Org.). **Violência e Gênero: coisas que a gente não gostaria de saber**. 2. ed. atual. Ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

GROSSI, Patrícia Krieger; TAVARES, Fabrício André; BARROS, Simone de Oliveira. **A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios**. Athenea Digital, 2008. Disponível em: <<http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/538>>. Acesso: 10 de junho de 2016.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes 2015.

HILLER, Jenifer. **De mães para filhas: A passagem de um testemunho (Estudo de Caso)**. (Dissertação de Mestrado em Educação e Intervenção Comunitária). Universidade Fernando Pessoa. Porto, 2010 (178 folhas).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, Cidades, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em 12 de Fevereiro de 2016.

IOP, Elizandra. **Condição da mulher como propriedade em sociedade patriarcal**. Visão Global, Joaçaba, v. 12, n. 2, p. 231-250, jul./dez. 2009. Disponível em: <editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/article/download/623/284> acesso 5 de abril de 2016.

KITZMANN, Katherine M. **Violência doméstica e seu impacto sobre o desenvolvimento social e emocional de crianças pequenas**. Enciclopédia sobre o desenvolvimento na primeira infância. 2007
Disponível em <<http://www.encyclopedia-crianca.com/sites/default/files/textes-experts/pt-pt/2307/violencia-domestica-e-seu-impacto-sobre-o-desenvolvimento-social-e-emocional-de-criancas-pequenas-.pdf>> acesso em 23 de Abril de 2017

KRUCZEVESKI, Lais Regina; MARIANO, Silvana Aparecida. **Família nuclear patriarcal: breves notas sobre a (re)construção da teoria social e os estudos feministas**. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014. Disponível em <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_Lais%20Regina%20Kruczeveski%20e%20Silvana%20Mariano.pdf> acesso em 26 de Maio de 2017.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LAGARDE, Marcela. Del Femicidio al Femicidio. **Revista de psicoanálisis**. Universidad Nacional de Colombia. 2006 .

Lei Maria da Penha: pelo fim da violência contra a mulher. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Governo Federal. Opúsculo, agosto, 2011.

LEITES, Gabriela Tomedi; MENEGHE Stela Nazareth; HIRAKATA Vania Noemi. Homicídio feminino no Rio Grande do Sul, Brasil. Rev. Brasileira epidemiológica. 2014; 642-653.

LINO, Tiago Lopes. **A patologia do amor – Da paixão à psicopatologia.** In: psicologia.com.pt, 2009. Disponível em <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0146.pdf>> acesso em 12/03/2017.

LISBOA, Tereza Kleba; PINHEIRO, Eliane Aparecida. **A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher.** Katálysis v. 8 n. 2 jul/dez. 2005 Florianópolis SC 199-210.

MACHADO, Marta Rodrigues de Assis. A Violência Doméstica Fatal: O problema do feminicídio íntimo no Brasil. Brasília: Ministério da Justiça, 2015. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/publicacao_femicidio.pdf>. Acesso em: 7 fevereiro. 2017.

MARQUES, Tânia Mendonça. **Violência conjugal: estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia/SP, 2005 (303 folhas).

MARTINS, Ana Paula Antunes; CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Mariana Vieira Martins. Nota Técnica. A institucionalização da Política pública de enfrentamento a violência contra a mulher no Brasil. Brasília. IPEA. 2015. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/a-institucionalizacao-das-politicas-publicas-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil>> acesso em 12 de março de 2017

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano.** Trad. Jonas Pereira dos Santos. Campinas/SP: Editorial Psy, 1995.

MEDEIROS, Gracila Graciema; OLIVEIRA, Helma Janielle Souza; VELOSO, Wanessa Souto. **O espaço da violência contra mulher.** II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: Culturas Leituras e Representações. Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Outubro de 2009. Disponível em <http://itaporanga.net/genero/gt8/8.pdf>. Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

MORIN, Edgar. **O método 2: a vida da vida.** Trad. Marina Lobo. Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____. **O método 4: as ideias: habitat, vida, costumes, organização.** Tradução Juremir Machado da Silva. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **O método 5: a humanidade da humanidade.** Trad. Juremir Machado da Silva. 5ª ed. Porto Alegre: Sulina 2012.

_____. **Ciência com consciência**. Edição revista e modificada pelo autor. 15ª. Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

NERY, Maria Aparecida. **A convivência familiar e comunitária é direito da criança e do adolescente e uma realidade a ser repensada pela escola**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 189-207, mai.-ago. 2010

NORWOOD, Robin. **Mulheres que amam demais**. São Paulo: Best Seller, 1987

ONU. **Protocolo de actuación para la investigación del feminicidio**. Oficina del Alto Comisionado de Naciones Unidas para los Derechos Humanos. Fiscalía General de la República. El Salvador - San Salvador, 2012, p.58

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira; SILVEIRA, Clara Maria Holanda. **Relações de gênero: uma construção cultural que persiste ao longo da história**. O público e o privado - Nº 19 - Janeiro/Junho - 2012

PASINATO, Wânia. Lei Maria da Penha. Novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos? Civitas. Porto Alegre v. 10 n. 2 p. 216-232 maio-ago. 2010.

_____. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. Cad. Pagu, n.37, p.219-46, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n37/a08n37.pdf>> Acesso em 12 junho. 2017.

PIZZI, Maria Letícia Grecchi. Conceituação de família e seus diferentes arranjos. Revista Eletrônica Lenpes-PIBID de Ciência Sociais. Edição Nº. 1, Vol. 1, jan -jun. 2012.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma historia do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRATI, Laíssa Eschiletti; COUTO, Maria Clara P. de Paula; KOLLER, Sílvia Helena. **Famílias em vulnerabilidade social: rastreamento de termos utilizados por terapeutas de família**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 25(3), 403-408. Ano 2009.

PRETO, Micaela; MOREIRA, Paulo A. S. **Auto-regulação da aprendizagem em crianças e adolescentes filhos de vítimas de violência doméstica contra mulheres**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 25 (4), 730-737. Ano 2012.

PRIORI, Cláudia. **Retratos da Violência de Gênero: denúncias na Delegacia da Mulher de Maringá (1987-1996)**. Maringá: Eduem, 2007.

POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. BRASÍLIA, 2011.

RAMOS, Jucelem Guimarães Belchior. **Violência física contra mulher na cidade de Manaus**. Manaus: Edua, 1997.

RAIMONDO-Ferraz, Maria Isabel Raimondo. **Perfil da violência contra a mulher em Guarapuava PR**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Paraná. 2008. 86 f.

RIBEIRO, Joaquim Hudson de Souza. **Espaços Violados: uma leitura geográfica e psicossocial da violência sexual infanto-juvenil na área urbana de Manaus-Amazonas (2006-2010)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2011.

ROCHA, Enid. **A constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios**. Brasília: Anfip, 2008. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso: 13 de junho de 2016.

ROCHA, Milene Vieira; OLIVEIRA, Eniz Conceição. **Educação e Mercado de trabalho: implicações para a formação profissional na atualidade**. Rev. Cienc. Gerenc., v. 19, n. 29, p. 25-30, 2015.

ROCHA, Patrícia. **Mulheres sob todas as luzes: a emancipação feminina e os últimos dias do patriarcado**. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2009.

ROCHA, Roberto. **A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil**. Revista Pós Ciências Sociais. v. 1 n. 11. São Luis/MA, 2009.

ROMANELLI, Geraldo. **Autoridade e poder na família**. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

SANTOS, Claudia Mônica dos. **A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas do Serviço Social**. IN: **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2ed., 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular (Fundação Perseu Abramo), 2015.

_____. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Violência doméstica ou a lógica do galinheiro**. In: KUPSTAS, Marcia (Org.). **Violência em debate**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

SÁ, Samantha Dubugras. **Características sociodemográficas e de personalidade de mulheres vítimas de violência doméstica**. (Tese de Doutorado) do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011. (93 folhas)

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pazinato. **Violência contra mulheres e violência de gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil**. E.I.A.L., Vol. 16 – No 1 (2005).

SANTOS, Marli de Araújo. **Violência doméstica na relação entre o público e privado** (Dissertação de Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2008 (126 folhas).

SANTOS, Delânio Horácio. **Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes e afirmação de direitos: a notificação compulsória no Hospital das Clínicas de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013. 189 folhas.

SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. **O modelo predominante de masculinidade em questão**. R. Pol. Públ. São Luís, v.14, n.1, p. 59-65, jan./jun. 2010

SANTOS, Eduardo Ferreira. **Ciúme: o lado amargo do amor**. São Paulo: Ágora, 2007

SANDENBERG, C. M. B; MACEDO, M. S. Ensino e gênero: perspectivas transversais. In: COSTA, A. A.; (Orgs). **Relações de Gênero: uma breve introdução ao tema**. Salvador: UFBA – NEIM, 2011.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. Norma Técnica de Padronização: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAMs. Brasília, 2010.

SECRETARIA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. Pacto Nacional pelo Enfrentamento à violência contra as mulheres. Brasília, 2011.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. **Balanco: uma década de conquista, 10 anos ligue 180**. Central de Atendimento a mulher Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), 2015. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco180-10meses-1.pdf>

SILVA, L., Coelho, E., & Caponi, S. (2007). **Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica**. Interface: Comunicação, Saúde, Educação, 11 (21), 93-103.

SILVA, Ethel Bastos; PADOIN, Stela Maris de Mello; VIANA, Lucila Amaral Carneiro. **Mulher em situação de violência: limites da assistência**. Ciência & Saúde Coletiva, 20(1):249-258, 2013.

SILVEIRA, Clara Maria Holanda. **Prometo te querer ate o amor cair doente: uma análise das relações de gênero entre casais que vivenciam a violência conjugal /** Dissertação de mestrado da Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, Fortaleza, 2014. 174 f

SIGNORI, Marisa; Madureira V.S.F. **A violência contra a mulher na perspectiva de policia militares: espaço para a promoção da saúde**. Acta Sci Health Sci. 2007; 29(1):7-17

SOUZA PA, Ros MA. **Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento íntimo**. Revista de Ciências Humanas 2006; 40:509-27.

SONEGO, Cristiane; MUNHOZ, Divanir E. N. **Violência familiar contra crianças e adolescentes: Conceitos, expressões e características.** emancipação, 7(1): 215-241, 2007.

SCHRAIBER, Lilia. B.; D'OLIVEIRA, Ana Flávia L. P. **Violência contra mulheres: interfaces com a Saúde.** Interfaces, Comunicação, Saúde, Educação, v.3, n.5, 1999.

SCOTT, W. Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. Disponível em: <http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>, acesso 03 de setembro de 2015.

STEARNS, P. N. **Historia das relações de Gênero.** Tradução Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007.

TOMIZAKI, Kimi. **Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional.** Educ. Soc. Campinas, v. 31, n. 111, p. 327-346. Junho de 2010. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 06 de junho de 2016.

TORRES, Iraildes Caldas, As novas Amazônidas. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas - EDUA, 2005.

TORRES, Iraildes Caldas; Oliveira, Marcia Maria de. Tráfico de mulheres na Amazônia. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012.

VITALE, Maria Amália Faller. Socialização e família: uma análise intergeracional. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A família contemporânea em debate.** São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/2015>. Acesso: 12 de maio de 2016.

WELLER, Wivian. Atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. Revista Sociedade e Estado – v. 25 n 2, maio/agosto de 2010.

Weil, Andreza Gomes. A Realidade Fora da Arena: A Dinâmica (in) sustentável do Trabalho Informal no Festival Folclórico de Parintins – Amazonas. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. 2014 178 f

WEBER, Karine; SALVA, Sueli; PLETISKAITZ, Katiúcia. **O mundo ao contrário de Charlotte: questões de gênero em prosa.** Revista Humanidade e Inovação v.3. n.3 2016 https://www.actionaid.org.uk/sites/default/files/publications/fearless_women_and_girls_-_leading_the_way_transforming_lives.pdf > acesso em 12/03/2017

ANEXOS



Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Convidamos você para participar, de forma totalmente voluntária, da pesquisa “Violência Doméstica Geracional em Parintins: Um olhar para os Casos Registrados na Delegacia Especializada”, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, sob a responsabilidade da professora Dra. Iraildes Caldas Torres e da mestrandas Kelem Rodrigues de Melo Pontes, pesquisadoras do Programa, localizado na Av. Gal. Rodrigo O. J. Ramos, 6200, Campus Universitário, Coroado I, Manaus-AM, Bloco Mário Ypiranga, telefone (92) 99128-9257, E-mail:ppgss@ufam.edu.br.

O projeto tem como objetivo geral verificar como a violência doméstica geracional se constitui num círculo vicioso que atinge gerações neste início de milênio dando especial destaque às mulheres de Parintins no Estado do Amazonas. Especificamente se pretende: a) Analisar aspectos geracionais da violência doméstica como um mal-estar na vida das mulheres; b) Averiguar casos de violência doméstica geracional ocorridos em Parintins no âmbito das transformações processadas na família, dando ênfase ao trabalho da assistente social junto às mulheres violentadas; e c) Reconstruir trajetória de mulheres submetidas ao círculo da violência doméstica geracional, com destaque para as gerações da mãe e filha, em Parintins no Amazonas.

Sua participação na pesquisa poderá envolver riscos psicológicos que resultem em tristeza, estresse ou mal estar decorrentes de lembranças atreladas aos questionamentos feitos. Ao perceber que esses riscos poderão emergir trazendo problemas a essas mulheres, a pesquisadora utilizará como atenuante, ou mesmo solução, o abandono completo das questões potencializadoras do problema. Ainda, caso os riscos atuem de forma mais concretas nessas mulheres, sob suas expensas, a pesquisadora providenciará os seus encaminhamentos ao Hospital Padre Colombo ou ao Centro de Apoio Psicológico e Social - CAPS na cidade de Parintins, com as devidas reparações indenizatórias a elas e a seus acompanhantes caso se façam necessárias,

conforme o estabelecido nos itens IV.3.g, IV.3.h, IV.4.c e V.7 da Resolução CNS nº. 446 de 2012).

Os benefícios decorrentes de sua participação incorrerão em elevada possibilidade de gerar conhecimento para entender, prevenir ou aliviar esse problema que afeta o bem estar de mulheres que sofrem violência domestica geracional no Município de Parintins e de outros indivíduos a elas associados. Esses tipos de benefícios se enquadram no item V da Resolução No. 466 do CNS que considera admissíveis pesquisas cujos benefícios a seus participantes sejam indiretos, considerando as dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual desses.

Utilizaremos como instrumentos para a realização da pesquisa, formulários, entrevistas, mapas das propriedades e comunidade, com a utilização de máquinas fotográficas e GPS. Se alguma pergunta pedir resposta que gere desconforto ou qualquer incômodo ou você não souber ou quiser responder, você terá toda liberdade para se recusar a respondê-la. Também poderá retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa. Os resultados destas entrevistas serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada.

Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com a Comissão de Ética de Pesquisa, localizado na Faculdade de Enfermagem da UFAM, cito a Rua Teresina, 4950, Adrianópolis, Manaus, CEP – 59.057-070, telefone 3305-1181, ramal 2004, celular (92) 991712496, E-mail: cep.ufam@gmail.com.

Fui informado (a) sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma via deste documento, assinada.

Participante da Pesquisa

Data: ____/____/____

Impres. Datiloscó

*Pesquisador Responsável pela
Entrevista*

Data: ____/____/____

*Pesquisador Coordenador Geral do
Projeto*

Data: ____/____/____



Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na
Amazônia - PPGSS

Roteiro de Entrevista aplicada a Promotora de Justiça da 3ª Comarca de Parintins/
Ministério Público.

Identificação _____ do

Informante _____

Instituição vinculada _____

Idade _____

Realizada em _____ de Janeiro de 2017

1- Como atua o Ministério Público no trato da violência doméstica contra a mulher?

2- Quando a denúncia de violência doméstica chega ao Ministério Público quais são os procedimentos tomados?

3- Qual dificuldade estrutural, financeira e de pessoal que o órgão enfrenta em relação aos processos de violência contra a mulher?

4- Em relação à violência contra a mulher ele atua em conjunto com algum órgão?

5- Quantas audiências são realizadas até a conclusão do processo criminal contra o agressor?

6- Quais são as exigências legais para que a mulher que sofre violência doméstica abra um processo contra o agressor?

7- Como a mulher pode fazer para solicitar as medidas protetivas?

8 - Muitas mulheres deixam de denunciar o agressor por se queixarem da morosidade da justiça, por quê?



Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na
Amazônia - PPGSS

Roteiro de Entrevista dirigida a pesquisadora da Universidade Federal do
Amazonas

Realizada em Maio de 2016

Identificação do informante _____

Nome: _____

Instituição vinculada _____

Idade _____

- 1- Qual sua percepção sobre a violência doméstica?
- 2- A violência contra a mulher tem ligação com as relações de gênero, patriarcado e o machismo na sociedade?
- 3- Quais são os motivos que levam a mulher a permanecer com o agressor?
- 4- A violência doméstica prejudicar a saúde da mulher? Por quê?
- 5- A violência física na sua visão acarreta danos mais sérios do que a psicológica?
- 6- A mulher que vivência situação de violência tem probabilidade de desenvolver problemas psicológicos?
- 7- A mulher também é mentora da violência? Por quê?
- 8- Em sua opinião existe uma violência doméstica geracional?
- 9- Na sua visão filhas de mulheres em situação de violência podem ser futuras agressoras ou vivenciarem situação de violência em suas famílias?
- 10- A violência doméstica geracional pode se constituir como um círculo vicioso?



Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na
Amazônia - PPGSS

Roteiro de Entrevista aplicada às mulheres em situação de violência.

Realizada em Janeiro de 2017

1. DADOS PESSOAIS

Identificação do Informante _____

Idade _____

Estado Civil _____

Naturalidade _____

Bairro onde reside atualmente _____

Data da entrevista _____ / 01 / 2017

2. DADOS SOCIOECONOMICOS

2.1 Possui filhos?

() SIM () NÃO Quantos? _____

2.2 Qual profissão?

2.3 A senhora trabalha atualmente?

() SIM () NÃO Se sim em que? _____

2.4 Qual grau de escolaridade?

() Ensino fundamental incompleto () Ensino Fundamental completo
() Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo () nível superior completo

2.5 Qual a religião da senhora?

1. () Católica
2. () Evangélica
3. () Candomblé
4. () Umbanda
5. () Espírita
6. () Outra

2.6 Sua família são beneficiários de Programas Sociais (Bolsa família, Benefícios de Assistência Social)

2.7 Quem toma as decisões relativas aos gastos do dinheiro da família?

1. Entrevistada
2. O marido/companheiro
2. A(s) filha(s)
3. O(s) filho(s)

2.8 A senhora sofre violência há quanto tempo?

2.9 - Qual tipo de violência a senhora mais sofreu pelo agressor?

- física psicológica moral sexual patrimonial

2.10 - Como a senhora se sentia quando o seu companheiro a agredia? sofria calada

2.11 - A senhora tem algum problema de saúde decorrente da violência?

2.12 - A senhora já sofreu ameaças, xingamentos, insultos, ofensas, humilhações?

- Sim Por quem?
 Cônjuge/namorado/ companheiro Pai Padrasto Mãe
 Funcionários/agentes públicos

2.13- É a primeira vez que a senhora procura a Delegacia para denunciar o agressor?

- SIM NÃO

2.14- Por que só agora a senhora resolveu denunciar o agressor?

2.15 - A senhora ainda tem algum sentimento pelo seu companheiro (agressor)?

2.16 - A senhora tem conhecimento da Lei Maria da Penha?

- SIM NÃO

2.17 - Seu companheiro tem conhecimento da Lei Maria da Penha?

- SIM NÃO Ele tem medo de ser preso SIM NÃO

2.18 - Seu companheiro faz uso de bebida alcoólica SIM NÃO

2.19 - A senhora já se sentiu desrespeitada em algum serviço público quando foi procurar atendimento?

2.20 - A violência que a senhora sofria era na frente dos seus filhos?

2.21 - Seus filhos quando presenciavam a senhora sendo agredida qual era a reação deles?

2.22 - Qual motivo a levou suportar todos esses anos de violência?

2.23 - Quando a senhora sofreu a primeira agressão, por que não o denunciou?

3. RELAÇÃO COM FAMILIARES

3.1 Seus pais ainda são vivos?

() SIM () NÃO

3.2 Como foi a sua infância? Havia conflitos familiares?

3.3 Como era sua relação com seus pais quando criança?

3.4 Já sofreu algum tipo de violência na sua família de origem?

3.5 A senhora se sentia amada pela sua família de origem?

3.6 A senhora possui algumas atitudes, jeito, personalidade que trouxe de seus pais? Quais?

3.7 Alguém da sua família de origem faz uso de bebida alcoólica?

3.8 Quantos irmãos a senhora possui? Tem algum que sofre violência?

3.9 Seus pais mantiveram uma boa relação com seus avós?

3.10 Quando criança a senhora já presenciou seu pai agredindo sua mãe, qual foi sua reação?

3.11 Na sua opinião porque sua mãe não largava seu pai? E porque nunca denunciou?

3.12 Qual pensamento de seus pais sobre separação?